Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

Gênero e Trabalho:
Mulheres Bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010

Danielle do Nascimento Rezera

VERSÃO CORRIGIDA

Exemplar original se encontra disponível no CAPH da FFLCH
(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica)

São Paulo

2012

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

Gênero e trabalho:
Mulheres Bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010

Danielle do Nascimento Rezera

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Vera Lúcia do Amaral Ferlini.

São Paulo
2012

*A Eliete (in memorian) mãe querida,
e ao companheiro amado e amigo, meu Bebehin.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio e acolhimento da Professora Eni de Mesquita Samara (*in memorian*), além de seus ensinamentos de força e determinação.

Aos professores que fizeram desta jornada um caminho mais profícuo e contribuíram para meu desenvolvimento acadêmico: professora Raquel Glezer, professor Wilson Barbosa, professora Eni de Mesquita Samara; aos professores que também colaboraram em minha qualificação, professor José Evando Melo, professora e motivadora Maria Cristina Cacciamali e finalmente à professora Vera Ferlini, pelo acolhida para a finalização deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a Vilma, ex-secretária do CEDHAL, sempre atenciosa, meiga e solidária, aos amigos e companheiros que pude cultivar no decorrer desta jornada, Berenice, Lourdes, Marílias, Paulo Sérgio, entre tantos outros.

À Pastoral do Migrante, que contribui imensamente na imersão sobre a situação dos imigrantes; grata à Elvira, Socorro, Eliseu, Padre Mário, Padre Paolo.

Ao CNPQ, pela bolsa de pesquisa.

Aos colaboradores que se dispuseram a ceder parte de sua história e trajetória, em especial aos que fizeram parte neste trabalho, Edith e Eric.

Não menos importante, agradeço ao meu amado companheiro pelo encorajamento e afeto e ao meu tio Antônio (César) pelo apoio e companheirismo nos cuidados de minha amada mãe Eliete – falecida em 26 de novembro de 2011_ esta que foi meu principal exemplo de coragem, caráter, o meu estro para vencer as adversidades da vida. À minha mãe o meu obrigado pela vida, pelos bons exemplos e pelos difíceis, todos eles me fortalecem e também me guiam.

RESUMO

Esta dissertação versa sobre o mundo do trabalho contemporâneo e suas implicações sociais e econômicas na esfera de gênero. Aqui abordamos a situação das mulheres bolivianas no setor de confecção na cidade de São Paulo, no período de 1980 a 2010. Procuramos, através desta pesquisa, elucidar os modos de inserção e permanência deste grupo na referida cidade, observando os papéis que desempenha na economia informal, através do seu trabalho no setor de confecção; buscamos, também, ampliar a compreensão acerca do mundo do trabalho contemporâneo, reestruturação produtiva e a questão de gênero. Para tanto, utilizamos como principais fontes as fichas de coletas de dados da Pastoral do Migrante no processo de Anistia de 2009, dados do setor de têxteis e confecção, além de entrevistas.

Palavras-chaves: Gênero, Reestruturação produtiva, Trabalho, Mulheres Bolivianas.

ABSTRACT

This dissertation examines the world of contemporary work and its social and economic implications in the realm of gender. Here we address the situation of Bolivian women in the clothing sector in São Paulo in the period 1980 to 2010. Sought through this research to elucidate the modes of insertion and retention of this group in that city, noting the roles it plays in the informal economy, through their work in the sector of manufacturing; seek also to broaden the understanding about the world of contemporary work , production restructuring and gender. Therefore, we use the chips as the main sources of data collection for the Pastoral Care of Migrants in the process of Amnesty of 2009, data from the textiles and clothing, as well as interviews.

Keywords: Gender, Economic restructuring and labor, Bolivian women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
BOLÍVIA E BOLIVIANOS: DESIGUALDADES SOCIAIS E MIGRAÇÕES	23
1.1 Panorama histórico e estrutura econômica-social da Bolívia	24
1.2 Bolívia: história, economia e perspectivas	24
1.3 Desigualdades, atores e reprodutores.	35
1.4 Fluxos migratórios bolivianos.	44
CAPÍTULO II	
O SETOR DE CONFECÇÃO EM SÃO PAULO: DESENVOLVIMENTO, REESTRUTURAÇÃO E TRABALHO	69
2.1 Importância dos têxteis e confecções	70
2.2 Estratégias do capital e as reações do mundo do trabalho	90
2.3 Reestruturação produtiva no setor	97
2.4 Impacto das iniciativas contra o trabalho precarizado	106
CAPÍTULO III	
BOLIVIANAS EM SÃO PAULO: TRABALHO, ARRANJOS FAMILIARES E SOBREVIVÊNCIA EM SÃO PAULO	110
3.1 Mulheres, família e o mundo do trabalho	111
3.2 Gênero, família e trabalho na Bolívia	116
3.3 A sobrevivência em São Paulo	139

CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
FONTES E BIBLIOGRAFIA	174
ANEXOS	185
1. Entrevistas	186
2. Índice de Quadros	208
3. Ficha Cadastral Anistia 2009 da Pastoral do Migrante	209

INTRODUÇÃO

A escolha por este tema tem como base meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Mulheres Bolivianas em São Paulo*, no qual pude conhecer a matéria. Nesta pesquisa de mestrado busco a ampliação e a melhor compreensão sobre o assunto abordado.

Este é um estudo sobre as migrações femininas contemporâneas e objetiva analisar a situação da mulher boliviana em situação de trabalho informal na indústria têxtil na cidade de São Paulo, no período de 1980 a 2010, como também desvelar as novas formas de migração de grupos latino-americanos que, ainda, buscam na cidade de São Paulo novas oportunidades, como fizeram, por exemplo, os imigrantes italianos, espanhóis, alemães e japoneses no século passado.

Este trabalho é dividido em três capítulos, a saber:

- Bolívia e bolivianos: desigualdades sociais e migrações;
- O setor de confecção em São Paulo: desenvolvimento, reestruturação e trabalho.
- Trabalhadoras bolivianas em São Paulo: gênero e trabalho, família, inserção social e econômica.

As questões formuladas nesta dissertação versam sobre o mundo do trabalho contemporâneo e a reestruturação produtiva, tendo como apoio o setor de têxteis e de confecção, a mobilidade ou não em torno das migrações contemporâneas e as questões de gênero, discutidas através da análise do perfil de mulheres e homens bolivianos inseridos na cidade de São Paulo para atividade laboral informal no setor de confecção.

Pesquisar o papel de mulheres anônimas e em situação de pobreza — que servirão de objeto de análise para a compreensão acerca do mundo do trabalho contemporâneo, dos papéis femininos na sociedade moderna e de suas perspectivas sociais e econômicas — garante a possibilidade de revelar o papel

histórico em que estão inseridas. A assertividade desse trabalho no que concerne ao esclarecimento das condições histórico-econômicas de tais sujeitos e as perspectivas de transformação é o que o torna fundamental, portanto o que o justifica.

Para tanto, nos apoiaremos em fontes dos órgãos oficiais, tais como Polícia Federal, Embaixadas, Relatórios de Associações ligadas ao setor têxtil, as fichas de coletas de dados para a primeira fase da Anistia Brasil e Bolívia do ano de 2009 da Pastoral do Migrante e entrevistas.

A situação como mulher e imigrante é um caso distinto e digno de ser estudado, por ser ímpar, e por essas mulheres fazerem parte de nosso sistema produtivo informal, o qual se notabilizou pela exploração de imigrantes desde o período escravocrata e do processo de industrialização, em especial na cidade de São Paulo. Ademais, a inserção de mulheres no mercado de trabalho fabril no período é caracterizada pelo emprego de mulheres imigrantes, principalmente italianas no setor têxtil (Samara & Matos, 1993) e também no crescente mercado de trabalho informal.

Atualmente, verificamos que o mesmo acontece com outros grupos, como é o caso das bolivianas, por exemplo.

Para elucidar, o desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil ocorreu, inicialmente, com a abertura das tarifas aduaneiras em 1847, permitindo a importação do maquinário necessário e importação de mão de obra qualificada. Os salários eram baixos e os postos de serviço na indústria têxtil foram logo ocupados por uma parcela pobre e jovem, que se constituía geralmente de mulheres e crianças, que buscavam, além do emprego, abrigo e comida — parte dos “benefícios” oferecidos por algumas empresas. (SAFFIOTI, 1981) Qualquer semelhança com o esfera informal de agora do setor têxtil e de confecção na cidade de São Paulo não é mera coincidência, mas sim receita dinâmica para o lucro em qualquer época.

Em São Paulo, essa indústria expandiu-se principalmente pelo cultivo do algodão e pela mão de obra abundante e barata decorrente de migrações e

imigrações. As migrações são muitas vezes a única saída para aqueles que não têm mais nada além de pobreza e desigualdade, seja do campo para a cidade ou de um país flagelado para um país onde o imigrante acredita que poderá melhorar suas condições de vida na expectativa de uma nova realidade favorável ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, abordaremos a emigração de bolivianas para a cidade de São Paulo, a partir do período de 1980, quando ocorre a intensificação da presença desse grupo, como veremos adiante.

Quanto aos fluxos migratórios latino-americanos pós 1950 temos duas particularidades, sendo que uma é a emigração para países considerados de “primeiro-mundo”, de trabalhadores com maior instrução e especializados, que é bem documentada por ser legal; e, a segunda, é a emigração para países da América Latina, com movimentos massivos de mão de obra não qualificada e/ou semiquificada, constituída de migrantes indocumentados, à procura de imigração entre territórios limítrofes, com facilidade de entrada e permeabilidade; no caso dos bolivianos, por associativismo em torno do processo de cooptação e introdução no mercado de trabalho.

Quanto às mulheres bolivianas, Sidney Silva (1997) afirma que as que se dedicam ao serviço doméstico na Bolívia são jovens, de faixa etária variando entre 15 e 25 anos de idade e o nível de instrução é relativamente baixo¹, o que ilustra a facilidade de convencimento e necessidade na emigração. Essas mulheres e homens são recrutados nos bairros pobres de La Paz, Cochabamba, Santa Cruz e afins. São iludidos com promessas de ganho salarial elevado, comparativamente aos valores médios de recursos obtidos em seu país de origem, e encontram, na verdade, trabalhos exaustivos, precários, insalubres, humilhantes e com baixíssimo salário.

Em nosso trabalho buscamos compreender a situação dos jovens e mulheres no processo socioeconômico e cultural interno, como também, o processo interno de sobrevivência e o papel da família na situação da mulher boliviana. Tomemos a notícia da ADITAL (06 nov. 2002), reportando que no ranking mundial de desenvolvimento de gênero do ano 2001, elaborado pelo Programa das Nações

¹ O Censo de 1992 constatou que 20% da população boliviana com mais de 15 anos é analfabeta, sendo 11,8% masculina e 27,7% feminina. Apud Silva, 1997, p. 92.

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a mulher boliviana está no posto 94º, muito abaixo da população feminina do resto dos países da América Latina e com níveis de bem-estar ligeiramente superiores apenas aos registrados na Nicarágua, Honduras, Guatemala e Haiti, que são os últimos do hemisfério continental.

Com dados de 1999, o PNUD sustenta que as cifras bolivianas são inferiores, inclusive, à média geral de todos os países da América Latina e do Caribe, incluindo os países mais pobres e menos desenvolvidos da área. Por exemplo, o salário das mulheres do país era, em média, de apenas 44% do salário ganho pelos homens, no período de 1994 a 1999. Para 2000, entretanto, a porcentagem salarial da mulher teria aumentado para 66%, segundo a governamental Estratégia Boliviana de Redução da Pobreza.

Tentamos compreender nesta dissertação o desenvolvimento do grupo no mercado de trabalho e na comunidade em que está inserido, analisamos como se promovem os mecanismos de inserção e exclusão do grupo, e também a realização e frustração no que diz respeito às expectativas que fazem parte do movimento migratório.

Temos de entender que além de estudar o papel de mulheres e homens, anônimos e aliados dos processos formais de produção e de garantias básicas para seu desenvolvimento humano, nossa pesquisa visa analisá-los como componentes de uma economia desregulamentada, fomentada com o trabalho de imigrantes, principalmente aqueles em situação de irregularidade jurídica, portanto, mais vulneráveis à exploração.

Na cidade de São Paulo, como já afirmamos, há uma estrutura econômica que permite utilizar, principalmente, a força de trabalho de setores menos favorecidos economicamente, como os migrantes e imigrantes que chegam continuamente.

Muitas dessas imigrantes vêm acompanhar o parceiro ou cônjuge, tornando a migração masculina visível e a feminina invisível, porque elas ficam à margem, à sombra, pois eles são os que tomam as decisões sobre a nova empreitada.

Atualmente existe a presença cada vez mais constante de mulheres jovens que vêm sozinhas, sendo sua renda revertida para a família que ficou na Bolívia. O papel das mulheres, em geral, é o de expandir a renda familiar insuficiente, tanto a que tem a família na Bolívia como a que vem com a família, mas sua invisibilidade permanece por estar relegada a “espaços femininos”, nos termos de Michelle Perrot (1988) quer dizer, espaços comumente limitados à vida doméstica. O trabalho “fora de casa”, aqui, é visto somente como um complemento de suas atividades rotineiras de “dona-de-casa”, e é um dos poucos lugares onde a mulher é aceita como administradora e, portanto, exerce um poder relacionado à engrenagem da vida cotidiana, de forma quase mitológica; no mesmo domínio, ocorre sua influência em relação ao consumo, principalmente com o advento da indústria têxtil.

Esse pressuposto acaba por garantir as desigualdades entre gênero, não produzindo crédito e voz ao desconsiderar o papel econômico da mulher na família. Esses aspectos estimulam diversos autores a pesquisar e a romper com a ideia de que as mulheres são desprovidas de participação na vida política, social e econômica. Por outro lado, ressaltam como o papel de políticas públicas de inclusão nestes campos é essencial para o desenvolvimento de um equilíbrio social e de gênero.

Pois as mulheres sempre participaram de atividades laborais dentro e fora da esfera doméstica, trabalhos que foram e são imprescindíveis para a sobrevivência familiar e mesmo para a própria manutenção e meio de emancipação para si e dos filhos.

Quanto às migrações e imigrações, vemos que elas são decorrentes da necessidade de busca por melhores condições de vida, sobrevivência e refúgio, por exemplo. Ocorre que em locais com incapacidade de suprir necessidades básicas da população, tais como educação, formação profissional, saúde, moradia, subsistência, geração de emprego e geração de mecanismos que garantam a qualidade da gestão pública e privada nos meios ambientais, trabalhistas, entre outros. O empobrecimento ambiental e humano são fatores que estimulam a migração e propiciam que o indivíduo que migra esteja sujeito — pela necessidade — a condições precárias no seu percurso.

Para ampliar a questão, segundo o texto da Declaração de La Paz (ILLES & PLAZA, 2009), os organismos internacionais anunciam que os países desenvolvidos continuarão demandando trabalhadores estrangeiros, principalmente mulheres, para compensar seus déficits de pessoal produtivo, enquanto que aos fatores de expulsão de migrantes — além dos efeitos das crises mundiais que deslocarão aproximadamente 650 milhões de pessoas em todo o mundo —, somam-se os efeitos da mudança climática, que atingirá outros 250 milhões de pessoas.

O objetivo de nosso trabalho, portanto, é dar foco e pôr em relevo essas mulheres que estão sendo subjugadas pelas mudanças estruturais e conjunturais do capitalismo contemporâneo no mundo do trabalho que, como observa Antunes (2004, p. 105-106), a maioria das mulheres, imigrantes e negros(as) que exerce função dentro do sistema fabril é submetida aos trabalhos de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundada em trabalho intensivo, cuja remuneração é aviltada. E no caso dessas imigrantes que chegam com mais frequência à cidade de São Paulo — e se inserem de maneira informal neste mercado de trabalho, cada vez mais precário —, verificamos no decorrer de nossa história a exploração contínua a que são subjugadas.

Dar visibilidade para a condição social, cultural e econômica do grupo e das mulheres nos possibilita explorar quais são as nuances que permeiam e são impeditivas de uma condição de gênero mais equitativa e quais os acessos que nos levam ao rompimento dessas iniquidades.

Neste sentido, o setor têxtil e de confecção informal e o estudo das mulheres bolivianas ligadas a ele são emblemáticos.

Embora existam estudos sobre os bolivianos na cidade de São Paulo, como os de Sidney Antônio da Silva, este trabalho consiste em analisar a situação da mulher boliviana na referida cidade, visto que tais estudos não são dedicados a observar a questão de gênero dessa população como também a sua contribuição para a efetiva demanda da indústria têxtil por esse tipo de mão de obra, bem como os resultados econômicos dessa atividade explorada.

Por meio da pesquisa com as mulheres bolivianas na cidade de São Paulo e sua atividade no setor têxtil informal, buscamos desvelar os modos de vida da mulher na sociedade “moderna” e sua relação com o trabalho desregulamentado, quais são seus desdobramentos, identificar suas causas e consequências; conferir — através de seu trabalho no ramo de confecção, sua vida social e familiar — visibilidade para um ser social e para a questão da constante precarização do trabalho que envolve grupos socialmente mais fragilizados da sociedade contemporânea.

Para isso, também nos apoiaremos em investigar seu passado histórico, para assim poder delinear o perfil cultural e social de mulheres e homens cuja constituição social se baseia na família.

As bolivianas estão inseridas de modo documentado e indocumentado na cidade de São Paulo, e são, na maioria das vezes, mão de obra barata. Trabalhando em oficinas de costura, elas vêm acompanhadas pelos familiares ou maridos, atualmente muitas vêm sozinhas, e conforme vimos na Declaração de La Paz, a tendência desse tipo de migração aumentará, pois existe uma demanda de mercados globais por elevar a lucratividade pela superexploração da mão de obra emigrante.

São as mulheres migrantes que mais enviam dinheiro para suas famílias colaborando não somente para a economia do país que as acolhe, mas também para aliviar a pobreza nas localidades e regiões de origem, já que são elas as responsáveis pela sobrevivência de sua família. Ao mesmo tempo, as migrações causam a desestruturação familiar, uma vez que essas mulheres nem sempre podem levar seus filhos consigo, sendo obrigadas a deixá-los com parentes por longos períodos. Procuraremos, então, reconhecer esses grupos imigratórios, enfatizando o cotidiano das mulheres bolivianas, suas relações sociais e com o mercado de trabalho.

A presença destes(as) trabalhadores(as), sobretudo bolivianos, paraguaios e peruanos, se intensificou a partir da década de 1980, e se consolidou durante os anos de 1990 (Silva, 1997). De acordo com estimativas dos consulados desses países latino-americanos, na cidade existem cerca de 80 mil bolivianos (legais e

ilegais), 4 mil peruanos, 20 mil paraguaios, 10 mil uruguaio e 11.500 argentinos legalizados. Vemos, assim, uma maior concentração do grupo de bolivianos na cidade de São Paulo, o que nos remete a perguntar o porquê da maior intensidade deste grupo imigratório.

A escolha por São Paulo se dá por essa ser palco principal da chegada e permanência dos grupos que migram pela necessidade de trabalho e renda.

No início da década de 1950, já se apresentando como o eixo industrial e a “metrópole nacional”, assiste-se a um crescimento demográfico neste período e nos próximos anos, que abarcou não só grande parte da população do território nacional, os migrantes, mas também a massa de imigrantes italianos, espanhóis, alemães, e mais recentemente, principalmente a partir dos anos de 1980, os bolivianos, chineses, coreanos e aqueles de origem árabe-mulçumana.

Segundo o IBGE, consta que em 1950 existiam cerca de 2,1 milhões de residentes na cidade de São Paulo; e já em 2007 temos 10,88 mi de residentes. Entre 1950 e 1980 temos um relativo crescimento do PIB e da população economicamente ativa, gerando empregos e subempregos suficientes para absorver a massa trabalhadora, que tem no Estado o modelo regulador de salários, um dos fatores de grandes disparidades socioeconômicas.

A partir de 1981, o país passa por uma queda no seu índice de emprego, decorrente das políticas inflacionárias impostas pelos governos militares e seu sistema de financiamento via empréstimos estrangeiros, como também pela falta de investimentos na indústria nacional e paulista, fatores que abordaremos com maior densidade durante a pesquisa, no sentido de demonstrar como determinados setores absorvem imigrantes nesse período de crise. Conforme a cidade vai se apropriando dos mecanismos “modernos” de reorganização e racionalização do sistema de produção e da geração de empregos, temos a consolidação do setor de serviços e aumento do setor terciário, principalmente nos anos de 1990.

Os anos de 1990 são marcados por mudanças na característica do mercado de trabalho, com o incremento do avanço tecnológico e privatizações que reformularam não só a estrutura do emprego, que passa a exigir mão de obra qualificada, como também, pelo decréscimo de mão de obra, já que as inovações

tecnológicas e os custos operacionais implicam menos trabalho humano, ou menor tempo de serviço prestado para uma tarefa.

Há nesse período na cidade de São Paulo e nos grandes centros urbanos do país um aumento das atividades autônomas voltadas àqueles que não estão no “perfil” das empresas. Como vimos, São Paulo abarca um contingente populacional extenso, variado e não homogêneo que divide espaços entre si. Essas atividades informais são diversas, mas voltadas, principalmente, ao comércio (bares, mercearias, vendedores ambulantes etc.) e à prestação de serviços (pedreiros, diaristas, domésticas, costureiras(os), cozinheiros(as) entre outros). Esse mercado informal cresce da mesma maneira que a cidade, de forma desordenada, sem fiscalização, nem lei e apoiada na falta de perspectivas no mercado de trabalho formal, cada vez mais escasso, ou camuflado em fragmentados e horas- avulsas.

Tendo como base o Censo demográfico de 2000, o Instituto de Economia da UFRJ (apud Fernandes, 2004²) conclui que a informalidade atinge cerca de 58,1% dos ocupados ou o equivalente a 38,1 milhões de pessoas no país. Ao considerar apenas os trabalhadores não registrados e não contribuintes, o número chega a 48,5% dos ocupados. Os que não são registrados e contribuem somam 50,8% e o percentual de 58,1% fecha com os trabalhadores domésticos registrados ou contribuintes, revelando que as perdas dos níveis de empregos formais estão se acelerando e a amostragem do IBGE passa a considerar como categoria de trabalho aqueles que não necessariamente geram uma economia ativa, mas parte de um sistema de sobrevivência imediata, demonstrando, dessa maneira, a institucionalização desse tipo de “trabalho”.

Os bolivianos, principalmente na década de 1980, começam a chegar clandestinamente em maior densidade, em sua maioria em São Paulo, para substituir o trabalho de coreanos nas indústrias de confecção. Constituindo em

² A partir de dados do Censo Demográfico de 2000, que abrange 556 microrregiões do país, o Instituto de Economia da UFRJ fez um retrato do trabalho informal no Brasil, a pedido da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

15.894 em 1980; 70.737 em 1985; 86.108 em 1986; e em 1994 cerca de 3.060 entradas (Silva, op. cit., p. 54)³.

A alternativa dessa população é essencialmente a emigração, pela qual buscam mais e melhores oportunidades. Na Bolívia, em virtude do processo de Reforma Agrária não ter abarcado a população indígena, empurrou-a para as áreas urbanas e os novos polos de economia, que se deslocam principalmente para as cidades de La Paz, Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba. Esse processo de migração rural-urbana intensificou-se na década de 1980, e, em 1992, ainda segundo o autor, o Censo boliviano revelou que 57,5% da população do país viviam nos centros urbanos, trabalhando em serviços da área de construção civil e transporte (masculino); comércio informal e serviços domésticos (feminino). Vemos, por exemplo, que as condições de trabalho variam de acordo com a sensibilidade social do empregador, pois inexiste uma lei que fixe um salário mínimo e horário fixo de trabalho semanal, provocando grande disparidade de salários.

Com relação às empregadas domésticas, a crescente chegada de mão de obra feminina jovem opera involuntariamente o empobrecimento das lutas promovidas por empregadas que se juntaram e criaram uma espécie de Sindicato das Empregadas Domésticas, que visava à construção de seus direitos. Mas a crescente massa de oferta de trabalho tão barata impede o desenvolvimento dessas ações, já que o trabalho se torna cada vez mais árduo, longo e com salários muito baixos, estando, assim, essas mulheres mais longe de conseguirem estudar ou movimentar-se para a luta.

No Brasil a situação econômica e de trabalho — principalmente para a população migrante, como nordestinos e imigrantes ilegais, como a maioria dos bolivianos aqui encontrados na indústria têxtil —, é a do subemprego, da precariedade e a pobreza da classe trabalhadora se acentuando gradativamente e a passos largos.

Assim, buscamos neste trabalho elucidar os porquês desse modelo econômico adotado. Segundo relatório fornecido pelo Consulado Geral da Bolívia

³ Dados do Sistema Nacional de Controle de Tráfego Internacional da DPMAF/DPF, referentes à entrada de latino-americanos em território nacional, sendo estes dados relativos a entradas regulamentadas, ou seja, não ilegais.

em São Paulo (Paz, 2008⁴), a saturação do trabalho na administração pública e o fato de 50% da população boliviana estar inserida na economia informal são fatores determinantes para a emigração desse grupo. Por outro lado, na década de 1950 eram os profissionais liberais que se evadiam e, agora, permanecem no Brasil.

Já a partir de 1980 houve a intensificação de mão de obra barata voltada para o trabalho em oficinas de confecção coreanas e, conforme o relatório, são aproximadamente 2.500 estabelecimentos que vendem ao redor de 7 milhões de peças por mês. Segundo o mesmo texto, cerca de 1 bilhão de dólares foram enviados por imigrantes à Bolívia em 2007.

É interessante ressaltar que o relatório nos ilustra que a constituição dessa “indústria” se deu com a chegada clandestina de imigrantes coreanos que entravam no Brasil via Bolívia e Paraguai, pois era proibida a entrada desses asiáticos, com exceção daqueles com visto de trabalho e comprovante de nível superior. Os que entraram clandestinamente continuaram com a já existente indústria de confecção de “fundo de quintal”, herança de outras comunidades, que vão repassando o “ponto”, explorando e aterrorizando os próprios compatriotas, que posteriormente viriam fazer o mesmo com a comunidade boliviana que busca trabalho e encontra subemprego e péssimas condições de trabalho nas mãos dos coreanos, chilenos e de bolivianos proprietários desse tipo de negócio. Cabe a questão: como e quem auxilia na manutenção desse tipo de atividade?

As transformações do mundo do trabalho e seu novo modo de interagir na sociedade criaram um exército de mão de obra ociosa, já que os novos moldes que se apresentam desvelam as necessidades do mercado econômico mundial de manter-se cada vez mais competitivo à custa do barateamento da mão de obra e do rebaixamento das condições de vida das camadas populares, e isso se deve às pressões exercidas pela revolução tecnológica, mercado financeiro e suas especulações.

Essas pressões visam viabilizar e garantir a hegemonia da economia, que passa a exigir cada vez mais produtos melhores e mais baratos, o que acaba por estagnar os contratos e vínculos sociais do trabalho formal. Isto ocorre porque

⁴ Relatório fornecido por Rosa Virgínia Cardona (Consulesa da Bolívia no Brasil).

avançam as formas de trabalho “flexível” (contratos temporários, *part-time*, degradados etc.), que se aceleram de maneira muito mais enfática que o trabalho formal ou emprego estável. É na sociedade moderna que se criaram diferenças tão gritantes entre pobres e ricos e entre os sexos. A participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado e desde a década de 1980, quando a “globalização” tomou fôlego com a intensa liberação do comércio dos países, ou seja, da entrada sem impedimentos nos países periféricos e a intensificação da concorrência internacional, proporcionando a abertura de empregos de perfis cada vez mais precários e vulneráveis (HIRATA, 2003, p. 19; KERGOAT, 2003, p. 61).

Assim, as mulheres no decorrer da história estiveram e ainda estão, por questões de preconceito e concorrência, sujeitas ao trabalho informal, porquanto, em determinados setores mais valorizados, a presença feminina é quase ausente. Desse modo restam, muitas vezes, como única alternativa de sobrevivência, trabalhos depreciados.

A historiografia sobre as mulheres vem crescendo e tomando vigor pluralista, abrangendo distintas formas de abordagens e conteúdos, e a área do trabalho feminino foi privilegiada por muitos pesquisadores na década de 1970 e, em épocas seguintes, ampliaram-se as análises sobre o papel da mulher na sociedade, na família, na vida pública e privada, suas reivindicações e afins, como afirma Maria Izilda S. Matos (1997).

Desse modo, o estudo sobre as mulheres bolivianas no setor têxtil e de confecção na cidade de São Paulo nos anos de 1980 a 2010 é uma contribuição historiográfica acerca do mundo do trabalho contemporâneo e enquanto abordagem de gênero, justamente pela necessidade da compreensão acerca do trabalho feminino de mulheres bolivianas e sua condição social na família e na comunidade em que está inserida.

Por motivos diversos utilizamos neste trabalho duas entrevistas, optamos por definir como parâmetro uma entrevista com uma mulher e um homem. Ambos são jovens e estão no país há 5 anos e 3 anos, respectivamente; puderam vivenciar experiências de trabalho e educação em seu país e representam a maioria de pessoas que emigram, os jovens.

Como estamos tratando de gênero foi importante dialogar com um homem e uma mulher, ambos são solteiros, se conhecem através da atividade que exercem na feira da Kantuta — local tradicional de encontros de bolivianos — e trabalham e moram em lugares distintos.

Um dos aspectos mais difíceis do processo de entrevista foi sobre a capacidade de entranhar-se no fechado mundo desse grupo, principalmente quando procuramos por casais. Outro problema é quando o grupo se sente pressionado a dar a entrevista, caso que ocorre quando o acesso foi pela Pastoral do Migrante; essas pessoas tendem a sentir-se obrigadas a falar e não parecem dispostas a expor totalmente a realidade e sim tendem a ser mais reservadas.

As principais questões apontadas nas entrevistas foram analisadas no intuito de compreendermos como essas pessoas se articulam e suas consequências.

Nas entrevistas ambos citaram a dificuldade ao acesso à educação e a inadequação com a cidade. A longa jornada de trabalho foi o principal fator impeditivo de participação social e de atividades educacionais ou de capacitação. Outra questão importante é referente a entrada nos sistemas de saúde pública de qualidade e a falta de medidas que bloqueiem o grau de exploração e possibilite uma inserção mais cidadã.

Quanto às mulheres, verificamos que existe uma pressão para seguirem padrões de comportamento semelhante ao de sua origem. Por sua vez, a falta de orientação e estabilidade social propiciam a gravidez de muitas jovens que estão sozinhas e acabam sofrendo mais coação e preconceito dos padrões.

A combinação de políticas de exploração de recursos naturais e humanos tem tornado a pobreza mais profunda à medida que os Estados perdem ou tem anulado o seu poder econômico e de decisões que permitam uma participação justa e mais igualitária dos interesses da população. Esse aviltamento proporciona a marginalização de jovens, homens e mulheres que sobrevivem através de trabalhos precários e informais. A marginalização se estende quando há falta de acesso a mecanismos que propiciem a saída da pobreza, tais como educação, saúde e oportunidade de trabalho e emprego.

É necessário romper o ciclo de pobreza e iniquidades sociais que são parte do receituário neoliberal de acumulação e poder.

O cenário das discussões em torno do Gênero tem se tornado cada vez mais crescentes pela emergência em romper com o processo de injustiças sociais e econômicas em que vivemos. A emergência se dá pois o mundo do trabalho desigual e o aviltamento dos direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras ampliam vertiginosamente as iniquidades já existentes, o empobrecimento do trabalho marginaliza a sociedade e falsifica uma emancipação real, por uma suposta emancipação baseada no poder de consumo e de escolhas pré-definidas e longe de estruturas de poder e decisão.

CAPÍTULO I

BOLÍVIA E BOLIVIANOS: DESIGUALDADES SOCIAIS E MIGRAÇÕES

1.1 Panorama histórico e estrutura econômica-social da Bolívia

Neste capítulo apresentamos brevemente o panorama histórico, social e econômico da Bolívia, a fim de definir um parâmetro de análise da população que está sendo pesquisada.

Hoje a principal preocupação da Bolívia reside na busca da redução da pobreza e das iniquidades sociais e econômicas. Estabelecer maior integração regional, promovendo hegemonia para as ações do governo, busca alcançar autonomia para o enfrentamento de suas dificuldades históricas e, acima de tudo, promover uma sociedade mais equitativa e participativa, almejando uma construção democrática cada vez mais forte e contínua.

Esta construção é uma questão levada cada vez mais a sério por essa sociedade, que há meio século vem conquistando paulatinamente espaços antes impensáveis.

Neste capítulo, procuramos compreender a situação boliviana e de seus cidadãos, por meio das análises de organismos de pesquisas tais como PNUD, Cepal, Clacso, Instituto Nacional de Estadística da Bolívia, além do seu histórico político e social e de suas conexões com as mudanças atuais.

As questões que levantamos se relacionam com o desempenho econômico e social deste país, e servem para identificar os meios de permanência da pobreza, a difusão dos elementos de bem-estar social e econômicos e sua relação direta com as migrações nos últimos trinta anos na cidade de São Paulo, como, também, o fenômeno da crescente imigração de mulheres e sua repercussão no cotidiano econômico e familiar da sociedade a qual pertencem.

Tais dados nos possibilitam, também, pensar sobre a crescente participação feminina na economia e sua ligação com a imigração. Uma vez que parte deste grupo alcança os centros urbanos em condições de trabalho não tão benéficas, torna-se alvo fácil dos aliciadores que prometem uma situação mais favorável em outro país, como, por exemplo, o Brasil. Neste, sua mão de obra é explorada no

setor de confecção informal; geralmente pequenas oficinas, de caráter familiar, e temos que atentar que muitas delas, hoje, pertencem aos próprios bolivianos.

1.2 Bolívia: história, economia e perspectivas

A Bolívia é um país de intensa fragmentação étnica, econômica e social, além do seu território ser geograficamente desfavorável pela falta de acesso ao mar.

Basicamente, a Bolívia sempre passou por dificuldades políticas e econômicas, a pobreza e as iniquidades sociais estiveram presentes nos grupos extremamente fragmentados da região, tanto geograficamente como sobre a questão étnica e de grupos como agricultores e mineiros. É dividida em nove departamentos, sendo os principais: La Paz, Sucre, Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba.

1.2.1 Panorama histórico

Conquistada pelos espanhóis no século XVI, a Bolívia proclama sua independência em 1809, e, em 1825, torna-se republicana, em 1826 foi promulgada a primeira Constituição da então República de Bolívar, por Simón Bolívar.

Nos anos seguintes, a Bolívia trava uma árdua luta territorial com diversas regiões limítrofes, buscando maior autonomia econômica com terras ricas em minérios e por seu acesso ao mar na Guerra do Pacífico.

O mais conturbado desses conflitos foi a conhecida Guerra do Chaco de 1932, luta territorial entre Bolívia e Paraguai em que cerca de cinquenta mil bolivianos perderam suas vidas e 75% do território denominado Chaco, ocasionando danos territoriais importantes para o desenvolvimento econômico da Bolívia. A disputa também acentua a espoliação das comunidades indígenas de sua participação política e de suas terras, até então mantidas pelo acesso coletivo das massas camponesas. Isso propiciou diversos conflitos e levantes de grupos indígenas de diversas origens, sendo os grupos mais representativos os *quéchuas* e os *aymaras*,

a partir daí temos uma combinação turbulenta no Estado Boliviano, o que ressalta sua complexidade socioeconômica.

Na década de 1940 surge na Bolívia o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a Central Operária Boliviana (COB) e a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), todas são forças que participaram de modo proeminente da Revolução de 1952, rompendo com o período militarista que foi iniciado com o golpe de 1936. Ainda nos anos de 1940, mais precisamente em 1945, amplia-se o texto da Constituição, que, segundo Mota (2009), é consequência das organizações classistas formadas no período, tendo contribuído para assegurar na Constituição a plena associação de trabalhadores aos sindicatos, não permitindo demissões por essa causa, e outorgar cidadania às mulheres para que elas pudessem votar, outra conquista importante do período.

Ao mesmo tempo as tensões sociais se mantinham e o Estado ampliou a repressão contra os opositores que encontravam-se mais organizados e coligados com as classes operárias.

O grande marco foi o movimento liderado por mineiros que se deu no congresso na mina de Pulacayo em 1946, em que foram apresentadas e aprovadas propostas que miravam uma estratégia revolucionária, visando a democracia como parte do trajeto para se alcançar a revolução socialista.

Essas tendências reformistas ampliam-se a partir do regime revolucionário de 1952, e as mudanças mais significativas foram: o voto universal; a Lei da Reforma Agrária; a Lei de Nacionalização das Minas; a reforma urbana e a reforma educativa; porém sem a questão étnica presente. A revolução de 1952, que instaurou a reforma agrária, foi uma via importante de inclusão das massas de grupos até então excluídos.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, a economia boliviana sofreu com a queda dos preços do estanho no mercado mundial e com altos índices de inflação. As minas de estanho não eram rentáveis e os esforços do governo para reduzir o número de trabalhadores empregados e restringir os salários encontrou forte resistência dos sindicatos e intensificou mais ainda a pobreza.

Já no início da década de 1980, o forte crescimento econômico da década anterior — que havia sido sustentado pelos altos preços do estanho no mercado internacional — levou o país à crise. A queda do preço do mineral e a má administração dos regimes militares haviam deixado a Bolívia com uma imensa dívida, em uma situação de hiperinflação, um declínio das receitas de exportações. Para sanar a miserabilidade existente, lançou-se mão do cultivo de coca para exportação; mesmo sendo ilegal, foi o principal recurso de divisas e para sobrevivência de muitas famílias e comunidades.

Em análise da dinâmica da economia na Bolívia entre os anos de 1980 e 2000, o estudo de Pabón e Guaygua (2008) nos revela que o plano de estabilização e o programa de ajustamento estrutural na Bolívia aplicados no país desde 1985 conseguiram manter estabilidade de preços em médio prazo, mas não para promover altas taxas de crescimento da produção.

Segundo os autores, a média de expansão na década de 1990 foi de 4,5% ao ano, e depois caiu para níveis inferiores a 3%, bem abaixo dos registrados em meados dos anos setenta (7,5%).

Além disso, o comportamento não regular de crescimento de setores intensivos em trabalho relacionados à agricultura e indústria da construção civil mostra que, longe das políticas de ajuste, não foi possível alterar a composição da produção de bens com maior valor agregado.

Atentam que não se pode esperar a redução da dívida externa, já que a dívida total não diminui na magnitude esperada com programas de ajuda humanitária, inversamente, crescem limitando as chances do país para gerar recursos públicos destinados ao pagamento dos juros da dívida.

Em 1995, com a privatização de empresas importantes para a economia do país, antes em mãos do Estado, tais como (hidrocarbonetos, mineração, telecomunicações, transporte ferroviário e eletricidade), o IED (*Investimento Estrangeiro Direto*) passou a ser o principal agente de investimento nestes setores, aplicando uma injeção de recursos que representaram 8,9% do PIB em 2000, quase quatro vezes mais que o investimento privado interno.

Mas estas medidas, segundo os autores, é uma medida que tem sido insuficiente para estimular o crescimento econômico, enquanto o IED operou a maior concentração de riqueza do país, gerou um processo de transferência de excedentes para o exterior que aprofundam a vulnerabilidade econômica ao exacerbar a desigualdade social pela má distribuição dos recursos.

Portanto, a debilidade do crescimento da produção não só revela problemas macroeconômicos, mas também setoriais e microeconômicos.

O setor petrolífero e de comunicação estão intensivos de IDE, podendo recuar ou crescer em taxas muito baixas, gerando um cenário de recessão agravada pelo elevado endividamento das empresas com dependência nacional e passado num mercado interno em crescimento ainda mais reduzido pela contração do consumo das famílias.

A saída oferecida pelo caminho da economia baseada na exportação não teve os resultados esperados: não houve um rápido crescimento das exportações e as mudanças em sua composição.

Depois de quase duas décadas de reformas estruturais em um contexto de abertura e acordos de comércio livre com vantagens tarifárias individuais, o setor de exportação não melhorou sua participação no produto, não progrediu rumo a uma maior diversificação, ou, muito menos, contribuiu para uma maior geração de emprego, e, como resultado, o déficit comercial tem uma tendência crônica a aumentar.

Ou seja, a partir do declínio do mercado interno temos como efeito o aumento do desemprego, a precariedade do emprego e baixos salários, sem sequer imaginar soluções para a crise; a integração externa frágil e instável continua assentada em bens primários e intensivos de recursos naturais ou tradicionais.

Neste novo cenário de liberalização do comércio, não só resultou em maior crescimento das importações, mas na incapacidade das empresas para enfrentar a concorrência estrangeira, o que levou à desintegração da produção e consequentemente a do emprego assalariado.

Do modo como as condições são apresentadas, fica claro que os setores internos dependem cada vez mais de investimentos do Estado que, por sua vez, não tem condições de gerar recursos necessários para tanto, ocasionando baixos salários, baixa produtividade e relações de trabalhos cada vez mais precárias, já que os esforços do Estado se concentraram nas empresas transnacionais e não — como historicamente se apresentava — em investimento em setores industriais nacionais.

Aos problemas já “naturais” da Bolívia acentua-se a presença, principalmente nos anos de 1980, da substituição de um Estado desenvolvimentista por uma Economia de Mercado, surgindo aí grandes privatizações do setor energético, inclusive, como a da COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia), provocando uma onda de grande desemprego, além da queda nas atuações de militância. Mas o que intensifica ainda mais o problema histórico é a adoção do modelo neoliberal nos anos de 1990.

Além da evidente fragmentação das relações econômicas em torno de três setores mal relacionados entre si que são: a economia de base natural, pouco integrada ao mercado, camponesa e com fortes traços comunitários, incluindo cerca de 40% da população; também uma economia de base familiar, forte nas áreas urbanas, ligadas ao mercado, da qual participam cerca de 35% da população; e finalmente a economia de base mercantil, calcada em tecnologias mais sofisticadas e contando com mais divisão do trabalho, e dela se formam parte da indústria mineira e petrolífera, abarcando cerca de 25% da população.

Isso representa a fragilidade da economia e da política boliviana. Além da questão econômica, a Bolívia enfrenta a complexidade social que vem despontando crescentemente nos últimos anos.

Assim, verificamos que os problemas socioeconômicos conjunturais, políticos e de políticas públicas são multidimensionais e profundos. Ademais, a fragmentação étnica, econômica e regional, promove uma não hegemonia, tão necessária a este país.

A guerra da água no ano 2000 veio somar-se como mais um episódio de lutas e conflitos entre o governo e as necessidades reais e urgentes de seu povo. Ocorre

quando o então presidente Hugo Banzer, em 1997, privatiza os serviços de abastecimento de água, culminando em grande comoção popular que reivindicava seu direito mais básico.

Mesmo assim, porém, a Bechtel (empresa norte-americana) passa a controlar o serviço de água potável de Cochabamba. Em 2000, as lutas sociais contra o “roubo” da água se acentuam, ganhando extensões inimagináveis com a participação da polícia, que realiza um motim e contribuiu na manifestação dos camponeses, logo expandidas para La Paz e outras cidades, representando a derrota do governo e da concessão.

Sader (2005) explicita o período:

Desde a ‘guerra contra a privatização da água’, em 2000, a Bolívia entrou em um processo que pode ser caracterizado como ‘sublevação permanente’, em que o Estado perdeu capacidade de governar com legitimidade e o movimento popular gera e desenvolve formas cada vez mais amplas de disputa de hegemonia política. Essa etapa sucede a de hegemonia neoliberal, em que, sob pretexto de combater o déficit público e a inflação, as elites bolivianas – orientadas pelo ex-guru neoliberal Jeffrey Sachs – desmantelaram a economia mineira do país e, com ela, o movimento sindical, que havia conseguido dispor de forte capacidade de veto, mas sem ter logrado se constituir em alternativa de poder, inclusive porque estava dissociado do movimento camponês, com seu forte componente indígena.

Durante cerca de 15 anos, um novo bloco de forças se apoderou do Estado boliviano, composto por frações empresariais vinculadas ao mercado mundial, partidos políticos tradicionais, investidores estrangeiros e organismos internacionais. Impuseram suas formas de direção do Estado, com reformas de primeira e segunda geração, ao estilo do Banco Mundial, com privatizações, com abertura das fronteiras da economia boliviana, com as conhecidas promessas de modernização e globalização.

Em 2002 concorrem à eleição presidencial Gonzalo Sánchez Lozada e Evo Morales. Lozada obtém a vitória e é reconduzido à Presidência, pois exercera um primeiro mandato entre 1993-1997. Menos de um ano depois, ele tenta privatizar empresas estatais e criar imposto de renda, levando o país a uma nova mobilização popular. Em setembro de 2003 explode a Guerra do Gás, referente também à questão dos hidrocarbonetos, o que culminou com a renúncia do presidente, devido à forte presença na luta travada por grupos indígenas, trazendo à tona mais uma página da tão conturbada Bolívia que tem no seu povo o espírito de transformação pela luta política.

No período, o vice-presidente Carlos Mesa assume e não consegue superar a crise já instalada e crescente, que tem a presença de movimentos indígenas como o MAS (Movimento ao Socialismo), liderado por Evo Morales, e o MIP (Movimento Indígena Pachakuti), com liderança de Felipe Quispe. Esses fatos e essas instituições nos revelam que há muito a participação popular e de grupos socialmente excluídos se faz necessária para que a população tenha visibilidade e participação política, ou seja, ainda havia forte resistência dos governos, até então, em integrar a nação, de realizar políticas que favoreçam a todos.

Gonzalo Sánchez de Lozada (2002-2003), portanto, tem seu mandato abreviado por uma revolta popular, tendo sido sucedido por seu vice-presidente Carlos Mesa (2003-2005), que, por sua vez, também foi derrubado pelos motins, assumindo Eduardo Rodríguez Veltzé (2005), como interino.

A explosão popular indígena que buscava frear o assalto aberto a sua nação é caracterizado por Sader (2005) como uma crise de hegemonia do poder, a saber:

É nessas condições que a Bolívia entrou no que podemos caracterizar como crise de hegemonia, em que as formas tradicionais de representação política perderam legitimidade e se enfrentam com formas novas, embrionárias, de poder alternativo. A partir de temas como a água, a terra, o gás, a Assembleia Constituinte, foi se gestando uma plataforma que vai permitindo que os setores que originalmente levantavam essas reivindicações consigam incorporar

a [sic] novos setores sociais e a ganhar espaço de disputa política pelo poder.

Na Bolívia é evidente que toda essa necessidade de grupos participarem de modo efetivo nas lutas sociais é a representação da ausência de políticas públicas e sociais eficientes e gerais, do fracasso da reforma agrária, do mal-estar no campo, gerado pelas políticas de proteção aos produtores agrários e não aos pequenos produtores.

Essas manifestações alçaram outros movimentos internos, que visavam uma reestruturação na educação e religião, com implementos da identidade étnica nestes setores; na municipalização da administração pública, tendo gerado uma base em crescente consolidação que levou, posteriormente, à vitória de Evo Morales para a Presidência.

Antes de sua posse oficial em La Paz, Morales tomou posse em um ritual *aymará* simbólico, diante de uma multidão de milhares de pessoas e representantes de movimentos de esquerda de toda a América Latina.

Morales, um *aymará*, afirmou que os 500 anos de colonialismo terminaram e que a era da autonomia já começou. Ele foi o primeiro indígena a assumir a Presidência do país.

Em 1º de maio de 2006, Morales anunciou a sua intenção de renacionalização dos hidrocarbonetos. Embora afirmando que a iniciativa não seria uma expropriação, Morales enviou tropas para ocupar 56 instalações de gás simultaneamente, demonstrando que estava querendo ser levado à sério.

Tropas também foram enviadas para duas refinarias de propriedade da Petrobras na Bolívia, que fornecem mais de 90% de capacidade de refino da Bolívia. Um prazo de 180 dias foi anunciado para que todas as empresas estrangeiras de energia fossem obrigadas a assinar novos contratos que dão à Bolívia participação majoritária e até 82% das receitas (o último para os maiores campos de gás natural). Todas essas empresas assinaram contratos.

Relatórios do governo boliviano e das empresas envolvidas são contraditórios quanto aos planos de investimentos futuros. Com absoluta certeza se tem que o maior cliente de hidrocarbonetos boliviano é o Brasil, que importa dois terços do gás natural da Bolívia através de gasodutos operados pela Petrobrás. Uma vez que o gás só pode ser exportado da Bolívia através de grandes e (caros) gasodutos da Petrobrás, o governo boliviano e a empresa estão fortemente ligados. A Petrobrás anunciou planos de produzir gás natural para substituir o agora fornecido pela Bolívia até 2011.

Como presidente, Evo Morales se encontrava a frente de problemas dos mais diversos setores, que exigiam grandes mudanças e trabalho árduo, a fim de recuperar as camadas extremamente prejudicadas pelas décadas de políticas neoliberais. As bases da política do novo governo estariam concentradas nas seguintes prioridades:

- Reforma na Lei de hidrocarbonetos, reforma previdenciária e educativa;
- Definição de um novo modelo econômico, como economia social de mercado;
- A integração das microempresas, cooperativas e sindicatos;
- A convocação de uma nova Assembleia Constituinte;
- Nova lei de Reforma Agrária.

A proposta e implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento na Bolívia constituem a base inicial para a transição de políticas colonialistas e neoliberais adotadas nas últimas décadas para a construção de um Estado multiétnico que inclua os movimentos sociais e os povos indígenas. O objetivo principal do plano é solucionar os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais.

No primeiro momento, o objetivo era alterar o modelo primário exportador, grande responsável pela desigualdade e pobreza do país, por um modelo de desenvolvimento integral e diversificado, consistindo na agregação de valor e na industrialização dos recursos naturais renováveis ou não, assim como os

excedentes, antes transferidos ao exterior, seriam utilizados para acumulação de capital interno, que no longo prazo seria aproveitado como fonte para o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

A economia boliviana sempre viveu em baixos índices de desenvolvimento, daí seus problemas sociais em várias esferas acentuados, problemas estruturais, baixa produtividade agrícola e de manufatura e, ainda, baseada numa economia de base primário-exportadora e com capacidade reduzida de gerar emprego e renda.

Segundo Fernanda Wanderlei (2009) temos, com a eleição de Evo Morales em 2006, uma série de reformas políticas, institucionais e econômicas, aprovando inclusive uma nova Constituição Política do Estado, medidas de caráter emergencial, já que durante as últimas décadas a Bolívia se viu atrelada a políticas liberais e às neoliberais, que intensificaram as privatizações, e, das políticas econômicas voltadas à macroeconomia, esperava-se que elas fortalecessem a economia e viabilizassem a criação de empregos.

Obviamente as reformas econômicas desse período não deram o resultado esperado, uma vez que se centralizavam principalmente no petróleo, estanho e no gás natural, ou seja, em suas principais *commodities* e não em setores internos da economia como o setor privado e de serviços, que ampliariam o bem-estar social e os empregos.

Segundo a autora, em 1975 56% da população ocupada estavam na pequena agricultura do país, sem subsídios ou quaisquer proteção do Estado; 3% da população encontravam-se na grande agricultura; o setor público absorvia 8% da população ocupada, junto com a manufatura e as empresas públicas de exploração de petróleo e mineração com outros 8%.

Já no final de 1985, 60% da população ocupada da área urbana estava concentrada em unidades semiempresariais e familiares e em serviços domésticos; 16% estavam em empresas privadas formais; e 24% no setor público; apesar do aumento de empregos em empresas formais, apenas 26% desse grupo estavam cobertos pelo seguro saúde.

Hoje a Bolívia implementa uma série de programas sociais e de geração de renda, voltados para a área da saúde, educação, nutrição e assistência à criança e às mães.

1.3 Desigualdades, atores e reprodutores

Estamos diante de uma tendência mundial de precarização do trabalho caminhando a passos largos para um retrocesso histórico das lutas sociais e dos trabalhadores em todo o mundo. Os novos moldes que se apresentam desvelam as necessidades do mercado econômico mundial de manter-se cada vez mais competitivo à custa do barateamento da força de trabalho e do rebaixamento das condições de vida das camadas populares, e isso se deve às pressões exercidas pela revolução tecnológica, mercado financeiro e suas especulações, globalização e a economia “pós-fordista”.

Essas pressões visam viabilizar e garantir a hegemonia da economia, que passa a exigir cada vez mais produtos melhores e mais baratos, o que acaba por estagnar os contratos e vínculos sociais do trabalho formal. Isto ocorre porque avançam as formas de trabalho “flexível” (contratos temporários, degradados etc.), que se aceleram de maneira muito mais enfática que o trabalho formal ou emprego estável. O avanço da economia informal se dá pela necessidade do mercado de buscar mão de obra com o custo cada vez mais baixo e leis que revoguem os direitos trabalhistas, como as propaladas reformas contra o mundo do trabalho, que abrandam os contratos sociais de trabalho, visto que o trabalho estável e formal acarreta custos e benefícios “incompreensíveis” para os ideólogos neoliberais nostálgicos dos “bons tempos” da escravidão.

A multiplicação dos setores de serviços e terceirizações acaba por absorver em parte os trabalhadores desvinculados do mercado de trabalho tradicional. Como, também, substitui a indústria, que terceiriza sua produção e troca investimentos sociais e contratos trabalhistas por alta tecnologia e reduzida mão de obra já barateada.

A América Latina constitui-se como uns dos polos mais expressivos dessa nova mutação das relações de trabalho, já que depende cada vez mais da entrada de capitais estrangeiros, acentuando assim o crescimento das desigualdades sociais e econômicas de sua população, pois há a substituição de investimentos sociais e afins para o pagamento das dívidas, que se acumulam por causa dos altos juros, e a continuidade dos estímulos torna-se essencial para a solicitação de novos empréstimos.

A liberalização econômica que se deu principalmente e com mais força nos anos de 1990, levou ao aumento da globalização que se legitima pelo fetichismo da mercadoria, como, ainda, das relações da produção capitalista. Permitindo, assim, um novo colonialismo mais intenso e violento nesses países periféricos, nos quais a diferença de salário é compensadora e as legislações de trabalho e as relativas ao meio ambiente não são rigorosas.

Na América Latina a busca pela competitividade se dá nas piores condições, e, com a obsolescência de grande parte do aparelho industrial após a “década perdida”, a não existência de uma política industrial, a grande valorização da moeda e as intensas privatizações, desestabilizaram e acentuaram nesses países a degradação do sistema educacional público que desde os anos de 1980 vem se acelerando, junto às crescentes desigualdades e a informalização nos meios produtivos.

Criando populações mais carentes e desestruturadas pelo novo modelo social de “desenvolvimento”, essas populações veem-se cada dia mais dependentes das ações “humanitárias” de organizações não-governamentais, que, por sua vez, acabam por substituir paliativamente o papel do Estado como gerenciador de soluções e planejamentos para a manutenção da sociedade tal qual conhecemos, ou seja, a economia e o Estado se flexibilizaram frente ao “novo” conceito de modernidade ou pós-modernidade.

Hoje as populações latino-americanas, em sua maioria, tornaram-se um exército ocioso, em busca de trabalho, cada vez mais à mercê do mercado mundial e suas formas de organização. Enfim, tudo isso nos desvela que as transformações do mundo do trabalho são fatores que contribuem para a realocação social e

econômica de determinadas regiões, sua exclusão social, de sexo, a transformação da sociedade, de suas forças produtivas e de sua estrutura social, gerando, dessa forma, mais violência, precarização dos sistemas de saúde, educação, transporte e afins. Há um rompimento da consciência coletiva de integração social, dos laços sociais, “um declínio dos valores coletivos e o crescimento de uma sociedade extremamente individualista” (Hobsbawm, 1995).

As leis de mercado e as novas tecnologias parecem ter reduzido a pó as distâncias e fronteiras nos países subdesenvolvidos; as fronteiras são mais permeáveis de acordo com as leis do capital, cujo catecismo é: “acumular”, “competir” e “produzir”. Esse neoliberalismo institucionalizado no âmbito político-econômico, que promove a supressão de regiões menos favorecidas pelo crescimento econômico, ancorado na exploração e desagregação de valores familiares, de convivências sociais, morais e éticos de cada região, só promove a coerção para os deslocamentos compulsórios dessas populações que se encontram “estagnadas” econômica e socialmente. Não têm amparo, se veem à margem e sob tutela da “igualdade e da liberdade do capital”, que subsidia o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns, e, no mesmo grau, o mundo territorializado e guetificado de outros. No meio disto, encontram-se os refugiados, repatriados, os expulsos e clandestinos (Vainer, 1996).

O período de 1990 é marcado também por um estado regulador que buscava um equilíbrio macroeconômico e ao mesmo tempo de reformas estruturais com investimentos públicos em saúde e educação e infraestrutura em geral, através de privatizações, principalmente.

Em 1993, na Bolívia, durante grande parte das privatizações, sustentou-se a manutenção de 49% da propriedade das ações em nome de todos os cidadãos com mais de 21 anos de idade que formavam o fundo de capitalização coletiva que geraria um bônus solidário denominado *Bonosol* aos que completassem 65 anos de idade.

As visões macroeconômicas eram muito ortodoxas e não auxiliavam a manutenção e estabilidade nem a promoção de estímulos à indústria e setor de serviços nacionais, como já vimos anteriormente. O modelo de capitalismo de

Estado (Pabón, 2005) durou de 1985 a 2005, perdendo espaço, paulatinamente, devido sua ineficácia contra o combate à pobreza. Esse período também marca a revogação de disposições que garantiam a estabilidade de trabalho, fomentando a sua precarização com a determinação de salários baseada na boa vontade do setor de empresas privadas, o que baixou os salários, como também contribuiu para a decadência das unidades familiares camponesas com a abertura de importações dos produtos agrícolas, afetando as economias familiares de pequena produção.

Tanto camponeses como mineiros se viram obrigados a se deslocar para centros urbanos ou para as áreas de plantação de coca, alternativa para o sustento familiar e fonte de recursos para movimentos de resistência.

Em 1976, 63% da população estavam ocupadas nas atividades agropecuárias e de mineração; já trinta anos depois, em 2006, 41% da população está ocupada nestas áreas.

Como qualquer economia baseada em políticas neoliberais, a terceirização é característica do período, mostrando que o setor de serviços e de comércio cresce em detrimento das quedas nos níveis de empregos industriais.

No ano de 1985 a taxa de desemprego urbano era de 6%, passando para 10,4% em 1989, 3,5% em 1996 e 7,8% em 2006.

Esse período também se caracteriza pela larga expansão do trabalho precário, de redução do emprego assalariado de qualidade, incentivando processos de desregulamentação e flexibilização da força de trabalho.

Nos anos 1980, com a crise do movimento sindical, e devido a ajustes estruturais, que abandonam o modelo estadista de desenvolvimento baseado nas políticas de substituição de importações, temos a capacidade de mobilização e de participação de trabalhadores deteriorada.

1.3.1 Bem-estar social

Conforme Wanderlei (2009), o sistema de aposentadoria na Bolívia foi estabelecido nos anos de 1950 e começa a apresentar problemas financeiros e administrativos devido à descapitalização da maioria dos fundos de aposentadoria, à crise econômica da primeira metade dos anos de 1980 e, especialmente, ao processo inflacionário, debilitando gravemente o valor dos salários e contribuições. E, claro, aos efeitos negativos da nova política neoliberal que contribuiu para deteriorar o trabalho, incitando a degradação do número de contribuintes. O sistema cobria aproximadamente 22% da população economicamente ativa, sendo 2/3 de funcionários públicos.

A média da aposentadoria por invalidez era de US\$ 86; a aposentadoria por idade (65 anos) de US\$118 ao mês; em 1995 os idosos chegavam a 40% da população.

A partir de 1997, Wanderlei aponta que a reforma do sistema de aposentadoria passou de um sistema solidário a outro de capitalização individual com administração privada, que conforme vimos abarca também o Bonosol. Segundo Wanderlei, em 2006 a quantia paga a cem por cento das pessoas com mais de 65 anos era de US\$ 180 ao ano, sendo arcada pelo Estado com custo de aproximadamente 4% do PIB nos últimos anos; em junho de 2002, 60% dos afiliados não contribuíram para o sistema.

Quanto às políticas sociais e de combate à pobreza desde os anos de 1980, há a criação de um fundo social de emergência, que tinha como finalidade amortecer o desemprego, criando empregos provisórios e orientação quanto aos recursos de financiamento de obras de impacto social. E depois o fundo de investimento social, que daria apoio ao desenvolvimento dos setores de educação e saúde, e tinha o mesmo objetivo de gerar empregos de emergência.

Nos anos seguintes temos reformas setoriais no campo da saúde e educação reforçando o papel do Estado na promoção de serviços e descentralizando as responsabilidades e recursos dos governos subnacionais. Foram promovidas diversas ações dirigidas a grupos vulneráveis.

A partir de um projeto de lei denominado Lei de Participação Popular, ainda nos anos de 1990, grupos indígenas, associações de camponeses, entre outros, puderam participar de decisões políticas importantes, graças a essa reforma institucional. A distribuição de verbas passou a ser melhor aplicada, porque conforme o exemplo da autora, as cidades de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz recebiam 91% dos recursos e o restante do país 9%, pois a distribuição de recursos era baseada na arrecadação baseada na distribuição em função do número de habitantes.

Em razão da participação popular em 1996, aquelas cidades passaram a receber 68% e as demais, 32%. Outro eixo importante das políticas sociais nos anos de 1990 foi a reforma na educação, que buscava melhorar a cobertura e a qualidade da educação primária. A reforma gerou uma série de serviços, tais como oferecimento de merenda, porém, “todas essas políticas encontraram problemas de gerência e de execução, e grupos de poder, como professores, resistiram às reformas ativamente” (Wanderlei, 2009, p. 170).

A área da saúde também ganhou atenção. Em 1996 foi estabelecido o Seguro Nacional de Maternidade e Infância e, seguido por outros, que visavam o atendimento a todas as gestantes e menores de 5 anos de idade, com um atendimento completo durante o período gestacional; houve também atenção especial à terceira idade.

A importância dessas iniciativas estatais e programas em médio prazo tem se mostrado significativa, de acordo com os dados apresentados, mantendo o número de matriculados tanto no ensino primário e aumentando em 26% o número de matriculados no ensino secundário do ano de 1998 a 2005. Como o programa de assistência às mães e filhos, a mortalidade materna diminuiu de 416 por 100.000 habitantes em 1989 para 229 em 2003. Isso porque a cobertura do sistema de saúde público é baixa e ainda muitos dos cidadãos bolivianos têm como principais despesas de domicílio remédios e clínicas particulares.

Durante os anos de 1990, as ações assistencialistas e os programas de assistência à mulher, à criança e ao idoso contribuíram para a diminuição da pobreza medida por necessidades básicas insatisfeitas, passando de 70,9% em

1992 para 58,6% em 2001, para as cidades; na área rural em 2001, 91% da população não contavam com serviços de saúde e saneamento.

Outra questão importante para o país é a autonomia administrativa, gerando a Lei de Descentralização Administrativa, transferindo a autoridade e a gerência de recursos aos departamentos, com as suas autoridades eleitas desde 2006.

As desigualdades têm múltiplas dimensões de origem étnicas, de gênero, de moradia, de região habitada, de trabalho informal e formal, de acesso ao trabalho, de capacitação, de educação, da saúde, e as ações organizadas até então apresentam debilidades diversas, gerando serviços públicos de má qualidade e curto alcance. Além das pressões para a mercantilização desses serviços, é latente a redução de disponibilidade de recursos para os gastos sociais devido às crises econômicas e o empobrecimento acentuado da nação.

As medidas de proteção social ainda não são suficientes para aplacar as necessidades básicas da população, ocorre que a Bolívia ainda caminha lentamente no processo de autonomia econômica e o resultado de sucesso ainda está longe de ser alcançado. Portanto, a pobreza, um dos principais problemas da Bolívia, persistirá enquanto a concentração da riqueza permanecer em poucas mãos, enquanto o acesso ao trabalho não for digno e crescente, e os recursos produtivos (capital, produção, conhecimento, água e terra) sejam livres das especulações espúrias do mercado internacional e dos organismos neoliberais. Isso tudo é associado ao limitado acesso e baixa qualidade dos serviços básicos e a uma participação democrática ainda baixa.

As relações de poder impostas pelo neoliberalismo visam camuflar o que podemos entender como “mal-estar” social (Anderson, 1995), que é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Os poderosos de hoje se utilizam de seu braço operacional, a “globalização”; portanto, a falsa ideia de que o mundo está evoluindo nos faz compreender melhor nosso retrocesso, como também a ideia que não mais podemos cortar o cordão umbilical que nos liga ao capitalismo, existiria a “globalização” porque simplesmente necessitamos dele para nos alimentar e manter essa ilusão de “bem-estar”. Intitulado “globalização”, o novo colonialismo acabou se legitimando em nossa sociedade através do fetichismo da

mercadoria e das relações de produção capitalistas, que se adaptaram e destruíram as relações de produção anteriores. Como já citamos, a “globalização” ultrapassa barreiras e sua funcionalidade se dá de maneira bem prática e lucrativa na América Latina.

Nos anos 1990, a nova ordem era a flexibilização da economia, favorecendo condições de reorganização econômica e social. A primeira exigia que as condições institucionais que regulavam as atividades econômicas fossem flexibilizadas; e a segunda era a flexibilização da regulamentação e proteção do mercado e das relações de trabalho (Dedecca, 2003).

O desemprego estrutural é a consequência de políticas ineficazes, de privatizações, deterioração do mercado interno, de produção e de trabalho, associado à expansão da dinâmica do mercado externo e das exportações, do livres mercado e de políticas ortodoxas.

Segundo relatório da CEDLA (2003), desde os anos de 1999 até o ano de 2003, dois de cada dez empregos eram gerados pelo setor empresarial, o setor informal e de serviços domésticos abarcava sete de cada dez pessoas ocupadas. De acordo como o mesmo relatório, o grau de proteção social era o mais baixo da região, abarcando 31% da população ocupada. As condições de trabalho não só se tornam mais precárias, como, também, os salários; o salário mínimo real caiu para os níveis de antes de 1990 e representava apenas 50% de uma cesta básica.

Com uma economia que não consegue promover acesso a empregos formais, temos nesta condição de assalariamento no subemprego cerca de 64% da população ocupada. Portanto, se a maior parte da população ocupada não consegue a remuneração mínima para o consumo, a economia interna perde cada vez mais capacidade de produção, gerando círculo de estagnação econômica crescente, por consequência, o bem-estar social também não avança.

Para ilustrar nosso argumento, tomemos o *ranking* mundial de desenvolvimento de gênero do ano 2001, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ele aponta que a mulher boliviana está no posto 94º, muito abaixo da população feminina do resto dos países da América Latina e com

níveis de bem-estar ligeiramente superiores apenas aos registrados na Nicarágua, Honduras, Guatemala e Haiti, que são os últimos do nosso hemisfério.

Com dados de 1999, o PNUD sustenta que: a expectativa de vida das mulheres no país é de apenas 63,8 anos, a porcentagem de alfabetização alcança os 78,6% e a taxa bruta de matrícula escolar é de 67%, ou seja, os mais baixos registros da América Latina. Atualmente, a expectativa de vida é de cerca 67 anos na Bolívia e os demais dados permanecem.

Outro dado que ilustra a marginalidade e o atraso em que as mulheres bolivianas estão, há muito tempo, refere-se aos níveis salariais. Segundo o PNUD, o salário das mulheres do país era, em média, de apenas 44% do salário ganho pelos homens, no período de 1994 a 1999. Para 2000, todavia, a porcentagem salarial da mulher teria aumentado para 66%, segundo a governamental Estratégia Boliviana de Redução da Pobreza (ADITAL, 2002)

Ao pensarmos que o processo de democratização na Bolívia tem longo caminho a ser percorrido, e que, na esfera econômica, o país não consegue absorver o contingente de trabalhadores ociosos involuntariamente e o exército destinado ao desemprego aberto, por falta de oportunidades. Estas decorrentes do fosso estrutural em torno de uma indústria “inexistente”.

Para compreensão destacamos a análise do PNUD para 2005. O índice de desenvolvimento humano (IDH) da Bolívia alcançava a posição 117º, num total de 155 países; a expectativa de vida média era de 64,7 anos, uma taxa de alfabetização em torno de 86,7% e o seu índice de GINI em 60,1%.

Em termos nacionais, a população na linha de pobreza chegava a 62,7% (1990-2004); destes, cerca de 42% viviam com aproximadamente US\$ 2 por dia.

No IDH de 2010, o PNUD destaca em seu estudo que as medidas de Evo Morales — em favor da erradicação da pobreza e da inclusão de grupos antes marginalizados — nas esferas de bem-estar social contribuíram para que, em muitos aspectos, o país possa alcançar nos próximos anos um avanço significativo. Entretanto, no ano de 2010 sua posição do IDH caiu para a 95ª, com uma expectativa de vida de 66,3 anos e o índice de GINI em 57,2%; a população na linha

de pobreza em 2010 era 37,7%, aqueles que viviam com menos de US\$ 1,25 por dia eram 22%, praticamente o mesmo número de 2005.

No aspecto de trabalho, a relação de emprego e trabalho consta que a população entre 15 e 64 anos de idade estava presente no mercado de trabalho em torno de 61,4% da população economicamente ativa no ano de 1991, já no ano de 2008 esse número fica em 70,7%. Dentro desse quadro, e, entre os anos de 2000 e 2008, 38,1% da população economicamente ativa estava presente em empregos formais, e 0,63% de mulheres eram empregadas para cada homem. Enquanto no mercado de trabalho informal, no mesmo período, 61,6% da população economicamente ativa estava inserida em trabalhos de vulnerabilidade, neste grupo, 1,31 era a relação de mulheres para cada homem.

Assim, podemos compreender em que nível de vulnerabilidade está inserido o grupo, principalmente no que concernem as mulheres e a sua necessidade de migrar.

No Capítulo *Gênero e Trabalho*, veremos especificidades acerca da condição da mulher boliviana e da família que está inserida no processo de sobrevivência.

1.4 Fluxos migratórios bolivianos

A cada ano, milhões de pessoas deixam suas aldeias e cidades nos países pobres ou em desenvolvimento em busca de trabalho e uma vida melhor para si e sua família.

Os países mais desenvolvidos precisam do trabalho dos imigrantes e as famílias que permanecem no país de origem das remessas para suprir necessidades decorrentes da sua renda insuficiente.

A Migração no mundo tem sido marcada pela globalização, ou seja, a interação cada vez maior de mercados locais com as internacionais, o que resultou

em maiores graus de especialização e de reajustes do salário preenchendo lacunas tanto para trabalhadores qualificados quanto para não qualificados⁵.

O fenômeno da migração tem dois componentes: o social, no qual a análise do mercado de trabalho e investimento em capital humano e das famílias migrantes que recebem remessas é crucial. E o econômico, abarcando o estudo da possível ligação entre os níveis mais elevados de desenvolvimento e do fluxo de remessas. Um dos impactos diretos da migração são as transferências de remessas⁶ dos migrantes.

Essas transferências têm crescido em paralelo com o aumento da migração, o crescente intercâmbio de bens e serviços, livre circulação de capitais e a proliferação de corporações transnacionais em praticamente todos os países e regiões.

Outros impactos econômicos estão relacionados com a perda de trabalhadores em países e regiões de origem dos migrantes, que está associada não só com a migração de indivíduos altamente qualificados, como também com a redução de capacidade de força de trabalho que contribuiria para o avanço da força produtiva na área de ciências e tecnologias no local de origem.

O estudo do CEBEC/CAINCO revela também os impactos sociais da migração, sendo os mais comuns, neste processo, a desintegração da família e tensões, como resultado da partida do chefe de família e outros membros da mesma em diferentes estágios do ciclo de vida. O aumento de sociedades multiculturais, com grande

⁵ Processos de migração e da globalização são inseparáveis. A relação entre migração e globalização tem sido parte integrante do processo de modernização e tem desempenhado um papel central na implantação e desenvolvimento das principais economias do mundo moderno. Uma dimensão na qual sua contribuição tem sido mais visível é a relativa à mobilização e de fornecimento constante de mão de obra barata e especializada (CEPAL-CELADE, 2006).

⁶ De acordo com o estudo do CEBEC/CAINCO (2007) a respeito do notável crescimento das remessas, houve uma linha de discussão sobre o papel delas como uma importante fonte de desenvolvimento econômico local e regionalmente. Os estudos realizados para entender o potencial das remessas no desenvolvimento econômico mostram que eles representam basicamente um complemento salarial, utilizado para a reprodução cotidiana da família (principalmente o apoio da família e aquisição ou reparação de habitação) e comunidade. Assim, o investimento das remessas em atividades produtivas diretamente foi marginal e, nos casos em que se aplica, são investidos em pequenas empresas familiares nos setores de comércio e apenas uma pequena parte vai para o investimento produtivo.

diversidade étnica, aponta também para o crescimento da população imigrante em algumas áreas superando a de nativos.

As discriminações frequentes do mercado de trabalho e exploração do trabalho imigrante, especialmente os indocumentados; assim como a falta de segurança social e as múltiplas formas de violação dos direitos humanos, distorção e segmentação dos mercados de trabalho nos quais os imigrantes estão inseridos, conforme veremos nos próximos capítulos.

Esta situação é agravada pela população de imigrantes (especialmente os indocumentados), que muitas vezes vivem em condições de superlotação, pobreza e anonimato, vítimas de discriminação e exploração, e têm acesso limitado aos serviços sociais: educação, saúde e justiça.

Por outro lado, a migração internacional na América Latina é caracterizada principalmente pelo número crescente de mulheres migrantes e sua percentagem ultrapassa a maioria em muitos fluxos, especialmente nos mais recentes.

A vulnerabilidade das mulheres migrantes é aumentada por fatores de risco que são experimentados durante a viagem e sua incorporação no mercado de trabalho.

A composição da migração por sexo está intimamente relacionada com o grau de complementaridade entre os mercados de trabalho dos países, a demanda por trabalho no setor de serviços, os efeitos das redes e dos padrões de reagrupamento familiar.

A informalização do trabalho em grande escala e deslocamentos na mesma proporção são, na Bolívia, crescentes nas décadas de 1980 em diante.

Analisando a série histórica do Centro Boliviano de Economia – CEBEC (2007), observamos que o referido centro de estudos aponta as motivações para o fluxo migratório, tais como desemprego, baixos salários, subempregos etc.; e estruturais como: guerra, violência e perseguição.

O primeiro caso tem como interesse a busca por melhores empregos e remuneração, geralmente em outros países. O resultado disso é a remessa ao país de origem, onde se encontra sua família.

O segundo busca por uma necessidade imediata de proteção e refúgio. Neste mesmo estudo temos análises majoritariamente destinadas à compressão da migração externa, que abordaremos nos capítulos adiante.

Quanto aos fluxos migratórios internos, segundo o Observatório Boliviano de Emprego e Seguridade Social, os estudos recentes sobre migração concluem que cerca de 100.000 pessoas migram do interior para outras regiões e que cerca de 180.000 bolivianos vão para o exterior.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estadísticas da Bolívia do ano de 2000, cerca de 34,66% da população é migrante interno, com igualdade sobre os sexos, com exceção das mulheres nas áreas rurais que migram 3,7% a mais do que os homens, mesmo as mulheres da área rural estando em um número menor do que o de homens.

O relatório da CEBEC nos diz que na Bolívia, durante os últimos sete anos, cerca de um milhão de pessoas migraram. A emigração boliviana é de cerca de 2,5 milhões de pessoas, representando mais de 20% da população.

Durante esses anos, o aumento do fluxo de migração foi agravado em 2000, devido ao crescimento econômico marginal (0,4%); no período de recessão econômica a taxa de emigração foi de 25%. Daquele ano até 2003, o número de imigrantes continuou a aumentar, mas a um ritmo mais modesto, isso pode explicar porque os rendimentos reais da população como um todo diminuíram, ficando cada vez mais caro financiar o processo de migração.

O relatório atenta também que as redes migratórias são importantes para o aumento da imigração. Durante os últimos três anos, o número de imigrantes aumentou em termos absolutos e relativos, explicada pela primeira maturação das redes sociais estabelecidas pelos migrantes nos países de destino anterior e, segundo, porque, devido ao aumento do influxo de divisas, variações de rendimento nominal ajudaram a cobrir os custos de migração.

Quadro I — Bolívia: Fluxo estimado de emigrantes e taxa de crescimento, 1999-2006
(Em milhares de pessoas e percentagens)

Elaboración: CEBEC/CAINCO con estimaciones en base a
Banco Mundial (2005), CEPAL (2005) y OIM (2005).

As migrações bolivianas são difíceis de acompanhar, por serem indocumentadas e difusas, conseqüentemente os dados são muitas vezes controversos.

Segundo o mesmo relatório, os principais países de destino são Estados Unidos, Espanha, Argentina e Brasil. De acordo com Nóbrega (2009), a cidade de São Paulo é o principal destino desses imigrantes no país.

Quanto aos fluxos migratórios latino-americanos, pós anos de 1950, temos duas particularidades, sendo que uma é a emigração para países considerados de “primeiro-mundo”, de trabalhadores com maior instrução e especializados, que é bem documentada por ser legalizada, de acordo com o Convênio de Intercâmbio Cultural Brasil-Bolívia.

Em 1958, se estimulou a imigração de grupos pertencentes às camadas médias e de profissionais liberais. E, a segunda, é a emigração para países da América Latina, com movimentos massivos de mão de obra não-qualificada e/ou semiqualficada, constituída de migrantes não-documentados.

Segundo a Fundação Bolívia (Silva, 1997, p. 92), o setor que mais absorve mão de obra entre os indocumentados ou clandestinos é o da confecção, que atinge um percentual de 40%, sendo os demais distribuídos em serviços gerais. Segundo relatório fornecido pelo Consulado Geral da Bolívia em São Paulo (La Paz, 2008⁷), a saturação do trabalho na administração pública e o fato de 50% da população boliviana estar inserida na economia informal são fatores determinantes para a emigração desse grupo.

Já a partir de 1980 houve a intensificação de mão de obra barata voltada para o trabalho em oficinas de confecção coreanas e, conforme o relatório, são aproximadamente 2.500 estabelecimentos que vendem ao redor de 7 milhões de peças por mês. Segundo o mesmo texto, cerca de US\$ 1 bilhão foram enviados por imigrantes à Bolívia em 2007.

É interessante ressaltar que o relatório nos ilustra que a constituição dessa “indústria” se deu com a chegada clandestina de imigrantes coreanos que entraram no Brasil via Bolívia e Paraguai, por ser proibida a entrada desses asiáticos, com exceção daqueles com visto de trabalho e comprovante de nível superior. Os que entraram clandestinamente continuaram com a já existente indústria de confecção de “fundo de quintal”, herança de outras comunidades, e vão repassando o “ponto”, explorando e aterrorizando os próprios compatriotas, os quais posteriormente viriam a fazer o mesmo com a comunidade boliviana em busca de trabalho. Mas esta encontra subemprego e péssimas condições de trabalho nas mãos dos coreanos, chilenos e de bolivianos proprietários desse tipo de negócio.

Eric, um de nossos entrevistados conta como foi o processo de coação pelo qual passou e como conseguiu se libertar-se da situação em que estava:

⁷ Relatório fornecido por Rosa Virgínia Cardona (Consulesa da Bolívia no Brasil).

Eu cheguei aqui, aí mudou tudo para mim, na minha vida, porque era o liberado, gostava muito de passear na rua, beber, amigos tudo, né? E foi como sair da rua e entrar na prisão.

Acordei às 6h da manhã, e eu trabalhei das 7h da manhã, 8, 9, 12, 13h é que almoçamos, aí foram mais umas horas e chegou 17h da tarde, aí tomamos café, tudo normal e voltaram para o trabalho, e eu assim... querendo descansar, né? E voltaram para o trabalho, aí eu fiquei trabalhando, achando que era até às 18h. E fiquei trabalhando e já era dez da noite, 23h e meia noite parou todo mundo.

E eu não falei nada para dona, que ela estava errada, eu fiquei calado. Mas aí descansava às 23h, mas ia gente ao nosso quarto para ver tv, e eu não conseguia dormir. Dormia 1h e acordava 5h da manhã, por que a bagunça era muita.

Trabalhava com sono, e tudo isso. Fiquei assim por três meses, paguei minha dívida com a dona e eu queria mudar de trabalho, mas ela me falava assim: 'se você sair daqui a policia te pega'. E aí eu não era assim; se a pessoa está falando, vou ser bobo e cumprir? Não! Eu sou meio pesquisador.

Eu pesquisei na internet, e falava assim 'Brasil o país para todo mundo'. Aí eu falei para dona que não acreditava que a policia podia pegar, se a gente entra com cédula de identidade, e que nem na Espanha, que é um país mais forte, fazem isso de deportar um monte. Eu não acreditei.

Num momento de folga, Eric saiu da oficina, pegou um trem e ficou surpreso de não ver conterrâneos. Ao tentar comunicar-se com as pessoas, foi informado da existência de uma comunidade de bolivianos que se reunia aos domingos, numa feira chamada Kantuta. Lá Eric conheceu Honda, um empresário que necessitava de ajudante e pagava um salário "a contento". R\$ 600,00, num ambiente limpo, arrumado, pois até então o salário de Eric era de R\$ 200,00 e não dólares, como combinado na Bolívia com o intermediador.

Ao tentar encerrar suas atividades na empresa em que estava, sofreu humilhações e foi intimidado pelos familiares da dona da oficina, o seu relato é o seguinte:

Eu fui para Pirituba (local da oficina), entrei normal, falei para a dona que eu ia trabalhar, ela ficou assustada, e falou 'ah, aqui não tem mais oficina para você trabalhar'.

Eu e o Honda chegamos até o Ipiranga para ver a oficina, e era toda arrumada, mais bonita e o salário estava bom para mim. Aí ela começou a ficar brava, dizendo que 'você não pode sair, você vai sair daqui e vai encontrar uma vida muito ruim, você vai ser discriminado pelo brasileiro, brasileiro vai falar coisas feias para você, vão falar: boliviano vai plantar batata na sua terra'.

Eu não quis dar atenção a ela. Eu arrumei minhas coisas, eu falei 'eu não tinha dívida com você, eu cumpri com a minha parte e você não está cumprindo com os pagamentos'. E aí ela falou: 'você não pode ir embora porque temos um contrato', Eu sei que fiz o contrato e nele estava um ano o tempo que tinha que trabalhar com ela, um ano. E eu estava há três meses e queria sair, aí ela falou que tinha que ficar por um ano, eu falei para ela que no contrato falava que você vai cumprir e eu também vou cumprir, eu estava trabalhando e eu estava cumprindo demais, e da sua parte, patroa, você não estava cumprindo nem com o horário, nem como a comida, e nem com o salário, muitas coisa não tá cumprindo.

Ela começou a me xingar, começou a gritar, e eu também, e ela tem uma família que tem oficina, que trazem bolivianos de lá; eles pegam pessoas de povoados afastados, pessoas mais tímidas que tem medo de falar, que não conhece seus direitos. São pessoas que trazem, que se você falar você vai ficar assim, e eles tá.

Aí ela começou a ligar para seus familiares, os tios chegaram num carro de luxo, e falaram: 'você não pode ir, você tá pensando o quê?'

Eu saí chorando, porque eles estavam me xingando muito, eu liguei para o Honda, ele me deu um cartão telefônico, eu falei para ele: não estão me deixando sair, estão falando que tenho um contrato, e tudo mais. Aí ele falou 'até que horas você tá trabalhando?' Eu falei a verdade, tô assim e tal. Ele perguntou o endereço, a rua, e o CEP, eu perguntei o que era, ele me mandou olhar uma plaquinha e eu vi, dei o CEP, a rua e o bairro. Ele chegou e não chegou sozinho, com a polícia e viatura, e começaram a perguntar como funciona, e me liberaram, a polícia entrou e viu a situação, entraram até lá em cima, viu os bolivianos, e os bolivianos se assustaram, porque na tv da Bolívia passa muitas situações dos Estados Unidos e o jeito que a polícia tratam os mexicanos, encontra e mandam para seu país. E muitos acham que é o mesmo aqui, que se a polícia pegar vai para seu país, muito boliviano pensa assim, aí os patrões falam assim: 'que o brasileiro vai discriminar você, que você vai ser roubado, que você vai perder muita coisa'.

E eu dei conta que não era assim, quando eu saí com esse brasileiro, o Honda, cheguei lá, me deu quarto, falaram normal comigo. Chegou sua família ele me apresentou, todos falavam em português comigo, e eu dava risada, e o Honda me explicava, é isso e tal. Aí comecei de ajudante, e estava com ele e procurava os costureiros, e com ele o salário era R\$ 1.000,00 e na verdade era das 7h da manhã as 22h, aí estava trabalhando normal, primeiro mês ele me pagou R\$ 600,00, no segundo R\$ 700,00; R\$ 800,00, até R\$ 1.000,00 de ajudante, até que fiquei de encarregado de lá. Fiquei com ele quase um ano e meio. E eu fui amadurecendo mais, pensava a vida não era assim fazer bagunça, eu já pensava, eu quero ser assim, quero estudar; eu ligava para minha mãe, e falava 'ô, mãe, eu quero fazer tal coisa', ela falava: 'para de beber filho'; eu falava 'eu não tô bebendo, mãe, mudei' Ela achava que eu tava bebendo, mas eu trabalhava, já tava pensando em outras coisas, né?

As causas da emigração são diversas, podendo ser de origem econômica, direitos políticos, participação democrática, questões interculturais, transformações nas relações familiares e de gênero.

De acordo com o relatório (2008), no Brasil encontram-se aproximadamente 296.000 pessoas, representando 12% do total da população migrante boliviana. Essa migração corresponde às características do padrão de Sul-Sul. Neste, o perfil do migrante é de baixo nível de escolaridade; não há qualificação do trabalho, especialmente no que se refere à fabricação de têxteis.

Geralmente esses migrantes são os mais pobres e escolhem países limítrofes como a Argentina e o Brasil pelo custo mais baixo de viagem em comparação com países como Estados Unidos e Espanha.

Caso relatado por nosso entrevistado Eric, sobre o modo que escolheu o Brasil e como foi seu deslocamento:

(...) Pensei em mudar de vida, ficando no meu bairro eu não conseguiria. Então fui até a cidade de El Alto e vi muitas placas lá, dizendo que precisava de costureiro no Brasil, e pensei o que seria Brasil, na Argentina e tal, e eu não sabia o que era na verdade, então falei com meu tio Felipe e ele me disse vai lá, trabalha lá. Ele disse

que tem um amigo no Brasil, (nunca vi ele) que tem dois carros, chega sempre a cada ano aqui, 'ele mudou muito sua vida, aquele prédio que você está vendo é dele'.

Eu falei nossa eu vou, mas não era meu sonho trabalhar assim, ter uma vida melhor... Eu na verdade não tinha esse sonho, na verdade meu sonho era mudar (a situação em que estava). E aí eu me apresentei, e perguntei: posso me candidatar costureiro, ou ajudante, e ele (empregador) falou: quero ajudante. 'E me falaram você vai de ajudante e você aprende'. E eu falei eu quero, deixei minha célula de identidade, aí veio um boliviano e me falou, mas ele morava na Argentina, aí ele disse: 'vamos lá para Argentina', ele falou, 'vou te pagar US\$ 200, vou te dar comida, moradia, você vai trabalhar das 7h da manhã até 17h da tarde'. Eu falei não, na verdade eu não gosto muito da Argentina, eu ouvi muitas coisas, não de bolivianos, mas do que se passava de lá, a economia baixando, tinha muitos problemas a Argentina, aí eu pesquisei na internet e vi que a economia no Brasil estava melhor, que estava melhorando na economia, então eu falei vou para o Brasil, eu falei para a senhora quero o Brasil, fizemos um contrato, a dona estava aqui, não tava lá, fizemos um contrato que falava ia me pagar US\$ 200, ia trabalhar das 7h as 17h, que ia ter comida e moradia, que eu tinha que cumprir e que ela ia cumprir também, no contrato constava que ia pagar US\$ 200, que na Bolívia são Bs 1400 bolivianos⁸, então falei eu vou lá. E cheguei aqui, eu entrei pelo Paraguai, né? Pensei como será entrar no Brasil, acho que é muito difícil a vida lá. Saí numa quinta e cheguei numa quinta-feira também.

Foram quase sete dias de viagem, eu dormi três dias no Paraguai, cheguei na fronteira, e na fronteira tinha uma polícia meio corrupta, que pediam dinheiro, 'dá US\$ 10,00 e você passa para o Brasil'. Lá no Paraguai me falaram, 'você quer entrar no Brasil, né?, você dá US\$ 10 e daí você dá para polícia federal e você entra'. Eu falei: sério??!!! E aí dei o dinheiro, na fronteira do Brasil e do Paraguai, eu mostrei o papel e entrei tranquilo, eu falei aqui é mais fácil que entrar na Espanha (risos).

⁸ BOB ou Bs é a sigla do Boliviano, moeda corrente na Bolívia.

Com dados do Banco Mundial, Nobrega (2009) ilustra as remessas legais de bolivianos, que entre 1997 e 2007 cresceram 1.091%, alcançando neste último ano US\$ 927 milhões, o que equivale a 6,6% do (PIB) da Bolívia, e atenta para o fato de esses números serem ainda maiores devido às remessas não-documentadas. A média de remessas dos imigrantes da região Sul era de US\$ 120, enquanto as remessas de outras regiões são de US\$ 210.

As remessas têm uma importância extremamente forte no continente sul-americano. Veremos que o mesmo relatório do CEBEC, através de pesquisas de opinião, revela que:

- 11% da população adulta na Bolívia (5,9 milhões no total) recebem as remessas, o que corresponde a 650.000 beneficiários (2005).

Nas cidades, temos a seguinte distribuição:

→ 18% em Santa Cruz;

→ 17% em Cochabamba;

→ 14% em El Alto; e

→ 9% em La Paz.

82% dos bolivianos na Espanha enviam remessas aos familiares na Bolívia. Destes, 84% enviaram dinheiro para casa por menos de três anos, enquanto 16% foram realizadas por um período de três anos ou mais.

O receptor de remessas recebe o dinheiro cerca de 8 vezes por ano. A média de cada remessa é de R\$ 120,00 se o lote vier da América Latina e de US\$ 210.00, se vier dos EUA e da Europa.

44% dos imigrantes bolivianos na Espanha enviaram cerca de € 200 euros para as suas famílias na Bolívia, enquanto 51% enviam menos de € 200 euros. Em média, os imigrantes na Espanha enviaram cerca de 15% de seu rendimento anual para suas famílias.

Essas remessas de dinheiro têm como destino na Bolívia, em porcentagem:

- 45% em despesas com gastos diários;
- 21% em educação;
- 17% em negócios;
- 12% em poupança;
- 4% em propriedade (compra de imóveis);
- 1% outros.

Cerca de 59% dos beneficiários das remessas têm planos de abrir seu próprio negócio no futuro. Por sua vez, 32% dos imigrantes bolivianos na Espanha estão planejando estabelecer algum tipo de negócio na Bolívia.

Edith, nossa entrevistada, dá seu relato sobre as remessas:

Eu tô juntando só para estudar, pra mim. Porque não preciso só ajudar a família.

Mas muitas sim, porque muitas vêm do meio rural e elas sempre ajudando.

-----pergunta----- Você acha que as famílias que estão lá dependem muito desse dinheiro?

Depende. Né? Tem um caso que tem uma menina... tem cinco irmãos e o mais novo já trabalha, tá estudando ainda, e os pais são muito velhinhos já. O mais velho dos irmãos tá aqui, ela tem esse irmão daqui, e os dois mandam para os pais, mas sempre os pais tem sempre algo para fazer lá (sembrar papas) semear batatas, fazer um monte de coisas, para sair a diante.

-----pergunta----- E esse dinheiro que eles ganham aqui e mandam para lá, o que eles fazem com o dinheiro? Abrem um negócio ou é só para a sobrevivência?

É para a sobrevivência mesmo, a minha amiga contou assim, que ela mandava e seus pais compravam 'ganado'...

-----pergunta----- Desculpe, o que é isso?

Os pais dela compravam ovelhas, vacas e porquinhos, né? Rssrs. E criavam mais, mais e vendiam a carne, distribuía, tinham duas vacas, e tiravam leite e vendiam, dava para sair grana. Aí ela dava (dinheiro) para eles por um tempo e eles foram progredindo, e parou de ajudar eles.

Segundo a Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD 2009, p. 16):

Os benefícios mais diretos que comumente emergem com a mudança geográfica rendem-se com as remessas enviadas aos membros da família mais próxima. É de salientar, porém, que as repercussões desses benefícios têm um vasto alcance: ao serem gastas, as remessas levam à criação de emprego para os trabalhadores nativos. Por outro lado, verifica-se também uma alteração do próprio comportamento das pessoas, em resposta às ideias que lhes chegam do estrangeiro. Para dar um exemplo significativo, note-se como esta abertura pode levar a que se permita que as mulheres se libertem dos seus papéis tradicionais.

Segundo o INE (Instituto Nacional de Estadísticas da Bolívia), com base no último censo em 2001, a Bolívia apresenta um quadro de pobreza ainda grave. Abaixo veremos parte dos dados que representa a região mais populosa de La Paz, principal origem dos migrantes que vêm à São Paulo, de acordo com o levantamento realizado a partir das fichas da Pastoral do Migrante no processo de anistia do ano de 2009.

Abaixo, temos os indicadores de pobreza segundo área rural e urbana.

Quadro II — Bolívia: Indicadores de pobreza, segundo área, 1999-2007

(Em milhares de pessoas e percentagens)

BOLIVIA: INDICADORES DE POBREZA, SEGÚN ÁREA								
DESCRIPCIÓN	UNIDAD DE MEDIDA	1999	2000	2001	2002	2005	2006	2007
BOLIVIA (1)	—							
Incidencia de pobreza (FGT0)	Porcentaje	63,47	66,38	63,12	63,33	59,63	59,92	60,10
Brecha de pobreza (FGT1)	Porcentaje	35,99	40,16	34,55	34,88	33,30	32,39	30,52
Magnitud de pobreza (FGT2)	Porcentaje	25,62	29,31	23,88	24,24	23,36	21,79	20,11
Población total	Persona	8.000.798	8.274.803	8.248.404	8.547.091	9.366.312	9.600.809	9.850.513
Población pobre	Persona	5.078.106	5.492.814	5.206.393	5.412.566	5.584.772	5.752.902	5.919.766
Area Urbana(1)	—							
Incidencia de pobreza (FGT0)	Porcentaje	51,36	54,47	54,28	53,91	48,18	50,27	50,90

Brecha de pobreza (FGT1)	Porcentaje	22,19	25,40	24,60	23,81	20,25	21,81	21,23
Magnitud de pobreza (FGT2)	Porcentaje	12,75	15,36	14,65	13,76	11,14	12,22	11,66
Población total	Persona	5.035.535	5.268.526	5.148.771	5.330.045	6.001.837	6.065.496	6.418.450
Población pobre	Persona	2.586.251	2.869.766	1.682.481	2.873.265	2.891.635	3.049.317	3.266.991
Area Rural (1)	—							
Incidencia de pobreza (FGT0)	Porcentaje	84,00	87,02	77,69	78,80	80,05	76,47	77,29
Brecha de pobreza (FGT1)	Porcentaje	59,37	65,39	50,95	53,08	56,58	50,55	47,90
Magnitud de pobreza (FGT2)	Porcentaje	47,43	54,62	39,10	41,44	45,16	38,22	35,92
Población total	Persona	2.965.263	3.006.277	3.099.633	3.217.046	3.364.475	3.535.313	3.432.063
Población pobre	Persona	2.490.821	2.616.062	4.000.080	2.535.037	2.693.137	2.703.585	2.652.775

Fuente: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA

Nota: Corresponde a indicadores obtenidos por el método de línea de pobreza, calculados a partir del ingreso. No se calcularon estos indicadores para la Encuesta Continua a Hogares 2003 - 2004, por tanto no existe información para ese período.

(1) No se incluyen empleadas/os del hogar, ni parientes de las/os empleadas/os del hogar.

O estudo *Estratégias familiares de sobrevivência* (Pabón & Guaygua, 2005) indica claramente que a mobilidade acerca da migração interna no país é fator determinante para a sobrevivência e melhores condições de vida.

Vemos que a migração fronteiriça já é tradicional; e, no Brasil, os imigrantes que chegam pelas regiões de Corumbá e Guajará-Mirim contam com um serviço de apoio das redes de exploração desses trabalhadores, pois são cidades nas quais existe uma organização que “ajuda” a migração para São Paulo.

Souchaud e Baeninger (2008), ao analisarem as diferenças entre os imigrantes, os distinguiram em dois grupos: os *collas*, originários das regiões andinas, como La Paz, Oruro, Potosí, Chuquisaca e Cochabamba; e os *cambas*, dos departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija. Segundo os autores, os *collas* possuem menor escolaridade e entre eles há uma migração familiar por possuírem características tais como: número de idosos, mulheres e crianças, ocupam atividades laborais relacionadas ao trabalho doméstico, trabalhos em comércio familiar e atendentes de lojas.

Os autores creditam a essas atividades a maior presença de mulheres nesse grupo, sendo que representam 67% da imigração, contra 33% de homens.

Enquanto o grupo *cambas* apresenta uma migração de adultos em idade produtiva, ocupando atividades majoritariamente comerciais, há também um equilíbrio entre os sexos na migração.

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, *do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*, quase metade do número total de migrantes é constituída por mulheres, uma parcela que se tem alterado muito pouco nos últimos 20 anos.

As migrações mais densas desse grupo se iniciam nos anos de 1980, devido às instabilidades políticas e econômicas da região. Segundo Nobrega (2009, p. 189):

a imigração de bolivianos para São Paulo seria um processo difuso e reprimido pelo Estado, ocorre num momento histórico distinto, em

que as fronteiras geográficas se tornam mais tênues, e acentuam-se os fluxos de capitais, mercadorias e pessoas, com a mundialização da produção e consumo de bens.

Fomentada pela ideologia neoliberal, que nos últimos vinte anos tem se mostrado a chave para a acumulação e da reestruturação produtiva, a sociedade contemporânea passou por fortes transformações. Dentre elas, o desemprego, a precarização cada vez mais intensa do trabalho, a acentuação de problemas ambientais e de saúde pública. Antunes (2004) destaca que nesse processo a vida social e seus aspectos políticos de administração passam por uma fetichização nunca antes vista.

Pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge também os países capitalistas centrais. Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados, que hoje atinge também os países tidos como desenvolvidos.

Antunes ainda aponta que a competitividade intercapitalista é a responsável por acelerar a deterioração do trabalho e dos momentos de crise, o que para Zarifian (2009) é lógico, porque as crises nada mais são do que uma maneira de reformular a sobrevivência de um capitalismo mais intenso, violento e desagregador das antigas formas de trabalho e de postos de trabalhos substituídos agora por maquinário moderno o autossuficiente para não precisar de trabalhadores em larga escala. Dentre tantas destruições de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que se encontra hoje, em sua maioria, na condição de precarizada ou excluída.

Cacciamali (2002), ao afirmar em seu trabalho que as forças produtivas não estão alinhadas com as necessidades sociais — e o sugestivo título: *Menos empregos, outros trabalhos* —, atenta que a sociedade vive um momento de

completo desgaste dos trabalhadores, ressaltando a intensidade de pessoas desempregadas não por falta de trabalho, mas por falta de emprego.

Salienta a autora que contemporaneamente os mecanismos de trabalho se encontram na esfera de assalariados de curta duração, esporádicos, irregulares e em domicílio, com pequena ou nenhuma proteção social; aponta que em países industrializados, desde meados dos 1980, a jornada parcial é característica de significativa parte dos postos de trabalho criados, enquanto nos países latino-americanos a maior parte das ocupações geradas nos anos 1990 situam-se no setor informal – pequenos estabelecimentos, sem delimitação da relação capital-trabalho, trabalhos por conta própria, a maioria à margem de qualquer regulamentação social, conforme critica também Forrester (1997). Antunes (2004) igualmente adverte que a lógica do capital tem várias tendências, uma delas é a sua capacidade destrutiva de direitos básicos conquistados no decorrer de nossa história. Afirma que no mundo do trabalho, as formas de se realizar o trabalho não se reproduz em forma de emprego e bem-estar social.

Antunes também destaca a flexibilização e desregulamentação da acumulação flexível e dos rompimentos dos modelos toyotista/fordista e japonês, com a desconcentração do espaço físico, terceirização em diversas escalas da produção, por exemplo, além das crescentes privatizações e afrouxamento da condição de democracia e bem-estar social, provocados pelo neoliberalismo e sua condição de brutalização das forças produtivas, do trabalho e da condição social.

Representando, portanto, que é cada vez mais necessária a presença de grupos que são obrigados a se submeter a condições precárias de trabalho, o que barateia a cadeia produtiva, acarretando em um sistema de superexploração do trabalhador que, muitas vezes, como é o caso dos bolivianos, têm sofrido coerções das mais diversas, como trabalhos sem remuneração adequada, calotes, violência e condições de vida e trabalho precárias, mas que reforçam a produção e o lucro.

De acordo com a Divisão para as Populações, da ONU, existem atualmente quase 200 milhões de migrantes internacionais, um número equivalente ao quinto país mais populoso do mundo, o Brasil.

É mais do que o dobro do número registado em 1980, há apenas 25 anos. Encontram-se atualmente migrantes em todo o mundo, alguns deles deslocando-se dentro da sua própria região e outros viajando de uma parte para outra. Quase metade de todos os migrantes são mulheres, uma proporção cada vez maior de imigrantes independentes.

A mobilidade humana é hoje um componente integrante da economia mundial, que abarca um grande número de imigrantes a fim de uma melhora para o capital na competitividade de países em desenvolvimento ou desenvolvido.

A maior concentração de imigrantes está nos centros urbanos, as chamadas cidades globais, que concentram o maior nível de produtividade.

As migrações internacionais estão em plena expansão, isso porque as sociedades são cada vez mais distintas e distantes de um estado de bem-estar social e econômico.

As migrações apontam em que medida há deficiência de oportunidades de uma sociedade, porque se o indivíduo migra para outro país, significa que a mobilidade social interna já se esgotou. Porém, pela debilidade de dados, é difícil a avaliação, porque as imigrações não são documentadas e são extremamente difusas.

O que se sabe é que a participação em atividades laborais desregulamentadas, e fundadas nos princípios de acumulação pela exploração, tem utilizado muitos migrantes e imigrantes, em diversos ramos de atividade, principalmente aqueles que muitas vezes não se configuram como um trabalho propriamente dito. É de conhecimento de várias nações o uso intensivo da capacidade humana em atividades extremamente precárias, e, em sua maioria, forçadas.

Cacciamali (2003) apresenta sobre o trabalho forçado as seguintes considerações:

- No trabalho forçado utilizam-se as formas de coerção de nível econômica; moral/psicológica; física; e, geográfica; esta última ocorre quando se limita a visibilidade desse trabalho.

A autora apresenta as diferenças de conceitos entre o trabalho escravo (o forçado) e o degradante.

- O trabalho escravo, análogo ao de escravo, caracteriza-se por seu uso ser erradicado por lei, e por utilizar meios de coação, como, por exemplo, a proibição, direta ou indireta, do direito de ir e vir.

- Já o trabalho degradante – ocorre quando o trabalhador cumpre as tarefas laborais sem condições adequadas. Todas essas esferas de trabalho forçado têm em si características semelhantes. Destinam-se a exploração para maximizar lucros: ora provenientes da necessidade de mão de obra barata para manter a produtividade; ora para diminuir o custo de produção e manter a competitividade no mercado, sem abrir mão de lucros; ora por impunidade.

Aplica-se a esse conceito o trabalho infantil, o trabalho por servidão por dívida, o trabalho por “apartheid”, e por tráfico de seres humanos⁹.

Tanto o trabalho por servidão por dívida quanto o realizado através do tráfico de seres humanos são particularidades da experiência de trabalho dos imigrantes bolivianos, que são agenciados, com diversos tipos de promessa, e aceitam a oferta de trabalho¹⁰.

⁹ Quanto ao tráfico humano, Cacciamali traduz que é a simples facilitação de entrada ilegal em qualquer território não pode ser diretamente associada ao tráfico humano. O tráfico humano é caracterizado por pessoas que ultrapassam fronteiras e logo após, mediante coerção, fraude ou força estarão sujeitas a um tipo de exploração ou de abuso. Indiferentemente de como a pessoa adentra no país de destino, se por meios legais ou não, existe por parte de outrem uma intenção prévia de exploração ou de abuso. O tráfico humano ocorre quando há uma motivação da vítima para emigrar, podendo ser a busca da mobilidade social devido ao desemprego, por exemplo, ou a fuga de perseguição política, problemas policiais, familiares e outros. Por outro lado, é necessária a presença de intermediários, recrutadores, agentes, empreendedores e até de redes do crime organizado, que por um lado agem no imaginário das vítimas, contribuindo para a formação de suas expectativas positivas para emigrar, e, por outro, conduzem-nas ao local de destino.

¹⁰ Segundo Silva (2008), os indivíduos que são atraídos pelas ofertas de emprego, geralmente, aceitam a proposta porque é realizada através de redes familiares ou de agenciadores ilegais e chegando aqui permanecem na atividade porque é indocumentado.

Silva (2008) ressalta que a necessidade de preencher demandas do mundo sombrio do trabalho que não exigem qualificação prévia e exploram largamente a mão de obra empregada é massiva.

Ainda segundo Silva, em geral a atividade da costura é vista pelos trabalhadores(as) hispano-americanos como algo transitório, uma vez que grande parte deles não se dedicava a ela no seu país de origem, como é o caso dos bolivianos, além de tantos outros.

Muitos desses imigrantes desempenhavam atividades totalmente distintas, como o trabalho na agricultura, no comércio, na prestação de serviços, como técnicos, babás, domésticas, ou simplesmente estudavam, no caso dos mais jovens.

Entretanto, adaptar-se às regras e condições insalubres de trabalho, em setores nos quais não há nenhuma forma de regulamentação, não é uma etapa fácil para os trabalhadores hispano-americanos em São Paulo.

Isto porque eles estão sujeitos aos altos e baixos do mercado, que impõe o preço a ser pago por peça costurada, bem como aos caprichos dos seus empregadores, que lhes exigem produção, porém, podem deixá-los sem pagamento por vários meses.

Silva relata que no preço pago a cada peça costurada estão incluídos os gastos que o dono da oficina tem com a alimentação e residência dos seus costureiros(as). Dessa forma, os “salários” variam de acordo com o tipo de roupa costurada, ou seja, masculina ou feminina, mais complexa ou mais simples, e depende também da habilidade do trabalhador em aprender rapidamente o ofício da costura.

Para Silva, os homens podem ganhar mais do que as mulheres, em razão da sua agilidade, resultante do seu físico.

Ainda de acordo com Silva, na fase inicial um aprendiz pode ganhar cerca de R\$ 150,00 a R\$ 200,00. Já numa fase posterior, os seus rendimentos giram em torno de R\$ 350,00 a R\$ 400,00, e passam longe de atingir o piso salarial da categoria, que é de R\$ 659,00.

Edith conta que quando começou seu trabalho aqui em São Paulo não sabia costurar:

Quando começou o trabalho eu não sabia costurar. Primeiro fiquei de ajudante, ficava na cortadora, e depois fui aprendendo, lá não tinha moradia, onde estou oferecem moradia. E depois mudei de trabalho, pra este que estou agora, não é fácil, para o boliviano é muito difícil que você aprenda a costurar, para eles é perda de tempo, então eles não te pagam (pelo serviço) porque tiveram que ensinar, aí não te pagam, porque eles falam 'que se você for em outro lugar, você vai ter que pagar para aprender', e eles dizem 'que já te dão comida e a moradia, e dizem que não vão dar salário, não'.

A total desregulamentação desta forma de produção terceirizada, que em grande parte inclui os membros da família nuclear e ampliada, como é o caso de parentes e conhecidos do lugar de origem, abre espaço para relações de trabalho superexploradas e, em alguns casos, de trabalho escravo.

Isto se torna possível em razão da condição de indocumentação dos imigrantes e pelas relações de favor que se criam entre empregados e empregadores, uma vez que estes custearam a vinda daqueles e lhes forneceram casa e alimentação (SILVA, 1997, p. 121).

Cacciamali (2003) também analisa que nas relações de trabalho forçado, uma característica do grupo além do trabalho por tráfico humano, é o trabalho proveniente dessa incursão, mas também pelo que ela chama de associativismo, caracterizado, por nós, como nada mais que a *teoria do benefício*.

Segundo Quincas Borba, personagem machadiano (ASSIS, 1997, p. 210-211), o benefício "é um ato que faz cessar certa privação do beneficiado". Este conserva a esperança de outros favores, nutrindo certa afeição pelo beneficiador, sujeito capaz de "boas ações" e portador de uma superioridade sobre o obsequiado no estado e nos meios.

Assim, também em nosso contexto, o suposto beneficiado sente-se endividado e procura “saldar” o favor ofertado pelo patrão ou seus prepostos.

O Estado receptor do migrante deve atentar que é necessário ter políticas migratórias coerentes e capazes de articular programas e ações.

Possibilitando, dessa maneira, reconhecimento sobre o papel do migrante no crescimento da economia, pois, entre tantos, o migrante está nas esferas mais informais e compõe parte de uma engrenagem que visa somente à exploração.

Os migrantes e imigrantes não são problemas, pelo contrário, têm sido a solução para o funcionamento de estruturas que não se comprometem com direitos e deveres para com o trabalhador. Os migrantes têm nestes trabalhos a saída imediata de uma condição da qual não estão suportando; podem, através dele, conseguir autonomia e conquistar novos horizontes. Mas a que preço?

Nem todos, ou melhor, a maioria fica sujeita a esse ciclo de exploração, porque o espaço é pequeno para um desenvolvimento sustentável de pessoas e de geração de emprego e de uma economia aplicada ao desenvolvimento social.

De acordo com o Relatório Mundial de migrações (2010), esses são um dos grandes desafios na seguridade dos migrantes e na responsabilidade de um Estado que usufrui da força de trabalho deles e em contrapartida viola uma série de direitos internacionais, porque os programas migratórios devem ter compromisso político e de acordo com as leis internacionais de migração¹¹.

Mas, tal como o Relatório *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos* (2009) sublinha, a relativa igualdade entre o número de migrantes do sexo feminino e do sexo masculino esconde diferenças significativas entre homens e mulheres em termos dos benefícios e dos custos inerentes à sua mobilidade. Atenta, também, para o uso de políticas públicas dos países receptores, para que haja melhores oportunidades, menor exploração e condições de vida que lhes garantam qualidade e bem-estar social.

¹¹ O Estado deve estabelecer uma abordagem coerente das migrações. Requer-se que os Estados demonstrem um maior respeito pelas disposições dos quadros legais e normativos que afetam os migrantes internacionais, nomeadamente os sete tratados básicos sobre direitos humanos das Nações Unidas.

Segundo o Serviço da Pastoral do Migrante (2009), hoje existem cerca de 100 mil bolivianos na cidade de São Paulo, dos quais 20 mil estão em processo de regularização.

No ano de 2005 foi promulgado o Acordo Brasil/Bolívia, que busca melhorar a entrada e a permanência dos grupos em seus territórios concedendo vistos de permanência aos bolivianos que chegaram ao Brasil até agosto de 2005. Caso tenham documentação em dia, tais como certidões das mais diversas (holerites, casamento, nascimento, antecedentes criminais), além de uma taxa de cerca de R\$ 800,00. O que obviamente se traduz em problemas para regularização de um grupo com grande número de indocumentados (muitos têm seus documentos apreendidos pelo patrão, o que impossibilita a fuga ou a denúncia).

Em julho de 2009, o Poder Legislativo promulgou a Lei nº 11.961, que beneficia o estrangeiro/imigrante que tenha entrado no país até 1º de fevereiro de 2009; a referida lei visa dar anistia para aqueles em situação irregular, regularizando sua documentação e permanência, bem como o perdão de dívidas. Houve um cadastramento das pessoas interessadas no processo de regularização migratória, denominado *1ª fase*, quando os cadastrados tiveram um visto permanente sujeito a validação de permanência numa segunda fase, que ocorre no ano de 2011.

Esta nova fase tem se mostrado já dificultosa para os migrantes, uma vez que a premissa para se realizar o pedido permanente inclui a apresentação de dados bancários, carteira de trabalho assinada, comprovante de moradia entre outros. Muitos dos que procuram a Pastoral do Migrante para realizar o pedido têm se frustrado, e a pastoral tomou a iniciativa de solicitar ao Ministério Público um abrandamento das exigências para poder realizar a formalização dos grupos que participam da regularização migratória via anistia.

Essa é a situação atual da comunidade boliviana no Brasil: mão de obra em atividades laborais insalubres, desregulamentadas e exploradoras e que caminha com a luta de diversos grupos humanitários e de assistência ao migrante/imigrante. Mais adiante discorreremos detalhadamente o processo de migração na cidade e as condições de vida e trabalho do grupo.

Atentamos que os movimentos migratórios passam a partir da década de 1980 a configurar uma alternativa de sobrevivência de modo emergencial, avolumando-se drasticamente e fazendo transparecer os processos de desregulamentação do trabalho e das debilidades cada vez maiores das esferas socioeconômicas.

A demanda de trabalhadores e de serviços na confecção nos auxiliará na compreensão de seu desenvolvimento, daí sua importância, além de apresentar-se como principal setor a abranger o grupo estudado. Ademais, é um dos principais motores da economia paulistana e nacional, o que contribui para a compreensão da realidade econômica da região e de seus trabalhadores. Para tanto utilizamos dados do setor têxtil e de confecção, como os relatórios da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), estudos realizados pelo BNDES, Sindicatos, Teses e dissertações acerca do tema, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e autores diversos que versam sobre o assunto.

CAPÍTULO II

O SETOR DE CONFECÇÃO EM SÃO PAULO: DESENVOLVIMENTO, REESTRUTURAÇÃO E TRABALHO.

2.1 Importância dos têxteis e confecções

Neste capítulo — *O setor de confecção em São Paulo: desenvolvimento, reestruturação e trabalho* —, estudamos o setor de têxteis e confecção na cidade de São Paulo, buscando compreender suas estruturas, modelos adotados de expansão e de desenvolvimento, além de suas perspectivas.

A demanda de trabalhadores e de serviços neste setor nos auxiliará na compreensão de seu desenvolvimento, daí sua importância, além de apresentar-se como principal setor a abranger o grupo estudado. Ademais, é um dos básicos motores da economia paulistana e nacional, o que contribui para o entendimento da realidade econômica da região e de seus trabalhadores.

Para tanto utilizamos dados do setor têxtil e de confecção, como os relatórios da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), estudos do setor realizados pelo BNDES, Sindicatos, IEMI, Teses e dissertações acerca do tema, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e autores diversos que versam sobre a temática.

2.1.1 Estrutura econômica e produtiva da cadeia têxtil e de confecção na cidade de São Paulo.

Como observamos no Capítulo I, o perfil característico do grupo de imigrantes bolivianos vem se consolidando nos últimos 30 anos, constituindo-se de jovens de ambos os sexos, que se declaram solteiros em sua maioria, e atraídos, principalmente, pelas promessas de bons salários feitas pelos empregadores ou aliciadores coreanos, bolivianos e brasileiros da indústria de confecção.

O setor de confecção é composto por uma categoria de serviços complexa e enredada, uma vez que faz parte de uma cadeia produtiva múltipla e não linear em comparação as demais indústrias. Ela apresenta-se, muitas vezes, de maneira informal, é uma rede de produção de alta competitividade e que necessita reestruturar-se continuamente, utilizando mecanismos de inovação, que vão desde incrementos tecnológicos à readequação do modo de produção, com contratos diferenciados da indústria convencional e com forte apelo a atividades informais e até mesmo irregulares.

De acordo com o Panorama da Cadeia Têxtil e Confecção (BNDES: COSTA & ROCHA, 2009), entre 2003 e 2007 houve aumento de 13,3% no volume de mão de obra empregada no setor têxtil e de 6,7% em confecção. O número de empresas teve um avanço de 14,3% no têxtil e 31% em confecção. O estudo atenta, porém, que houve uma queda de pessoas empregadas na área de 66,8% no ano de 2003 para 56,4% no ano de 2007; entre o setor de têxtil e de confecção houve quedas de 0,8% no primeiro e 18% no segundo. Ainda conforme o panorama isso se deu pela pulverização de empresas de pequeno porte que tendem a crescer pela relativa facilidade no processo produtivo de agregar mão de obra informal e pelo baixo investimento inicial, não pagamento de impostos e competitividade frente aos produtos oriundos de práticas desleais de comércio.

Para os autores do trabalho,

esse grau de informalidade gera uma competição espúria entre as empresas formais e informais, o que dificulta ainda mais a obtenção de crédito e deprecia a qualidade do posto de trabalho.

Esse tipo de organização industrial acarreta ainda problemas na cadeia de fornecimento das empresas brasileiras, gerando um produto/serviço de baixa qualidade e dificultando a programação eficiente ao longo da cadeia, o que diminui a competitividade das empresas no país. Por isso, as empresas líderes no Brasil têm optado pela verticalização da produção (até o varejo) a fim de minimizar tais incertezas (BNDES: COSTA & ROCHA, 2009, p. 179).

Diante dessa complexa rede, consideramos neste trabalho essencial tratar da indústria têxtil como alicerce para as análises do setor que abarca a produção de confecção. Portanto, os dados do setor têxtil serão utilizados para que possamos ter dimensão da estrutura que abarca o universo que estamos estudando, visto que é o setor que oferece dados mais confiáveis e disponíveis.

2.1.2 Histórico do setor e os imigrantes

Passando de uma época em que a indústria têxtil algodoeira brasileira produzia cerca de 1210 peças e tinha aproximadamente 400 funcionários (1853) a uma indústria que trinta anos depois empregava 108.960 pessoas e produzia 535.909 peças (1921), atendendo nesta época cerca de 90% do consumo doméstico, atravessando pela crise de 1929 com números próximos aos dos anos anteriores e que em 1932 supera a produção de 630 mil peças, alcançando em 1948 o patamar de mais de 1 milhão em sua linha de produção (Barros & Graham, 1981).

O desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil ocorreu, inicialmente, com a abertura das tarifas aduaneiras em 1847, permitindo as importações do maquinário necessário e de mão de obra qualificada. Os salários eram baixos e os postos de serviço na indústria têxtil foram logo ocupados por uma parcela pobre e jovem, constituída geralmente de mulheres e crianças, que buscavam, além do emprego, abrigo e comida (parte dos “benefícios” oferecidos por algumas empresas).

O setor foi tomando dimensões cada vez mais significativas nos anos de 1920 em decorrência da Primeira Guerra Mundial e, até mesmo durante a Grande

Depressão, há no período grande investimento no desenvolvimento de agricultura algodoeira, com uma demanda interna crescente e dinâmica, estimulando a produção de produtos industrializados.

Em São Paulo, essa indústria expandiu-se principalmente pelo cultivo do algodão e pela mão de obra abundante e barata decorrente de migrações e imigrações.

Atentemos que a restrição de importação de máquinas têxteis tornou mais lenta a expansão da indústria têxtil de algodão. Os lucros que a indústria de tecidos provia ao grupo de empresários que a exploravam deram a impressão errônea no que diz respeito ao valor econômico real do parque industrial paulista. O estado de desgaste das máquinas e equipamentos arcaicos em fins da década de 1930 do setor têxtil não representava, portanto, a base na qual o crescimento industrial paulista pôde vir a ser caracterizado como o de grande impulsionador do processo de industrialização brasileira.

Conforme Kontic (2001) e Truzzi (2001), a participação das comunidades de imigrantes na formação do setor de confecção da cidade de São Paulo ao longo da primeira metade do século XX ocorreu com sírios e libaneses com o comércio de tecidos, roupas e armarinhos por produção e comercialização de roupas e produtos de cama, mesa e banho. A partir dos anos 1950, houve a entrada de judeus e gregos.

Esses grupos e o setor de confecção haviam se consolidado, na cidade de São Paulo, nos anos de 1950, com fábricas que procuravam alcançar o ideal fordista de verticalização da produção. Outro sistema vigente era o chamado de produção por *carregação*, desenvolvido por migrantes nordestinos, que se baseava numa produção clandestina de confecção e comercialização de roupas para o mercado popular. Nos anos de 1960, outro sistema é implantado por judeus: uma produção de massa, mas mais diferenciada e segmentada.

De acordo com o SEBRAE (2009), a produção industrial interna representava, na década de 1950, 25% da força de trabalho da indústria e em torno de 20% do valor da produção industrial. No início da década de 1960, praticamente completou o

seu processo de substituição de importações, quando para a maioria dos outros setores industriais restava ainda um longo caminho a percorrer nesse sentido. Segundo o estudo, isso teve impacto na década de 1990, quando se deu a liberação comercial à concorrência com uma poderosa indústria têxtil internacional, além do cenário econômico deficitário em que se encontrava devido às crises dos anos de 1980, o que dificultava sua concorrência com grandes produtores, principalmente, asiáticos, que tinham amplo financiamento de potências mundiais que desenvolveram parques industriais potentes para realocar sua produção.

Conforme o Instituto de Estudos e Marketing Industrial - IEMI (2010), a partir dos anos 1980 a globalização provocou a migração de uma parcela significativa da produção de artigos têxteis e confeccionados dos Estados Unidos, União Europeia e Japão para países emergentes da Ásia. Cerca de 20 anos após o início do processo migratório, houve uma forte concentração da produção nos países da Ásia, atualmente responsáveis por 60% dos volumes totais. Mais recentemente, essa produção passa também para países do Leste Europeu, Norte da África e Caribe, modificando por completo o Mapa da Produção Mundial.

Com o crescente fluxo migratório de coreanos na cidade de São Paulo, Freitas (2010), inicialmente esses imigrantes estabeleceram-se de maneira concentrada nas regiões mais pobres do bairro da Liberdade, reduto de imigrantes japoneses, e sua estratégia de sobrevivência imediata foi a prática do “bendê” (venda ambulante, em domicílio), realizada pelas mulheres coreanas, a princípio, de objetos trazidos da Coreia.

Inicialmente esses migrantes vão para regiões rurais em decorrência do plano de emigração sul-coreana para a América Latina e depois se evadem para as capitais.

E, a partir de então, tendo em vista as possibilidades abertas pelo início deste comércio ambulante e para a sua continuação, iniciam uma atividade de produção de roupas domiciliar.

Nos anos de 1960, em decorrência da ditadura militar, os fluxos migratórios, antes incentivados, passam a ser proibidos, inaugurando um período de entradas

ilegais de coreanos e bolivianos (vale ressaltar que, nos anos de 1950, os bolivianos de extratos médios foram incentivados a migrar via acordos bilaterais, eram médicos e profissionais de nível técnico).

Nas décadas de 1970 e 1980, o imigrante coreano que chega ao Brasil vem de avião, não mais de navio, e com algum dinheiro para investir, muitas vezes, em negócios no ramo de confecção iniciados por familiares que vieram nos primeiros grupos, uma vez que neste setor estão muito adiantados, como vimos, em comparação com o parque industrial na cadeia têxtil, muito frágil em nosso país.

Os bolivianos, que chegam neste período, inversamente à situação anterior, são cada vez mais pertencentes a extratos sociais e econômicos baixos, migrando pelo agravamento da inflação, do baixo desenvolvimento e falta de acesso às necessidades básicas em seu país.

Ainda, segundo Freitas (2010), a partir da década de 1980 os imigrantes coreanos, até então restritos ao “circuito de carregaço” da cidade de São Paulo, começam a se instalar comercialmente nos bairros centrais, como o Bom Retiro, pois estes possuíam capital para estabelecer-se, e, de acordo com Truzzi (2001), os imigrantes sul-coreanos teriam um eficiente sistema de autofinanciamento, interno à comunidade, o *Key*, que é um consórcio que possibilita o acúmulo de grandes somas para o desenvolvimento empreendedor do grupo.

Para Freitas, os coreanos criaram uma nova forma de organização da produção e comercialização, que se diferenciava da forma, até então, praticada pelos judeus. Eles inovaram em *design*, apostaram na contratação de estilistas para criar “moda” diferenciada, utilizaram tecidos mais sofisticados e investiram em muita tecnologia para o setor, além de, concomitante a esse sistema, aproveitar o mesmo tipo de mão de obra de “carregaço”, sendo que os bolivianos estavam mais propensos a esse tipo de atividade subcontratada, por causa de sua ilegalidade e das condições que se estabeleceram para o grupo.

Freitas (2010, p. 16) resalta que, a partir de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, esse sistema de subcontratação representaria um gasto dez vezes menor com a folha de pagamento

dos costureiros, o que parece ser bastante significativo nesse tipo de negócio que envolve enorme produtividade e alta rotatividade.

A autora ainda aponta a relação entre o comércio atacadista dos imigrantes coreanos na cidade de São Paulo, a divisão do trabalho para a produção e comercialização das peças que se segue:

- Os coreanos seriam responsáveis pelo desenvolvimento do produto e insumos necessários para a sua realização e pelo controle das oficinas de costura ou, em alguns casos, pelo capital inicial dos bolivianos através do empréstimo de máquinas e/ou outros equipamentos para que constituam as próprias oficinas e pela comercialização das roupas confeccionadas.

- E os bolivianos — mas também, muitas vezes, imigrantes de outros países da América Latina e brasileiros — realizariam o trabalho de costura das roupas.

Atualmente, em muitos casos, também seriam responsáveis pelo corte dos tecidos, pois são muito mais baratos do que os cortadores coreanos ou mesmo brasileiros, além de se consolidarem cada vez mais como agenciadores dessa força-de-trabalho ilegal desde a própria Bolívia e como donos das oficinas de costura.

Freitas salienta, também, a importância da criação da “modinha”, nicho criado pelos coreanos já nos anos de 1960 e o aparecimento de grandes redes varejistas que vão demandar produtos de baixo preço, de *design* diferenciado e de produtos segmentados, o que proporciona aos comerciantes coreanos a chance de aumentar sua produção e os meios de saída dela, possibilitando lucros cada vez maiores, claro que à custa de trabalho precário e desregulamentado.

Kontic (2001) atenta que a região metropolitana de São Paulo, em meados dos anos de 1990, passa por grandes mudanças na sua estratégia de desenvolvimento do mercado de confecção, graças a inovações em *design*, tendências, estratégias comerciais e a importância crescente do conceito *marca* agregado ao *estilo de vida* e *condição econômica*, gerando impacto em toda cadeia produtiva da indústria da moda, de têxteis, vestuário, comércio e serviços.

Conforme Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo (2006), no que se refere especificamente aos bolivianos, podemos verificar que ao longo dos anos alguns imigrantes conseguem progredir nos negócios e montar suas próprias oficinas de costura, muitos deles têm isso como principal meta, passando então a empregar os bolivianos da nova geração. Desse modo, o empregador reproduz com os recém-chegados as condições a que foi submetido quando era costureiro. Por terem laços familiares ou pela própria condição de conterrâneos de seus empregadores, os novatos sentem-se constrangidos em protestar quanto à sua condição. Mais que isso, sentem-se gratos àquele que lhes ofereceu trabalho e moradia, e têm a ideia de que lhes devem, mais que dinheiro, fidelidade. O que, como já observamos, faz com que muitos não se reconheçam como explorados.

2.1.3 Cenário nacional dos têxteis e confecções

Aqui realizamos uma análise geral dos principais elos que compõem a cadeia produtiva têxtil nacional, que compreendem a fiação, a tecelagem, a malharia e a confecção.

Dividindo-se o volume de produção pelo número de fabricantes do setor, pode-se perceber que os segmentos produtores de tecidos de malha e confecção de vestuário são os que apresentam o maior grau de fragmentação, com alta concentração de pequenos produtores e elevado índice de informalidade.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento Setorial do Têxtil e Confecção do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia da Unicamp (2008), enquanto as etapas de tecelagem e, principalmente, da fiação, são relativamente mais intensivas em capital, com maior possibilidade de automatização do processo produtivo, a etapa de confecções e vestuário continua sendo bastante intensiva em mão de obra. Essa característica se reflete nas estruturas de mercado dos diversos segmentos da indústria Têxtil e de Confecções brasileira.

Enquanto o setor de confecções é extremamente pulverizado, com a predominância de micro e pequenas empresas, nos segmentos de tecelagem e fiação as pequenas empresas convivem com algumas empresas líderes de grande porte, responsáveis por parcela importante da produção.

As pequenas empresas de fabricação de produtos têxteis com até 4 funcionários ficaram com 41% da produção total do ano de 2000, e 40,3% no ano de 2005. 70% do total de estabelecimentos possuíam menos de 10 funcionários.

De acordo com o SEBRAE, no segmento de Fiação 81% da produção e 33% das empresas se concentram nas empresas de maior porte – acima de 99 funcionários. Na Tecelagem, 28% das empresas e 65% da produção, são de empresas consideradas grandes. Nas malharias, 5% das empresas e 50% da produção estão nas grandes empresas. Já na confecção 3% das empresas podem ser consideradas grandes, com 35% da produção do setor e peças fabricadas.

Segundo o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), em estudo do perfil do mercado consumidor brasileiro, o número de confecções no Brasil cresceu 24% entre 1990 e 1997, passando de 15.369 para 19.014 (72% delas de pequeno porte); a produção saltou 64% no mesmo período – de 4,5 bilhões para 7,4 bilhões de peças anuais (dados do Estado de São Paulo).

Já na análise do universo das empresas, o estudo conclui que as médias empresas (20 a 99 funcionários) respondem por aproximadamente 27% dos produtores e por 45% do emprego gerado e as grandes empresas (100 ou mais funcionários) correspondem a 3% da quantidade de empresas do setor, mas respondem por 31% do emprego.

De acordo com o Relatório da Unicamp, entre 1996 e 2005 houve uma ligeira queda na produtividade da cadeia têxtil e de confecção devido à grande penetração de produtos importados, que em 2006 e 2007 foi superada devido ao aumento do consumo interno, gerado pelo aumento de oportunidades no mercado de trabalho, melhoria salarial e expansão do acesso ao crédito.

Em análise do IEMI sobre o grau de penetração dos importados, verificou-se que nos segmentos nos quais a produção é mais fragmentada, tende a ser menor a

participação dos importados, desde que a oferta interna seja suficiente para suprir o consumo local.

De acordo com o estudo, a implantação de uma estrutura local para abastecer um mercado fragmentado dificulta a entrada e a penetração massiva em nosso mercado.

De acordo com o IMEI, a produção total de artigos confeccionados cresceu 1,1% em 2005, atingindo 10,4 bilhões de peças.

O segmento de vestuário teve um crescimento expressivo no período compreendido entre 1995 e 2005, quando a produção quase dobrou. De acordo com a pesquisa, esse crescimento teve como base a melhora no poder aquisitivo e de acesso ao crédito, diversificação e inovação tecnológica do produto, novos padrões de comportamento, tais como a prática de esportes, associada com a moda e com grandes marcas, o licenciamento de personagens infantis para o uso em roupas, acessórios para bebês e crianças, o crescimento da violência, e a criação de leis que obrigam a padronização de segurança.

No que se refere à geração do produto industrial dentro do Estado de São Paulo, o setor de confecções representa cerca de 1% do total da indústria de transformação, sendo que o grupo de confecção de artigos do vestuário e acessórios responde por 90% do total paulista do setor de confecção.

Esse segmento da indústria apresenta elevada concentração nas duas áreas já mencionadas (Região Metropolitana de São Paulo e Região de Campinas), que juntas respondem por mais de 85% do produto gerado por essa atividade no Estado.

O setor têxtil e de confecções possui um grande destaque no conjunto da economia nacional. Em 2007, participou com 4,7 % do PIB nacional e ofereceu emprego direto a 1,5 milhões de pessoas.

Se considerado somente o PIB Industrial, este índice sobe para 13,5%, contribuindo com uma receita bruta anual de US\$ 27,9 bilhões. Esta participação é representada por 18.797 empresas de confecções, 3.305 indústrias têxteis e outras 23 unidades de fibras e filamentos.

A região metropolitana de São Paulo, em especial, destaca-se por sediar mais de 65% das empresas, além de responder por 68% do pessoal ocupado no setor paulista.

Já para a ABIT- Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, para o ano de 2009, os números do setor têxtil e de confecção brasileiro representam cerca de:

- 5,4% do PIB da indústria de transformação do país;
- Número de empresas no Brasil — 30 mil;
- Empregos diretos no Brasil — 1,7 milhão;
- Faturamento em 2009 — US\$ 47 bilhões;
- Exportações em 2009 — US\$ 1,2 bilhão;
- Investimentos nos últimos dez anos — US\$ 11 bilhões;
- Produção anual de confeccionados — 8,7 bilhões de peças;
- Posição no ranking de produção de denim — 2º lugar;
- Posição no ranking de produção de malha — 3º lugar.

Fonte ABIT: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

Em 2010, 97% do faturamento do setor têxtil, segundo a ABIT, vieram das vendas para o mercado interno. A previsão é de que as exportações tenham uma alta entre 8% e 10%, na comparação com 2010. Não-tecidos, tecidos com técnicas especiais e vestuário com alto valor agregado podem contribuir para o crescimento de forma mais significativa, na avaliação do diretor da ABIT.

Apesar de 2010 ter sido um ano recorde em investimentos, com US\$ 2 bilhões aplicados — e crescimento sobre os US\$ 867 milhões investidos em 2009 —, a previsão para 2011 é que sejam aplicados pelo menos US\$ 1,7 bilhão. "A indústria

têxtil nunca parou de investir e isso é fundamental para a sua competitividade", sustenta Pimentel (2010).

2.1.4 Empresas por região

De acordo com o Panorama setorial têxtil e de confecção, a maior parte das unidades fabris instaladas permanece nas regiões Sudeste e Sul, desde fiação até confecção, na qual também está concentrada cerca de 80% da mão de obra empregada. As demais concentram-se no Nordeste e Centro-Oeste, que basicamente reúne a produção final da cadeia têxtil, a confecção, mas não tem autonomia sobre etapas de concepção e planejamento estratégico da cadeia que permanecem concentradas no Sudeste, com destaque para São Paulo.

No período analisado entre 2001 e 2006, o IEMI indica que houve maior crescimento do setor na região Sudeste, onde se concentra o maior número de empresas, com 55% do total; seguido pela região Sul, com 25%; Nordeste com 13%; Centro-Oeste com 6%; restando na região Norte uma participação de apenas 1%.

2.1.5 Mão de obra do setor

O setor de confecção tradicionalmente emprega mão de obra não qualificada, sem proteção trabalhista e marginalizada na cadeia produtiva; é a parte da cadeia mais fragmentada e muitas vezes muito distante do processo como um todo. O acirramento da competitividade e o processo de flexibilização, promovidos pela reestruturação produtiva dos anos de 1990, têm ativado o foco no menor custo e maior intensificação da força de trabalho, ajustando-se perfeitamente no modelo de acumulação pela mais valia descrita por Marx.

Conforme o IEMI, o setor têxtil vem se desenvolvendo significativamente pela utilização de técnicas produtivas mais modernas, pela integração dos mercados mundiais e pela competitividade dos países emergentes, abundantes de mão de obra de baixo custo.

De acordo com Gorini & Martins (1998), a alta rotatividade (pela facilidade de incorporar mão de obra neste setor) no contexto da flexibilização da produção implica na inibição de investimentos em treinamento e qualificação de pessoal, uma vez que a produção é bastante fragmentada e com diversas lógicas de operação, que dependem do perfil de cada produtor. Nesse contexto, também exige-se que o trabalhador possa desenvolver múltiplas habilidades para suprir as necessidades do produtor: menos funcionários e maior lucratividade.

A competitividade neste setor incentivou o investimento em maquinário moderno, em *design*, inovação de tecido e tecnologia, que vem crescendo no setor no intuito de atrair diversas classes sociais. Porém, essas inovações não conseguem por si só suprir as necessidades de alta lucratividade na venda final, uma vez que *design*, inovação tecnológica no tecido e em parte da produção atrai clientes e são essenciais para suprir a demanda; entretanto, na base da cadeia o setor têxtil continua a exercer o mesmo tipo de exploração do trabalhador, em moldes semelhantes ao século XX ou até mesmo ao XIX.

As empresas em geral não oferecem treinamentos complementares à mão de obra. O aprendizado é comumente realizado na própria empresa e consiste da transferência de conhecimentos de um operador para o outro.

Devido a esses processos foi possível manter em 2006 a média de preço do produto acabado no mesmo patamar do ano de 1990. A produção entre 1995 e 2006 cresceu 43% de acordo com o IEMI, mas os trabalhadores formais do setor tiveram um déficit de 44,4%.

Ainda de acordo com IEMI, houve uma pequena elevação do número de pessoas contratadas pelo setor da ordem de +0,2% em 2007. Segundo o estudo, a indústria do vestuário empregou 1.052.324 trabalhadores nos segmentos confeccionistas de roupas, meias e acessórios do vestuário no Brasil.

A distribuição da mão de obra contratada, segundo as regiões brasileiras produtoras de roupas, repete as mesmas proporções das empresas cadastradas, ou seja: 51% estão na região Sudeste; 28% na região Sul; 15% na região Nordeste; 5% na região Centro-Oeste; e 1% na região Norte.

Analizado o volume de mão de obra empregada por região, verifica-se que, no período de 2001 a 2005, a região Sudeste perdeu 11% do seu pessoal ocupado, enquanto que as regiões Sul e Nordeste ampliaram em 27% e 11%, respectivamente, a geração de empregos no setor de vestuário.

Ao citar o estudo de Pochmann — indicando que num período de aproximadamente 20 anos, entre 1981 a 2000, o setor de confecções na região metropolitana de São Paulo teve uma queda 44,4%, passando de 180 mil para 80 mil trabalhadores formais —, Freire (2008) salienta que a mencionada pesquisa aponta a existência de cerca de 200 mil trabalhadores informalmente no setor.

Na confecção, no cenário nacional apenas 3% das empresas podem ser consideradas grandes, mas elas detêm 35% da produção do setor, em número de peças fabricadas.

De acordo com a ABIT (2010), a indústria têxtil e de confecções do Estado de São Paulo — a mais importante do país — representa cerca de 40% de toda a receita da cadeia produtiva do setor, bem como 30% do emprego (465 mil empregos diretos) e das empresas (14 mil), com folha de pagamento de quase R\$ 7 bilhões/ano, pagando os melhores salários para a categoria. Mais de 80% do setor emprega em média até 19 pessoas, em um âmbito formado basicamente por micro e pequenas empresas.

Nacionalmente, o setor têxtil é o segundo no quadro das atividades da indústria de transformação que mais emprega no Brasil — atrás apenas do segmento de alimentos e de bebidas, juntos — utilizando-se da mão de obra feminina. Nos últimos anos, São Paulo perdeu participação na geração de emprego formal.

Quadro III — Mão de obra empregada no setor do vestuário São Paulo x Brasil, 2009.

Fonte: SindVestário, 2009.

O comportamento do setor de confecção, no que concerne à informalidade e alta flexibilização da produção é o essencial para a dinâmica do funcionamento das redes de subcontratação, descrita por Freire.

Essa dinâmica é responsável por viabilizar mão de obra suficiente e a custos baixos, quando indivíduos mobilizam sua rede de conhecidos para suprir a demanda por trabalhadores ora temporários, ora permanentes. O que propicia uma distribuição da mão de obra no setor permanente e muito difícil de rastrear, tornando incontável o número de pessoas em situação de trabalho neste ramo, tanto no que concerne às redes de tráfico humano, quanto às redes de simples trabalhadores avulsos.

2.1.6 Consumo da moda

Em estudo da evolução do mercado consumidor brasileiro, hábitos e preferências dos compradores de vestuário, o IEMI destaca:

Os cerca de 187 milhões de habitantes brasileiros estão divididos de forma extremamente proporcional entre homens (49,1%) e mulheres (50,9%) e com uma idade média relativamente baixa, em torno de 27,5 anos.

Conforme o estudo, a maior parte desta população vive nas cidades (82,5%), tendo migrado do campo em massa durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, concentrando fortemente o mercado de consumo nos principais centros urbanos do país. A presença da mulher no mercado de trabalho contribui para o orçamento e reduz o tempo para atividades extremamente ou inteiramente domésticas.

Em termos de faixa etária, quase 37% da população encontra-se com idade abaixo dos 20 anos, o que representa uma participação significativa, quando comparada a de países mais desenvolvidos, como os da Europa ou Estados Unidos. A média de idade do brasileiro é estimada em 27,5 anos.

O estudo do IEMI ainda aponta o *comportamento de compra*:

- 67% dos consumidores brasileiros compram roupas ao menos uma vez por mês;
- 81% das compras eram destinadas ao uso do próprio comprador;
- 46% dos compradores estavam acompanhados no momento da compra;
- 31% das compras foram motivadas pela necessidade de substituir uma peça antiga;
- 31% dos produtos adquiridos eram artigos jovens e atuais.

Canais de compra:

- 91% das compras foram realizadas em lojas físicas tradicionais;
- 47% das compras no varejo ocorreram em lojas multimarcas;

- 34% dos consumidores optaram por comprar em lojas próximas da sua casa;
- 91% já conheciam a loja onde realizaram a compra;
- 76% afirmam que o atendimento ruim é o principal fator para rejeitar uma loja.

Marcas:

- O segmento de roupas esportivas apresenta as marcas de maior *recall*;
- O segmento feminino é onde há a menor lembrança de marca;
- Ter qualidade e vestir bem são os quesitos mais valorizados nas marcas líderes;
- 52% é o *recall* das 10 marcas mais lembradas pelos consumidores de vestuário.

De acordo com Sophia Minds (2011)¹², o gasto mensal com roupas supera R\$ 150,00 para 40% das mulheres. Mais da metade das mulheres brasileiras compram roupas a cada um ou dois meses. Enquanto 28% delas compram pelo menos uma peça por mês, 27% o fazem a cada dois meses.

A maioria das mulheres (56%) paga as compras a prazo, sendo 45% no cartão de crédito. Dos pagamentos feitos a vista, 24% são efetuados em dinheiro.

Quanto à renda, o estudo observou a renda média per capita dos brasileiros, principalmente a partir de 1994, com o Plano Real. Houve um crescimento acumulado significativo, em moeda nacional, com forte expansão no decorrer dos últimos anos, possibilitando acesso a crédito e conseqüentemente maior poder aquisitivo para o consumo de produtos diversos, tais como vestuário.

¹² Estudo do Sophia Minds, com 2,3 mil mulheres de 18 a 60 anos, em novembro de 2011.

De acordo com o IEMI, porém, este potencial ainda não chegou a se materializar totalmente, devido a fatores estruturais, tais como a concentração da renda em grupos mais ricos, e conjunturais, como os arrochos monetário e fiscal impostos pelo Governo Brasileiro, na sua luta para reduzir déficits orçamentários e manter a inflação em níveis reduzidos.

Devemos lembrar a ascensão constante da classe C no país, principalmente em regiões urbanas, nas quais o consumo é maior devido à variedade de segmentos e produtos.

Para o IEMI, o diferencial entre o consumo potencial e o consumo realizado representa uma demanda reprimida que se transformará em consumo efetivo, cuja trajetória depende do crescimento da economia.

2.1.7 Perfil socioeconômico

A concentração de renda nas camadas mais ricas da população brasileira é bastante elevada, com efeitos diretos sobre a composição do perfil do consumidor.

Quanto ao mercado, o estudo aponta que é segmentado pelo seu poder de compra (em classes econômicas). Observa-se que a Classe A no Brasil é representada por apenas 5% da população, mas responde por 18% do consumo de vestuário e 19,2% do consumo de artigos para o lar.

A Classe B, por sua vez, representada por 24% da população, é responsável por 39% do consumo de roupas e 36,4% do consumo de artigos têxteis para o lar.

Assim, conclui-se que, enquanto a população brasileira possui um perfil socioeconômico centrado nas classes C e D (juntas somam 68,3% dos habitantes), a principal fatia do mercado consumidor para os artigos de vestuário e da linha lar, encontra-se nas classes B e C.

2.1.8 Principais países produtores de vestuário

A China e a Índia já respondem juntas por 44% do total desta produção. O Paquistão, o México e a Turquia aparecem respectivamente em 3º, 4º e 5º lugares, respondendo juntos por cerca de 10% do volume total.

O Brasil ocupa a 6ª posição, vindo a seguir a Itália, Coreia do Sul, Taiwan e Indonésia, que completam a lista dos 10 maiores produtores mundiais que, juntos, respondem por mais de 65% da produção do planeta.

Então, segundo o IEMI e a ABIT, Associação Brasileira da Indústria Têxtil, atualmente o Brasil é o sexto produtor mundial de têxteis e confeccionados, tendo respondido por cerca de 25% da produção em 2006. Contudo, no que tange ao comércio mundial, encontra-se na 46ª posição entre os maiores países exportadores e na 43ª entre os maiores importadores.

A ABIT afirma que o déficit de balança comercial têxtil previsto para 2010 foi de US\$ 3,5 bilhões, quadro que se deteriorou a partir de um saldo positivo em 2005, e cuja tendência tem sido de constante aumento por conta das importações. Apenas para exemplificar, no primeiro trimestre de 2010 as importações têxteis da China cresceram espantosos 51%, incluindo confeccionados.

O crescimento do setor é resultado de investimentos de US\$ 8 bilhões nos últimos anos, destinados à modernização do parque fabril, à aquisição e desenvolvimento de novas tecnologias, design e à capacitação de colaboradores.

E o setor têxtil brasileiro tem planos de investir mais US\$ 12 bilhões nos próximos anos, segundo a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil).

Conforme o SEBRAE, de acordo com dados de pesquisas de órgãos como o IBGE, o consumo per capita de fibras é proporcional à renda e no Brasil está próximo dos 11 kg/habitante/ano. Se o país continuar no ritmo de crescimento atual, de acordo com o IEMI, estima-se que se poderia chegar a um aumento do consumo interno de mais de 35% até 2015, o que é sem dúvida otimista e encerra importante oportunidade de fornecimento para a indústria têxtil, do vestuário e da moda.

Considerando somente o segmento vestuário, o mais dinâmico do comércio mundial da cadeia TC, o país cai para a 69ª posição entre os países exportadores e a 51ª, entre os importadores.

O Brasil é um país “produtor/consumidor”, cuja maior parte da produção se destina ao mercado interno, por isso passa no decorrer dos anos por processos de reestruturação produtiva.

Vejamos as diferenças no setor de vestuário, de acordo com os dados do SindiVestuário para o ano de 2009:

Em termos de produtividade entre o Estado de São Paulo e o Brasil, para o ano de 2005, o primeiro produziu cerca de 2,6 bilhões de peças de vestuário, sendo que a produção nacional atingiu o número de 6,5 bilhões de peças.

Em lucratividade, o Estado ficou com a fatia de US\$ 11,2 bilhões, enquanto a economia nacional arrecadou US\$ 44 bilhões, mais que o ano de 2005.

De acordo com Panorama da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções, o principal destino das exportações brasileiras é a Argentina, com 27,5% do total exportado em 2007, seguida pelos Estados Unidos, com 26,2%. Se dividirmos as exportações por segmentos, os Estados Unidos são o principal destino de vestuário, meias e acessórios e têxteis para o lar, sendo superados pela Argentina somente nos manufaturados têxteis.

Vale ressaltar, porém, que o *ranking* dos parceiros comerciais brasileiros foi diretamente influenciado pelo fim do ATV¹³, pois, até 2005, os Estados Unidos eram o principal destino das exportações.

Com o fim das cotas, a China ganhou boa parte do mercado americano, diminuindo a participação das empresas brasileiras no país. Assim, o Brasil ampliou sua participação na América Latina, para onde foram destinadas,

¹³ O Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATV) expirou em 31 de dezembro de 2004. O ATV estabeleceu, em sua criação, 1994, um período de dez anos para o término do regime de quotas criado pelo Acordo Multifibras. Prevvia-se, assim, a eliminação gradual dos limites de quotas de importação para produtos de cada país. Múltiplas estratégias de âmbito nacional surgiram durante sua vigência. É importante notar, entretanto, que o ambiente artificial de competitividade que perdurou por dez anos tinha data e hora para mudar.

De acordo com a ABIT, mesmo com a balança comercial desfavorável, câmbio, aumento dos preços do algodão e redução do ritmo de crescimento do PIB nacional, ocorrerá aumento de 3,5% no faturamento do setor em 2011, na comparação com o ano passado, que teve as vendas em alta de 9,2%.

Segundo o diretor-superintendente da Abit, Fernando Pimentel, além da perspectiva de um crescimento da economia brasileira aquém de 2010, o aumento das importações preocupa o setor. De acordo com ele, apenas em janeiro, as importações de produtos têxteis tiveram elevação de 6%. A entrada de peças de vestuário chega a 58% de elevação em comparação com o mesmo período de 2010. É importante ressaltar que São Paulo possui 7.540 indústrias de vestuário, enquanto o Brasil (sem São Paulo) 13.460.

Vale salientar, ainda, que 77% das indústrias estão classificadas como micro e pequenas empresas.

2.2 Estratégias do capital e as reações do mundo do trabalho

A precarização estrutural do trabalho é um fenômeno disseminado em escala global. Em sua busca incessante para alargar as margens de lucros, os interesses do capital impõem condições adversas aos *trabalhadores*, ou seja, aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção.

Mas, quando o desespero preside a conjuntura, indivíduos tendem a aceitar qualquer tipo de ocupação, apesar de suas nítidas inconveniências.

É notório que o capitalismo é assolado por crises recorrentes. Segunda metade do século XIX, depressão de 1930, crise de 2008... Entretanto, suas crises não são fundamentalmente derivadas de fenômenos naturais ou por guerras, mas, sobretudo, pela superabundância. O lucro é o motivo de investimentos do capitalista; em risco, mobiliza iniciativas conhecidas: processos recessivos para desovar estoques e, por definição, gerar desemprego e menores salários.

No início da década de 1970, devendo responder a uma plêiade de problemas (estagflação, crise do petróleo, problemas fiscais e monetários), o capital lançou mão de um processo de reestruturação para garantir o ciclo de sua reprodução, propiciando a redução dos custos dos fatores de produção.

Concomitantemente, no Leste europeu conseguiu com o belicismo do presidente Ronald Reagan e sua corrida armamentista desmorrar os regimes do *socialismo real*, provocando o refluxo do movimento operário em escala mundial.

Portanto, sem um poder que de alguma forma contrabalançasse seus ímpetos, o capitalismo marchou aceleradamente no programa de redução/extinção de direitos obtidos com a “ameaça socialista”, por ora ausente. O capital deslocou-se no sentido de retomar as concessões que outrora fizera em um momento adverso.

O Estado de bem estar social perdeu receita tributária e não passou incólume pelo tsunami neoliberal. A lógica do capital identifica tais conjuntos de medidas de amparo estatal como sendo excrescências, e promove, sem constrangimentos, o dismantling das fontes de financiamento, como, também, mudanças legais para inviabilizar a sustentação de políticas públicas que venham a manter direitos sociais. Desse modo, as lutas sociais do trabalho tendem a multiplicar-se e inovar-se diante das novas investidas do capital ou perdem sentido.

As demandas populares, de maneira estereotipada, receberam adjetivações: *atrasadas, jurássicas, medievais...* Sob o “argumento” de que “os tempos são outros”, “pós-modernos”, o receituário neoliberal propagou-se dos países centrais (Inglaterra, França, Alemanha) para a periferia do sistema (Chile, Argentina, Brasil...).

Outra implicação das reverberações para o mundo do trabalho — em especial para as suas representações (partidos, sindicatos, movimentos sociais) — foi não só o recuo em suas posições, o rebaixamento de suas reivindicações e a renúncia da combatividade, como, também, o assentimento, por parcela considerável, à burocratização, ao corporativismo e aos programas defendidos pelos grupos à direita no espectro político. Estes se aproveitam da oportunidade para tentar dismantling e quebrar a espinha dorsal do movimento sindical em regiões

importantes (uma das metas dos governos Collor e FHC, como, por exemplo, com o ataque frontal às mobilizações dos petroleiros).

As necessidades do capital de transformar o processo produtivo em razão das disputas internas entre empresas e potências capitalistas, por outro lado, engendraram mecanismos de cooptação de trabalhadores, pois estes passariam a consentir com a nova lógica aderindo ao escopo e seus desdobramentos nas empresas.

Em outras palavras, a lógica subjacente é o trabalho em equipe e multifunções, não viabilizados sem a concordância dos operários. Estes se alienam mais profundamente ao abraçarem interesses antagônicos como se fossem próprios, em virtude dos mecanismos psicológicos densos que enredam os trabalhadores no comprometimento com a empresa e sua produção, estendendo a jornada de trabalho e cobrando reciprocamente os companheiros para alcançarem a meta estipulada, cuja mobilidade ascendente é constante. Ademais, a não consecução dos patamares de produção exigidos levam, em muitos casos, ao início antecipado do trabalho no dia seguinte para não atrasar o serviço.

Podemos constatar que a sutileza não comparece com assiduidade, continuando a exigência por maior produtividade e as trabalhadoras sendo acossadas por ameaças de demissão e salários indigentes.

No afã de restringir custos, especificamente um novo enfoque é dado ao estoque, que passaria a atender à demanda imediata, sendo mais flexível. Contaria, para isso, com a informatização, a melhoria da infraestrutura de comunicação e transporte; uma logística permitindo o deslocamento imediato de peças na hora certa (*just in time*).

A administração do tempo e as diretivas contidas nas placas ou senhas (*kanban*) incidem sobre a externalização da produção. No toyotismo — forma japonesa da década de 1980 que se alastrou pelo planeta com suas técnicas de gestão de pessoal e produção para aumentar a produtividade e reduzir custos — a terceirização pode chegar a mais de 75%, sinalizando o perfil de empresa “enxuta”

advinda da “reengenharia”. Como acontece no capitalismo, tal redução das empresas redundava na concentração do capital e na extinção estrutural de empregos.

A *nova morfologia* do trabalho (Antunes, 2007) descreve as transformações ocorridas nesse espaço — redução do operariado de base tayloriano-fordista, cujo esgotamento era cada vez mais pronunciado, e a ampliação da lógica flexibilidade-toyotizada e sua emergência em diversos setores.

Cabe ressaltar que o colapso do paradigma fordista ainda não se consumou. Está em andamento em muitas regiões do mundo, principalmente na periferia, e nos lugares mais pobres e miseráveis ainda apresenta vigor.

No Brasil, a imposição do modelo neoliberal nas décadas de 1980-1990 ocorreu sem a construção de mecanismos de amortecimento social. O despotismo do mercado pode agir com desenvoltura para degradar as posições dos trabalhadores e lançá-los ao desemprego em grande escala com a recessão econômica do período.

Por sua vez, o receituário do *Consenso de Washington* de 1990 (privatização das estatais; ampla abertura da economia dos países em desenvolvimento ao capital estrangeiro; reformas e redesenhos das instituições jurídicas, econômicas e trabalhistas de acordo com as necessidades empresariais dos investidores e o cancelamento de restrições a eles etc.) e sua aceitação por governos antinacionais pavimentaram a estrada para a modernização de corte conservador.

Na China, por exemplo, cujas taxas de crescimento assentadas na hiperexploração e na abundante oferta de mão de obra incrementam as desigualdades, o intenso uso de tecnologia na indústria retira postos de trabalho em escalas ponderáveis, criando justificativas para contestações sociais de envergadura, apesar da repressão política constante.

Paralelamente, a reestruturação produtiva fixada pela nova divisão internacional do trabalho acrescentou o agravamento de formas de trabalho, intensificando a demarcação de procedimentos gerenciais para adequar-se à nova conjuntura e dela retirar benefícios às expensas do mundo do trabalho: redução de trabalhadores; aumento da jornada de trabalho; instituição de mecanismos que

transferem responsabilidades de cobrança das chefias para os próprios trabalhadores entre si, que se fiscalizam reciprocamente, aumentando sobremaneira a produtividade a partir da premiação oferecida ao desempenho das equipes e outras estratégias manipulatórios. Por exemplo, no caso dos bolivianos no setor de confecção na cidade de São Paulo, utilizam-se de estratégias como gratidão, parentesco, provocando nos trabalhadores(as) algo similar à Síndrome de Estocolmo: os trabalhadores cooptados são muitas vezes enganados, estão submetidos a uma condição análoga à escravidão e mesmo assim não denunciam, pois precisam daquele emprego, são gratos, inclusive, pela oportunidade que tiveram.

Para substituir a rigidez do modelo anterior, os sistemas de produção *just-in-time*, *kanban* e outros foram inseridos, refletindo a necessidade da acumulação flexível e da ideologia *toyotista* em reprogramar as regras da produção de maneira condizente com os imperativos da maior extração da mais-valia, relativa e absoluta.

O aviltamento das formas do trabalho (subcontratação, terceirização, rebaixamento da remuneração da força de trabalho etc.) contou com a boa vontade de governos que chancelaram alterações na ordem jurídica para o avanço na derrocada da conquista de direitos históricos do mundo laboral. Viabilizando, assim, a exploração da força de trabalho na fase atual com regras condizentes aos motivos do patronato: flexibilizar, precarizar, aumentar a insegurança laboral e, por consequência, incrementar a lucratividade.

Como sabemos, o direito é, irremediavelmente, uma forma do capitalismo, oferecendo as alterações legais para acarpetar os caminhos das modificações jurídicas exigidas pelo capital.

A realocação industrial, transferência de atividades para a periferia do sistema, trouxe para os países subdesenvolvidos e para os em desenvolvimento indústrias tradicionais (têxtil, calçados etc.), uma vez que nesses países há oferta abundante de mão de obra barata e pouco familiarizada com os embates da luta de classes.

Aqui no Brasil, esse fenômeno também ocorreu, tendo assumido características semelhantes de deslocamento, inclusive numa segunda fase. Para

contar com reações fracas ou inexistentes, empresas transferiram suas plantas para regiões interioranas em São Paulo e em outros estados da federação, com o objetivo de dispor da falta de tradição de luta sindical nesses lugares, mormente quando se relacionavam a atividades no setor de serviços (Antunes, 2006).

O “novo trabalhador” deve ser *polivalente, multifuncional*. Enfim, deve ser *flexível* para atender às demandas de seu tempo. Essa adequação significa não só um prolongamento da jornada, mas a eliminação estrutural (não temporária) de postos antes existentes.

A terceirização, a subcontratação e demais modalidades de mascaramento de formas rebaixadoras de condições de trabalho, multiplicam as unidades de produção com diminuto número de trabalhadores e a precária ou inexistente cobertura de direitos protetivos, como podemos ver no caso das oficinas de costura, por exemplo.

Eufemismos como *cooperativismo, empreendedorismo e trabalho voluntário* são utilizados para dissimular a precarização e dar curso ao processo de colonização mental e material dos trabalhadores, cujo fito é subjugar-los pela propaganda ideológica da modernização a ser abraçada por todos: É preciso que o trabalhador esteja “atualizado” e “disponível” às “novas circunstâncias”.

A respeito da composição dos trabalhadores, reconhecemos sua heterogeneidade: jovens e velhos; de gênero; formais e informais; qualificados e desprestigiados (que mergulham na subproletarização e na degradação do que isso conduz: a exclusão social).

Quanto ao gênero, observamos uma feminização em determinados postos de trabalho que não requerem alta especialização, em geral atividades rejeitadas pelos homens, pior remuneradas e que atenderiam o perfil da “natureza” da mulher: acuidade visual e auditiva, agilidade das mãos, paciência, disciplina, limpeza, atenção... Desse modo, os salários recebidos por elas representam, em média, 60% do que recebem os homens (Nogueira, 2004 e 2005), denunciando como a divisão sexual do trabalho penaliza mais intensamente a mulher, segregando-a e excluindo-a.

Em termos concretos, as mulheres, em maior proporção, são relegadas a postos menos qualificados, subalternizados, com alta incidência de L.E.R. (lesão por esforço repetitivo), baixos salários, tarefas repetitivas e ritmo de trabalho atordoante, tais como costura, faxina entre outros.

No setor de confecção e no têxtil, elas são direcionadas para as empresas menores e menos modernizadas, portanto, com remuneração, em geral, menor. Subcontratadas em oficinas ou empresas domiciliares, com poucos empregados, elas são o contraponto da masculinização do setor nas que passaram pelo processo de modernização industrial.

Nos países desenvolvidos igualmente ocorre o aumento apreciável da participação da mão de obra feminina, passando de 40%. No entanto, com o perfil acentuado da precarização e da desregulamentação (Antunes, 2008), evidencia-se a abstenção do Estado relativa ao regramento das relações jurídico-laborais.

O trabalho produtivo doméstico (terceirização, subcontratação no setor têxtil, por exemplo) mistura-se com o trabalho reprodutivo doméstico, deixando as mulheres em posição de exploração cada vez mais exacerbadas.

O aumento inicial de empregados no setor de serviços, que recepciona contingentes expressivos de desempregados da indústria decorrentes da reestruturação, arrefeceu e, utilizando a mesma racionalidade do capital e a lógica dos mercados, também enxugou substancialmente os postos de trabalho.

Perversamente, na outra ponta, crianças são introduzidas em diversas atividades produtivas ao redor do mundo, revelando o caráter “modernizador” de tais processos.

O Terceiro Setor, que atende contingentes de desempregados dos setores industriais e de serviços, é uma resposta paliativa ao desemprego estrutural, mas, ao mesmo tempo, o “trabalho voluntário”, dedicação de milhões de brasileiros, é extremamente funcional ao sistema capitalista.

Por outro lado, as entidades representativas do trabalho (partidos, sindicatos e movimentos sociais) necessariamente devem se preparar melhor para conter o

avanço do capital em formato belicoso de terra arrasada para despojar o que custou esforços seculares dos trabalhadores.

2.3 Reestruturação Produtiva no setor

De acordo com Kontic (2001), as redes varejistas estabelecem uma produção descentralizada, em torno de pequenos produtores controlados por elas — e que, muitas vezes, se encontram em países diferentes — ao invés da produção tradicional realizada por uma mesma organização em um espaço contínuo na cidade também responsável por sua comercialização. É o caso de grandes magazines internacionais e nacionais que produzem seus artigos em países com mão de obra aviltada e legislação sobre trabalho ou produção nada restritiva.

Conforme Salama (1999), a globalização se caracteriza atualmente pelo crescente fetichismo da mercadoria e das relações de produção capitalista e o deslocamento da produção dos chamados países centrais para os periféricos; ou no nosso caso emergente, para os mais periféricos; é o fechamento da lógica da superexploração, primeiro mandamento do neoliberalismo, que é a reação radical do capitalismo na ânsia de revogar direitos históricos dos trabalhadores reafirmando relações cada vez mais arcaicas como modelo de acumulação.

Estes deslocamentos de produção, ou realocização hoje largamente utilizado por grandes marcas internacionais como nacionais, e não só nos setores industriais, mas também manufatureiros, contribuem, ainda, segundo Salama, para o enfraquecimento de países menos desenvolvidos industrialmente, já que essas grandes companhias podem desestruturar a produção local, e a nosso ver a longo prazo as próprias sedes dessas grandes marcas tendem a sofrer retração da produção uma vez que comumente a tendência é se deslocar para o local menos oneroso em termos de produção, comprometendo o emprego da sua região de origem.

O que Leite (2004, p. 240) confirma quando diz:

à medida que o processo avança, o trabalho diminui na ponta virtuosa da cadeia (as empresas líderes dos encadeamentos produtivos, onde se difunde o trabalho qualificado, mais bem pago e mais estável) e aumenta na ponta precária, onde abunda o trabalho pouco qualificado, instável, mal pago e, muitas vezes, executado sem vínculo empregatício.

No decorrer da metade do século XX e agora no início do XXI, temos visto no Brasil um comportamento na produção de confecção com tendência de uma constante busca por inserção de uma contínua diversificação de produtos que seguem o modelo internacional do ramo da moda e estética, aliados à posição social e econômica, além de beleza, hoje homogeneizada. Isso é uma estratégia para incorporar valores sociais comuns e introduzir uma gama de ofertas que atendam a múltiplos setores sociais.

E tendo associado esse comportamento de mercado, o Brasil e as empresas de grande porte do varejo de roupas (os grandes magazines) passaram a adotar o perfil de subcontratação de sua produção, até mesmo para dar conta da crescente demanda e da manutenção dos preços ao consumidor final.

Mas inserido no quadro de uma economia forte e estável que o país veio conquistando na última década, também passa a distribuir parte de sua produção na cadeia internacional de países com legislação do trabalho e relativas ao meio ambiente compensadoras para aqueles que visam a acumulação plena, podemos entrar em quaisquer lojas dessas, tais como C&A, Marisa, Riachuelo etc. e verificar que parte de suas peças são produzidas na Ásia, isso devido às constantes denúncias que essas empresas vinham sofrendo e ainda passam por utilizar largamente mão de obra em condição de trabalho análogo a escravidão¹⁴, como é o caso dos bolivianos entre outros grupos étnicos.

¹⁴ Trabalho análogo a escravidão ou forçado caracteriza-se pela coerção do trabalhador, impossibilitando-o do direito de ir e vir; utiliza-se para tanto o uso da força física ou psicológica, da servidão por dívida, ou seja, o indivíduo se vê obrigado a permanecer no trabalho pois possui dívidas com o empregador, e essas dívidas se acumulam umas sobre as outras. A retenção de documentos também é fator impeditivo de rejeição do trabalho, no caso dos bolivianos e outros em situação similar há imposição ao trabalho forçado pelo medo; apesar das oficinas estarem num centro urbano, os patrões constroem uma política

Conforme Freire (2008), a dinâmica das redes de subcontratação são crescentes, ultrapassam o centro e constituem-se também nas periferias, onde as pessoas que fazem a tarefa de confecção têm uma semiqualificação na área, são indicadas por parentes ou vizinhos que redistribuem o serviço já de uma subcontratação e não têm uma produtividade regular, uma vez que dependem dessa trama de agentes que repassam o material a ser produzido, como também estão submetidos às nuances do mercado, ou seja, estão sempre na expectativa de que o responsável direto pela sua subcontratação possa também ser contratado ou subcontratado pela empresa responsável pela confecção.

Em nossa pesquisa, de modo informal, salientamos que muitas das costureiras, e não especificamente bolivianas, mas de modo geral, utilizam as sobras de tecido das encomendas para customizar ou montar determinados artigos que vendem a fim de complementar a renda individual ou familiar, tais como: bolsas, cintos, capas de almofada, customização de guardanapos de pano, chinelos, toalhas, colchas de retalhos e de fuxico, formando aí um novo comércio dentro de uma estrutura fragmentada e de extrema dependência de fatores que passam da confiança à submissão (já que muitas vezes os serviços têm curto prazo para ser realizados e nem sempre o pagamento chega num prazo a contento). Não há vínculo empregatício formal e nem contratos, há baixa remuneração sobre o produto final e no caso das costureiras que utilizam as sobras para formar uma renda alternativa, há uma dependência muito grande e necessária.

Em termos macro, a participação do país no comércio mundial declinou de 0,7%, em 1997, para 0,3%, em 2007. Além disso, houve acirramento da competição global, tendo em vista o crescimento exponencial dos produtos asiáticos no comércio internacional, em especial da China. Nessa conjuntura, tornou-se fundamental para a sobrevivência das empresas da cadeia têxtil e de confecções desenvolver estratégias competitivas diferenciadas, baseadas na utilização da

de medo ao relatarem aos funcionários que serão presos e rejeitados se foram na rua, que não existem outras oficinas que os aceitarão, que os funcionários devem cumprir o contrato que fizeram, se não terão consequências punitivas entre outros. No caso das mulheres, então, a situação se torna mais grave, uma vez que tem também o julgamento moralista e machista que as circundam, e, se são mães solteiras, é mais difícil acharem um trabalho que aceite a ambos. Acabam se submetendo por essas imposições, suas dívidas se acumulam em decorrência do filho, inviabilizando suas escolhas e liberdade frente ao emprego e empregador.

inovação tecnológica como um instrumento relevante para inserção no mercado mundial.

A força motriz para o desenvolvimento desse setor não está somente relacionada com as medidas de inovação tecnológica, mas com as redes sólidas que dele participam.

As inovações produtivas são fator preponderante para o crescimento do setor de têxteis e confecção, uma vez que existe um efeito cadeia; portanto, as inovações de produção e de venda estão ligadas às demandas de consumo e produção de têxteis, que por sua vez têm valor agregado quando há investimentos em inovação tecnológica e forte *merchandising* presente na vida social do possível comprador, por meio de novelas, propagandas, programas sobre moda; essas demandas crescem, pois são partes de um modelo de fetichização generalizada em torno da moda que passa a ter um comportamento de componente essencial à sobrevivência, tais como alimentação e moradia.

Vemos que no decorrer do processo de reestruturação produtiva da cadeia de têxteis e de confecção houve uma maior concentração em produtos de maior valor agregado, com maior ênfase na diferenciação de produtos através de investimento nas atividades de *design* e desenvolvimento de marcas, o que garantiu uma padronização dos clientes que passam a associar-se à imagem produzida pelos designers por meio da criação de tendências; essas, por sua vez, têm maior valor agregado do produto, pois é constantemente reformulada. Portanto, o cliente/consumidor tende a renovar na mesma proporção o seu guarda-roupa.

De acordo com Relatório de acompanhamento setorial do têxtil e confecção da Unicamp (2008), a tecnologia empregada no setor contribui de modo a intensificar seu desenvolvimento e seu crescimento é um aliado competitivo, principalmente na concorrência internacional do setor, que pelo intenso acirramento reestrutura seu modo de produção para manter preços e principalmente lucratividade. Essa reestruturação tem como principal componente o uso da tecnologia na administração das cadeias produtivas, passando desde a criação do conceito a distribuição do produto nas redes, porém isso não necessariamente significa melhores condições para o trabalhador.

Os mecanismos de competitividade pelo uso de reestruturação pela tecnologia são chamados de *Supply Chain Management* (SCM - Gestão da Cadeia de Suprimentos), TI entre outros, que são modelos de gestão que integram toda a cadeia produtiva e, de acordo com Pires (1999) visam à redução dos custos, uma vez que o conjunto da produção segue um único padrão, ou seja, também tendem para a:

- Reestruturação produtiva, com cortes no número de fornecedores, garantindo eficiência;
- Divisão de informações e integração da infraestrutura com clientes e fornecedores que de acordo com o autor é a:

Integração de sistemas de informações/computacionais e a utilização crescente de sistemas como o EDI (*Electronic Data Interchange*), entre fornecedores, clientes e operadores logísticos têm permitido a prática, por exemplo, da reposição automática do produto na prateleira do cliente (*Efficient Consumer Response*).

Tais práticas têm proporcionado, sobretudo, trabalhar com entregas *just-in-time* e diminuir os níveis gerais de estoques. Também, a utilização de representantes permanentes junto aos clientes tem facilitado, dentre outras coisas, um melhor balanceamento entre as necessidades do mesmo e a capacidade produtiva do fornecedor, bem como uma maior agilidade na resolução de problemas.

- Desenvolvimento conjunto de produtos:

O desenvolvimento dos fornecedores desde os estágios iniciais do desenvolvimento de novos produtos (*Early Supplier Involvement*) tem proporcionado, principalmente, uma redução no tempo e nos custos de desenvolvimento dos mesmos.

- Considerações logísticas na fase de desenvolvimento dos produtos:

Representa a concepção de produtos que facilitem o desempenho da logística da cadeia produtiva, geralmente também envolvendo a escolha de um operador logístico eficiente para administrar a mesma;

Integração das estratégias competitivas na cadeia produtiva implica na compatibilização da estratégia competitiva e das medidas de desempenho da empresa à realidade e objetivos da cadeia produtiva como um todo.

- *Outsourcing* na Cadeia de Suprimentos:

É uma prática em que parte do conjunto de produtos e serviços utilizados por uma empresa (na realização de uma cadeia produtiva) são providenciados por uma empresa externa, num relacionamento colaborativo e interdependente.

O Relatório de acompanhamento setorial do têxtil e confecção da Unicamp (2004) atenta que muitas empresas de países em desenvolvimento também têm buscado se reposicionar na cadeia de valor, passando da montagem pura e simples por subcontratação para produtores OEM (*Original Equipment Manufacturing*), o que envolve receber a especificação do produto, desenvolver especificações sobre o processo de produção, gerenciar a logística de compras e entregar o produto com a marca do cliente.

Ao mesmo tempo, buscam avançar na capacitação em *design* e criação de marcas próprias, estendendo o esquema de subcontratação para outros países de mão de obra ainda mais barata, fugindo ao mesmo tempo das restrições impostas pelo sistema de quotas que vigorou no *Acordo Multifibras* e posteriormente no *Acordo de Têxteis e Vestuário*, vigente até 2005.

A partir dos estudos de Campos (1999), introduzimos sua caracterização da indústria de *Têxteis* e de *Vestuário*. Segundo o autor, a Indústria Têxtil e do Vestuário enquadra-se na seção das Indústrias transformadoras e engloba a fabricação de têxtil e a indústria do Vestuário, preparação, tingimento e fabricação de artigos de vestuário.

De acordo com o Instituto Nacional de Estadística o setor é composto por duas indústrias que se organizam da seguinte forma:

a) A montante: a indústria têxtil, que engloba as seguintes etapas do processo produtivo: a preparação da fibra, a fiação, a tecelagem, as malhas e os acabamentos (tinturaria, estamparia e ultimação);

b) A jusante: a indústria de vestuário, que compreende a confecção de artigos de vestuário e os acessórios.

As indústrias têxteis e de vestuário são descritas pela literatura como tradicionais e, conforme Campos (1999), isso significa dizer que elas são em sua maioria:

c) Intensivas em matérias-primas pouco elaboradas e em mão de obra barata, com baixa qualificação, vínculos trabalhistas precários, alta rotatividade e parca produtividade;

d) Não são difusoras de novas tecnologias e possuem lenta renovação de tecnologias de produto, de processo, de organização e de gerenciamento e;

e) Elas são dotadas de reduzida lucratividade e pequeno crescimento econômico.

O mesmo autor, ainda, afirma que esses fatores devem ser ponderados, uma vez que as indústrias têxteis e de vestuário caracterizam-se por uma grande heterogeneidade em suas estruturas empresariais. Grandes e modernos estabelecimentos convivem com estabelecimentos de pequeno porte e atrasados.

Ainda de acordo com Campos, esse fato se deve a: diversidade de artigos produzidos (fios, tecidos, roupas e artigos de tecidos de inúmeras funções, matérias-primas, modelagens, estampas, cores, tamanhos etc.). Também pela diferenciação entre os mercados consumidores (grupos geográficos e sociais com diferentes níveis de renda, padrões de informação, padrões de exigência, estilos de consumo etc.).

Além da ausência de barreiras às novas empresas nestas indústrias (sejam barreiras ligadas à escala mínima de produção; as relacionadas às tecnologias de produto, de processo, de organização e gerenciamento industrial; os obstáculos ligados ao volume de recursos financeiros necessários ou aqueles vinculados à disponibilidade de matéria-prima ou mão de obra adequada ou qualificada).

Lembramos que no decorrer dos anos de 1990 e 2000, esse cenário apresentado por Campos persiste principalmente na cadeia de produção de mais

baixa qualificação e precariedade e em maior número do setor de confecção, que são as oficinas de costura. Uma vez que, no desenvolvimento do produto à venda final, o setor tem se destacado nos últimos anos pela evolução do cenário econômico e social da indústria do vestuário, que se deu pela diversidade associada aos produtos, seus ciclos curtos de tendência, pela crescente capacitação técnica, pelos sistemas flexíveis e abertos na produção através de redes de produção globais. Tais práticas são comuns hoje devido à forte concorrência internacional na produção e distribuição do produto, além do desenvolvimento e aumento da oferta de produtos, correspondente ao uso da moda como fator preponderante na vida social atual, o crescimento das *fashions weeks*, e a aposta em novas tecnologias nas fibras tem agregado valor aos artigos que atendem a todas as classes sociais, desde os de baixa qualidade aos produtos elitizados — disponibilizados em supermercados, magazines populares e de luxo.

Atualmente, e apesar de constante investida do Ministério Público para combater o trabalho precário no setor de confecção, há contraditoriamente um crescimento vertiginoso desse tipo de situação, como vemos nas constantes denúncias apresentadas nos meios de comunicação, o que sugere que não são poucos os casos. Por outro lado, poderíamos pensar também que o combate dá maior visibilidade social ao problema, indicando não o incremento da situação, mas, ao contrário, o efeito benéfico exercido pela fiscalização.

Ocorre que muitas dessas grandes empresas de confecção são também internacionais e atuam no nosso mercado como varejista produtor e, para não comprometer sua imagem diante de um público cada vez mais esclarecido, mesmo que despolitizado, tende a manter parte da produção aqui.

E para compensar seu “prejuízo”, alimentam um mercado negro de tráfico humano e de superexploração de imigrantes, principalmente latino-americanos — como no caso dos bolivianos(as) —, que estendem o termo subcontratação utilizando trabalho infantil, péssimas condições laborais e de moradia, retenção de documentos e ainda não pagamento de sua remuneração pelo trabalho executado como forma de punição ou por acúmulo de dívidas com alimentação, moradia e consumo de luz e, às vezes, o valor do maquinário que o indivíduo explorado utiliza para realizar o trabalho.

Portanto, o termo realocização da produção não é só relativo à questão geográfica, como definiu Salama (1999), mas pode ser humana também.

Uma vez que ao estimular um processo imigratório que pretende adotar baixos salários, nenhuma qualificação e superexploração, as empresas envolvidas no processo produtivo não repassam sua produção para outras cidades ou países e sim são permissivas quanto a adoção de trabalhadores em situação de irregularidade jurídica e de trabalho análogo à escravidão, para garantir alta lucratividade e baixo investimento. Portanto, utilizam a realocização de trabalhadores para a produção no local em que ela já está instalada.

Essa reorganização da produção é prática para as empresas que — apesar de não recrutar, não traficar a pessoa e não colocá-la diante da máquina de costura para trabalhar — a mantém naquele local sob coação, é permissiva com tudo isso, uma vez que utiliza uma rede de subcontratação e não fiscaliza ou cobra posturas legais e até éticas do contratado. Com isso, é tão beneficiária quanto a contratada e suas subcontratadas, pois o produto final é comercializado com grande margem de lucro gerada para a contratante, portanto o maior favorecido.

De acordo SEBRAE (2008), é comum a prática de subcontratação das atividades de produção, sem prejuízo da eficácia de todo o processo; grandes empresas estão sempre em busca de melhor posicionamento na ponta do mercado. Com isso, verifica-se que empresas proprietárias de marcas bem posicionadas no mercado consumidor aproveitam as vantagens dos altos volumes de produção de empresas especializadas na fabricação de determinados artigos de vestuário e terceirizam a produção, a qual é alimentada pelas redes de subcontratação.

Conforme relatório da OIT (2008), a América Latina foi a única região no mundo onde o chamado subemprego cresceu nos últimos dez anos e de maneira mais intensa para as mulheres que para os homens, isso devido ao incremento do setor de serviços, segmento que mais cresceu em criação de empregos.

Consta no estudo que o percentual de pessoas empregadas em condições precárias aumentou de 31,4% em 1997 para 33,2% em 2007, tendo uma variação em porcentagem maior para as mulheres. O estudo também aponta que na América

Latina o número de mulheres que participam do mercado de trabalho no mundo aumentou 18,4% na década passada. Apesar disso, mais da metade das trabalhadoras tem subempregos, e há menos de 70 mulheres economicamente ativas para cada 100 homens.

O número de mulheres desempregadas passou de 70,2 milhões para 81,6 milhões, e a taxa de desemprego feminino em 2007 foi de 6,4%, enquanto a dos homens foi de 5,7%.

Como vimos, o desenvolvimento desse mercado de trabalho é extremamente fragmentado e flexibilizado, tornando a análise do setor em termos de número de trabalhadores bastante difícil.

2.4. Impacto das iniciativas contra o trabalho precarizado.

Em consequência das constantes denúncias promovidas por meios de comunicação, principalmente originárias do Repórter Brasil (2010), vemos grandes magazines como C&A, lojas Pernambucanas e Marisa, por exemplo, utilizando largamente os serviços de empresas que subcontratam a produção e utilizam mão de obra explorada e submetidas a condições de trabalho exaustivas e insalubres.

É notório que a OIT, junto com organizações civis, como Instituto Ethos e Repórter Brasil, lançaram em 2005 o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. O documento é uma iniciativa da sociedade civil, que tem como objetivo implementar ferramentas para que o setor empresarial e a sociedade brasileira não comercializem produtos de fornecedores que usaram ou usam trabalho escravo.

No caso da C&A, por exemplo, a cadeia adota desde 2006 um segmento próprio para auditar a sua cadeia de suprimentos denominado *Organização de Serviço para Gestão de Auditorias de Conformidade* (Socam). De acordo com a empresa, as vistorias são "aleatórias e não agendadas, com o objetivo de coibir qualquer tipo de mão de obra irregular e buscar a melhoria contínua das condições de trabalho". Mesmo assim, ainda em 2010 existiam denúncias de uso de mão de obra em condições análogas à escravidão.

Essas auditorias próprias estão possibilitando, junto ao Ministério Público do Trabalho e entidades civis, que ocorra a fiscalização do trabalho em diversos setores da economia. Porém ainda são iniciativas incipientes, já que na cadeia produtiva do setor de confecção há uma padronização que deve ser adotada no que diz respeito à legislação da segurança do trabalho, cumprimento de horário de atividade laboral, ambiental e de cumprimento às leis trabalhistas.

Entretanto, as empresas “parceiras” no processo produtivo e que participam do rol de fornecedores podem apresentar as exigências pertinentes a sua contratação, embora isso não signifique que ela não repassará o “serviço” para terceiros que não participam do modelo correto de contratação de força de trabalho: ergonomia, higiene, salubridade, salário e direitos trabalhistas.

Isso acontece porque a fiscalização é limitada. As equipes são reduzidas em termos de pessoal, de tempo e na constância da fiscalização. As empresas fornecedoras para a rede varejista estão paulatinamente implantando medidas de adequação para que possam permanecer no conjunto de fornecedores, e assim associar a ideia de que há mudanças em termos de sustentabilidade e respeito ao trabalhador.

O problema é que essas empresas não são diretamente punidas, porque quando há flagrante a empresa que contratou o serviço desses fornecedores deveria arcar com os processos trabalhistas e jurídicos pertinentes ao caso.

Ao invés disso, os imigrantes que estão irregulares e sendo explorados neste processo são os primeiros a serem punidos, uma vez que devem pagar por sua regularização, além de multas e encargos diversos no processo, por pessoa, muitos deles sequer chegam a receber um salário e por isso ficam na ilegalidade. Ou seja, sem condições para retornar a seu lugar de origem e nem conseguir estabelecer-se aqui, essas pessoas ficam num limbo e/ou são acolhidas por alguma instituição como a Casa do Migrante¹⁵, ou logo são recontratados por outras oficinas clandestinas espalhadas por regiões periféricas.

¹⁵ Serviço de apoio ao migrante em situação de falta de abrigo ou moradia, que oferece alimentação e dormitório.

Como vimos no capítulo anterior, projetos como a Lei de anistia e acordos bilaterais garantem atualmente que os imigrantes em situação de irregularidade jurídica possam participar de um processo justo de integração no Brasil. Com a situação documental regularizada, podem obter a carteira de trabalho, portanto, participar de uma economia formal, estudar e se beneficiar de direitos fundamentais.

No processo de contratação de fornecedores, os baixos custos e a rapidez na entrega de um grande número do produto, indica que há necessidade de se averiguar como funciona a produção na empresa, tais como: número de funcionários, horas trabalhadas, maquinário utilizado etc. Com essa premissa é possível identificar o perfil da fornecedora contratada e avaliar se tem a capacidade produtiva que promete. Sucede que as empresas contratantes se eximem da lógica existente no processo e alegam que desconheciam as redes de subcontratação da fornecedora e até mesmo o aviltamento a que o trabalhador está submetido.

A possibilidade de trabalho em domicílio tem sido ao longo dos anos fetichizada pela suposta facilidade que oferece e também necessária para pessoas, principalmente mulheres e indivíduos em situação de informalidade, pois propicia associar o trabalho doméstico com o trabalho para subsistência, ou camuflar a informalidade, diminuindo custos trabalhistas e impostos, além de servir apenas para fortalecer o receituário neoliberal.

Temos visto que o apelo midiático de entidades civis tem sido o verdadeiro repressor das atividades ilegais que cercam o setor de confecção. As ações judiciais não são necessariamente passíveis de observação do consumidor final, mas quando exposto na mídia acertam em cheio o principal patrimônio das redes varejistas, sua imagem.

De acordo com Relatório final da Comissão Parlamentar de inquérito para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo (2006), as tentativas de combate a essa forma de exploração, nos últimos anos, têm se baseado na denúncia dessas condições — principalmente pela mídia e por entidades da sociedade civil — e em ações repressivas decorrentes dessas denúncias, especialmente na forma de “blitz” nas oficinas de costura.

A internet e a febre das redes sociais tem sido outra saída para rechaço às práticas não formais de trabalho e mobilizam um grande número de denúncias e ações contra as empresas envolvidas.

O consumidor tende a ficar cada vez mais atento e com acesso a informação; torna-se crítico quanto a procedência do que vai comprar, prazo de validade etc. Mas ainda é um caminho longo a ser percorrido, uma vez que o preço e a facilidade de pagamento promovido por cartões próprios das lojas permitem a compra fidelizada e, para a maior parte da população, a classe C, ainda é importante o acesso ao crédito e ao poder de compra, já que várias lojas de diversos segmentos, mas principalmente o do varejos de roupas e acessórios, oferecem esse produto e esse acesso para o consumidor.

Questões sobre precarização do trabalho e modelos de flexibilização não chegam a todos evidentemente, por isso são importantes ações veiculadas pela mídia, pois geram paulatinamente curiosidade sobre o assunto, e, posteriormente, conscientização.

CAPÍTULO III

**BOLIVIANAS EM SÃO PAULO:
TRABALHO, ARRANJOS FAMILIARES
E SOBREVIVENCIA EM SÃO PAULO.**

3.1 Mulheres, família e o mundo do trabalho

As abordagens em torno de trabalhos voltados à temática de gênero têm se intensificado nas últimas décadas em diversas áreas do conhecimento acadêmico. Temos trabalhos clássicos e os atuais, que apresentam pesquisas que tratam a condição social, econômica e psicológica, quando não antropológica da condição de gênero. Essa condição diz respeito à afirmação de uma análise que não desassocia o sexo ou crie o binômio mulher X homem e que possa compreender os espaços que ocupam simbolicamente e nas relações de fato.

A análise pela perspectiva de gênero traz à tona a dinâmica do poder, das relações sociais, culturais e econômicas e a interligação entre as mesmas, o que produz as diferenças onde e porque elas existem, mas essa análise deve ser perpetrada pela noção de pluralidade (Samara & Mattos, 1993), pois carrega a visualização teórica das relações entre os sexos, que “nada mais são do que formas de representação cultural do nosso processo de socialização”.

A visibilidade da mulher na sociedade moderna passou por inúmeros levantamentos que propiciaram a releitura de sua condição social e muitas pesquisas estão em andamento; a viabilidade desses estudos carrega uma gama intensa de abordagens e reflexões de variadas esferas.

Uma delas é a abordagem pela perspectiva do mundo do trabalho. Cada sociedade forma a sua estrutura social em torno das divisões do trabalho, configurando o que Danièle Kergoat (2003) denomina de divisão sexual do trabalho. Decorrente das relações sociais de sexo caracteriza-se pela divisão de tarefas tidas como produtivas e improdutivas; de separação, estabelecendo trabalhos masculinos e trabalhos femininos; e de hierarquização, constituída por valorizar mais o trabalho do homem do que o da mulher ou anular determinados tipos de trabalho como o doméstico ou cuidado com a família.

Essas características têm sido as mais presentes no corpo social da América Latina, e, obviamente, no grupo estudado. Como ressalta Kergoat, ao falarmos em termos de divisão sexual do trabalho devemos ir mais além de uma simples constatação de desigualdades, pois é articular a descrição do real com uma reflexão

sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas tarefas.

Ou seja, não basta pensarmos nas diferenças, mas nas políticas e condições sociais que a cercam, pois ao questionarmos somente a precariedade do trabalho e dos salários, sem observar as múltiplas funções a que homens e mulheres estão submetidos, não estaremos pensando sob a perspectiva de gênero e muito menos contribuindo de fato para uma análise assertiva sobre o problema que está na estrutura social.

O acesso à política, à educação de qualidade, à saúde e principalmente nas relações sociais que fomentam as desigualdades, isso é o principal a ser questionado. Descrever os fatos em si é o início do diagnóstico, aprofundar as questões baseados nos porquês e como, é o passo fundamental (Scott, 1991). Segundo Kergoat (2003), é indispensável articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas tarefas.

Tais como a não incorporação significativa de mulheres em cargos de importância intelectual e gerencial e liderança, implica na não adoção de estratégias de participação e articulação de componentes que a favoreçam; a não presença de mulheres legislando ou fazendo parte, em termos de número, de processos políticos e sociais que equilibrem a balança torna mais árduo o processo de emancipação e compensação dos desníveis a que estão submetidas. A ampliação da atuação de mulheres nestas esferas até então pouco acessíveis é o passo primordial para a elaboração de políticas de gênero que visam não criar vilões e mocinhas, mas criar graus de participação no mundo do trabalho, doméstico, social, econômico e político mais equitativo e colaborativo.

Atenta Hirata (2003), em estudo sobre as diferentes consequências do processo de globalização tem sobre o emprego e o trabalho, que o mundo do trabalho e suas transformações decorrentes da globalização e das crises do capital levaram ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado. Para ela, esse aumento se deu tanto no setor informal quanto formal, além do setor de serviços; mas a participação nesses empregos, de acordo com a

autora, “traduz-se sobretudo pela criação de empregos precários e vulneráveis, tanto na Ásia quanto na Europa e América Latina”, ou seja, “é um dos paradoxos centrais da globalização do ponto de vista de gênero” (2003, p. 19).

Para Hirata, os países do Norte e do Sul incorporam duas vertentes do modelo de trabalho precário e flexível. No Norte o trabalho *in part-time* e no Sul, o trabalho informal.

Os Estados, ao incentivar as políticas de flexibilização, incorporaram as mulheres ao trabalho remunerado informal e *part-time*, geralmente nos setores de comércio e serviços. Essas atividades são “muito frequentemente instáveis, mal remunerados, não valorizados socialmente, com uma possibilidade quase nula de promoção e de plano de carreira, além de direitos sociais limitados ou inexistentes” (Op. cit., p. 19).

Hirata cita que, de acordo com os estudos de Pearson (1995), as políticas de flexibilização agravaram as relações de desigualdade e saúde no trabalho, mostrando que a globalização representa novas oportunidades, mas também novos riscos. Alude também que o processo de terceirização e externalização da produção foram intensificados nos anos de 1990 (conforme vimos no capítulo anterior). Com isso, houve expansão de mulheres empregadas, mas também consequências negativas no emprego feminino, como a precarização e a flexibilização produtiva.

Conforme completa Leite (2004, p. 240) ao afirmar que:

Novos estudos sobre mercado de trabalho vêm confirmando as suspeitas de que, à medida que o processo avança, o trabalho diminui na ponta virtuosa da cadeia (as empresas líderes dos encadeamentos produtivos, onde se difunde o trabalho qualificado, mais bem pago e mais estável) e aumenta na ponta precária, onde abunda o trabalho pouco qualificado, instável, mal pago e, muitas vezes, executado sem vínculo empregatício.

Hirata (2003) também indica que essa análise é fruto de inúmeras pesquisas empíricas e que todas chegaram à mesma conclusão de que a globalização e as

políticas neoliberais carregam em si objetivos fatais para o mundo do trabalho. Porém, assim como promove desigualdades e precarização, também produz maior facilidade na mobilização contra essas políticas.

Aqui buscamos compreender as relações entre o mundo do trabalho e a condição de imigrantes bolivianos com ênfase nas mulheres porque rompem com paradigmas tradicionais e agora tornam-se presentes em nossa sociedade e em mutação frente a sua condição tradicional e de origem.

A família é um espaço de interação e manutenção sociocultural. Visa a continuidade dos membros e a reprodução econômica e cultural. É uma relação de troca social, de poder, solidariedade e conflito; é composta, muitas vezes, segundo Laslett (1984), de um grupo de parentesco, formado por agregados e consanguíneos e separado pela divisão social do trabalho geralmente com funções pré-definidas, de acordo com sexo, idade e pelo tipo de parentesco. A família é composta de relações sociais historicamente articuladas no campo institucional e social formando uma legitimação do modo como funciona ou deveria funcionar dentro de uma lógica interna da sociedade.

Para Singly (2007), a família contemporânea tem por característica ser privada e também pública, no sentido de que família tende a internalizar seu comportamento e relacionamento e o Estado continua a ser regulador de determinados comportamentos exercidos por ela.

A estrutura familiar historicamente vai mudando de acordo com sua situação socioeconômica e das imposições dos modelos econômicos e de produção existentes, assim como as condições sociais e culturais nas quais está inserida. Portanto o modelo de família está em constante mutação e é adaptável.

Apesar de ainda termos a família moderna como padrão, ou seja a familiar nuclear definida por Philippe Ariès (1981) na sociedade burguesa, que persiste mas carrega em si uma série de variantes que se definem conforme a necessidade de sobrevivência e de manutenção social, cultural, econômica e também de classe, além da reprodução biológica.

Singly (2007) também sinaliza que a família contemporânea é mais autônoma e tende a escolher o caminho que vai seguir, não necessariamente pelos costumes, mas, sim, por interesses individuais que são cercados por diversas questões, como controle de natalidade, reflexão sobre os papéis sociais exercidos pelo marido e pela esposa, e consequentemente a divisão sexual do trabalho é repensada no novo contexto familiar. As condições econômicas e sociais em que vivem permitirão escolhas quanto à formação dessa família e o que a compõe, tais como, sobrevivência, melhores oportunidades, acesso a outro padrão de vida.

Singly discorre que a família abarca questões sociais e psicológicas que levam o indivíduo a considerar a vida conjugal importante para estabelecer vínculos sociais e econômicos e dá a esses indivíduos um sentimento de pertencimento e existência.

Assinala também que a família moderna passa por dois períodos (1918-1968), quando o comum era o homem trabalhar fora para ganhar o sustento familiar e à mulher cabia a manutenção da casa e da educação dos filhos; com as mudanças sociais e de mentalidade a partir dos anos 1960, a família passa por um processo de individualização e de autonomia frente à família extensa. Esta é cada vez menos presente no decorrer da história.

Tendências à nuclearização da família são mais constantes, visto que o Estado cumpre uma série de funções de apoio social, antes exercidos pela família, e que os processos de produção e de economia aos quais estão inseridas é variável importante. Atualmente a família se ramifica de diversas maneiras, como nuclear, monoparentais, as recompostas por modelos de substituição ou de perenidade e que tendem, segundo o autor, a ampliar-se com a discriminação do casamento homossexual, por exemplo.

Tendências das quais Hareven (1973) sinaliza — ao dizer que a família é o agente de mudança de sua sociedade e de sua ideologia; que os sistemas patriarcais tendem a arrefecer ou mudar com o avanço dos impactos econômicos e sociais decorrentes da sociedade pós-industrial — quando discorre sobre os variados estudos sobre a família e a necessidade de ampliá-los via diversas vertentes, inclusive por estudos comparativos e de longa duração e que

acompanhem a história das mulheres em seu contexto, além de compreender que a família não necessariamente significa pessoas ligadas biologicamente.

Portanto, a estrutura social de uma família se dá pela função exercida individualmente por seus membros e por preconceções acerca do papel de cada um deles.

3.2 Gênero, família e trabalho na Bolívia

De acordo com o De acordo com Relatório Regional Trabalho e Família: (2009), constata-se que há uma combinação de relações modernas baseadas no mercado de trabalho e assentadas em relações familiares geralmente relacionadas a valores tradicionais que não vêm com bons olhos a saída das mulheres do lar.

Acrescenta o relatório que a participação da renda das próprias mulheres reflete a sua condição de autonomia e da mudança cultural em que vivem. Mas temos de atentar que esse processo de autonomia necessita ser acompanhado, uma vez que o acesso ao mercado de trabalho, ou a uma renda, não necessariamente significa autonomia frente a relações sociais com características patriarcais, ainda que essa mudança no contexto socioeconômico tenha aberto caminho para a entrada de mulheres a outro universo, além do trabalho doméstico e da vida familiar ou trabalho exclusivamente no campo.

Os deslocamentos tornam-se positivos para as mulheres com maior grau de instrução e com menores características étnicas, mas a maioria das bolivianas e bolivianas, como vimos, tem baixa escolaridade e capacitação, portanto, atendem a mercados com maior intensidade de precarização e informalidade.

É preciso ter cuidado com o que chamamos de *autonomia*, pois em alguns países, no caso da Bolívia, acreditamos ser um caminho a ser trabalhado com muita acuidade, visto que a inserção do grupo no mercado de trabalho e na participação direta na renda necessita de um acompanhamento de políticas públicas que tenham a prioridade de romper com a hierarquização patriarcal de poder e de dominação.

Na Bolívia, por exemplo, de acordo com dados fornecidos pelo Programa Nacional (INRA), durante o período após a Reforma Agrária de 1953 que concedeu terras aos agricultores e comunidades, até 1960 apenas 1,2% dos títulos foram registrados para as mulheres.

Considerando que a lei deste país (e de todos os outros) é definida em termos de poder, este se concentra *no* chefe de família. Quando a chefia da família é exercida por uma mulher, há discriminação na aplicação da lei em si.

O processo de deterioração dos territórios, a qualidade de vida, oportunidades de desenvolvimento em áreas rurais e de selva, muitas vezes propicia a migração em condições precárias, aumentando o nível de vulnerabilidade das mulheres relativo ao lugar para o qual se deslocam.

Porque na maioria dos casos são as únicas responsáveis por suas famílias, sem necessariamente ter o acesso a posições mais altas de poder e decisão; estes fenômenos ocorrem frequentemente em contextos de desintegração da unidade familiar e de relações de violência familiar.

Por exemplo, nos grupos *aymara* e *quéchua*, comunidades da Bolívia, a propriedade da terra é patrilinear, o que significa que aqueles que herdarão a terra são preferencialmente os homens, porque as mulheres só obtêm esse direito por via de casamento.

No entanto, existem muitos casos de mulheres que foram marginalizadas do acesso à terra. Elas, portanto, têm menos oportunidades para seu próprio desenvolvimento, frequentemente forçando uma migração. Ou no caso de viúvas que supostamente tiveram acesso à propriedade em casamento, com a morte do marido perdem o referido acesso, pois as regras determinam a transferência aos filhos.

Contra isso, a partir de iniciativas do movimento de mulheres foi possível a incorporação do direito à propriedade da terra para as mulheres na lei INRA. Mas este foi mais um debate e um processo desenvolvido por grupos de intelectuais feministas e de mulheres líderes de povos indígenas espalhados do que a partir de organizações de mulheres rurais como um todo.

Peredo (2004) destaca que nestes contextos os mais afetados são mulheres, uma vez que são tradicionalmente especializadas na gestão dos recursos naturais e do meio ambiente e conhecimento de cuidados de saúde derivadas de seu ambiente natural. Atenta que, segundo, Dere & Leon (2000) a questão das mulheres em relação à terra não é tão linear, pondo em causa complementaridade de gênero e demonstrando que as mulheres são marginalizadas em muitas maneiras no controle de recursos, especialmente no que diz respeito à propriedade e à possibilidade de que eles chamaram de "negociação" (p. 29).

O acesso à educação e aos programas sociais implantados na Bolívia nos últimos anos tem se traduzido em pequenas e graduais mudanças na constituição econômica das famílias, mas não basta uma inserção ao acesso à renda. Em termos de mudanças sociais, há muito a se discutir e implementar neste país; e, dentro dessa construção, articular políticas que repensem a condição de gênero e o desenvolvimento de ações que promovam oportunidades e autonomia de fato.

O ranking mundial de desenvolvimento de gênero do ano 2001, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aponta que a mulher boliviana está no posto 94º, muito abaixo da população feminina do resto dos países da América Latina e com níveis de bem-estar ligeiramente superiores apenas aos registrados na Nicarágua, Honduras, Guatemala e Haiti, que são os últimos no hemisfério continental.

Já no IDG (Índice de Desenvolvimento de Gênero) do ano de 2010, ela está no posto 95º, uma posição abaixo do Suriname.

Quanto a condição de Desenvolvimento de Gênero no ano de 2005, dentre 177 países analisados pelo mesmo órgão, a Bolívia se encontrava na posição 103ª. De acordo com o mesmo estudo, a expectativa de vida é de 66,9 anos para as mulheres e 62,6 anos para os homens; com taxas de alfabetização de 80,7% para elas, e 93,1% para eles. O estudo do PNUD de 2010 aponta que na área rural, a mais empobrecida, 35% das meninas e 71% dos meninos vão à escola.

Com dados de 1999, o PNUD sustenta que: a expectativa de vida das mulheres no país era de apenas 63,8 anos, a porcentagem de alfabetização

alcançava os 78,6% e a taxa bruta de matrícula escolar era de 67%, ou seja, os mais baixos registros da América Latina.

Outro dado que ilustra a marginalidade e o atraso em que as mulheres bolivianas estão, há muito tempo, refere-se aos níveis salariais. Segundo o PNUD, o salário das mulheres do país era, em média, de apenas 44% do salário ganho pelos homens, no período de 1994 a 1999. Para 2000, a porcentagem salarial da mulher teria aumentado para 66%, segundo a governamental Estratégia Boliviana de Redução da Pobreza.

Segundo os *Censos Nacionales de Población y Vivienda*, de 1976 e 1992, a média da taxa de participação econômica feminina cresceu cerca de cento e vinte e cinco por cento no período (ADITAL, 2009) ¹⁶.

Em 1992, ela apresentava como principais ocupações trabalhos agrícolas, florestais e afins com cerca de 35%; não específico 16,8% e cerca de 13,5% em atividades como serviços e vendas, e trabalhadoras não-qualificadas.

As projeções da população economicamente ativa entre 1990 e 2010 indicam também a mesma perspectiva. Sendo:

¹⁶ Taxas específicas de participação econômica por sexo e grupos etários.

Quadro IV — Projeções da PEA entre 1990 e 2010.

Descrição	1990	1995	2000	2005	2010
Total	2.287.689,00	2.654.960,00	3.092.845,00	3.600.732,00	4.186.365,00
Homens	1.557.258,00	1.765.569,00	2.011.376,00	2.292.533,00	2.611.946,00
Mulheres	730.431,00	889.391,00	1.081.469,00	1.308.199,00	1.574.418,00

Fonte: Elaborado com base nos dados do INE

O grupo estudado, mulheres bolivianas no setor de confecção, tem particularidades que necessitam ser explicitadas de antemão.

São grupos de imigrantes que apresentam idade entre 18 e 30 anos; a maioria está em condição de grupos familiares ou de trabalho; as condições a que se submetem no trabalho são diferentes das convencionais; essas pessoas estão em uma situação de trabalho semelhante ou análogo a escravidão.

São pessoas geralmente com baixa escolaridade, provenientes de áreas rurais e muito pobres, como verificamos no capítulo anterior.

O trabalho feminino vem ganhando destaque nessas sociedades. Até então, o trabalho com renda era quase exclusivamente masculino. Observamos que essa necessidade torna-se cada vez maior em detrimento das mudanças acerca do mundo do trabalho, que abarcam as medidas neoliberais e problemas estruturais e de dinâmica econômica, principalmente em países periféricos, como é o caso dos estudados aqui, Brasil e Bolívia.

Entre 1996 e 2005, de acordo com o PNUD, em torno de 220 mil pessoas se declaravam desempregados na Bolívia, o que representaria 5% da população ativa. Desse total, 161 mil eram mulheres; os empregos estavam majoritariamente

concentrados no setor de serviços, abarcando 67% da população empregada, contra 5% na agricultura e 28% na indústria.

Em 1997 os empregos no setor informal concentravam 74% das mulheres e 55% dos homens, isso numa esfera de 64% de empregados no setor informal não agrícola.

A falta de oportunidades é o principal empecilho para o desenvolvimento e capacitação de jovens, assim como o baixo salário e a dificuldade para formação profissional.

Nossos entrevistados trabalhavam no setor de serviços e em atividades informais, vieram para o Brasil no intuito de buscar melhores oportunidades para si e auxílio para a família.

Conforme nos relata Edith:

Eu trabalhava com a família, como vendedora ambulante de frutas, trazidos de Cochabamba.

Edith completou seus estudos, não fez faculdade porque não tinha dinheiro. Veio para São Paulo porque:

Meu pai estava doente e a mãe sustentava a casa com dificuldades, então a minha prima que já estava aqui, me disse que em São Paulo havia trabalho. Então eu vim, né?

Perguntamos o que falta na Bolívia e que faria toda diferença para ela, e Edith respondeu:

Oportunidade, né? Para estudar é muito difícil de ingressar, porque tem um monte de jovens dormindo na porta da universidade, mas o que tem grana é o que vai estudar, o que não tem grana não vai

estudar só pela cabeça dele; por isso tem muitos jovens, muitas meninas por aqui.

Perguntamos se há muitas oportunidades de trabalho para quem estudou lá, ou poucas? Ela respondeu:

Poucas, poucas possibilidades.

Por sua vez, Eric não conseguiu se formar, deixou os estudos e veio para São Paulo, por motivos de mudança pessoal e para auxiliar a família:

Minha mãe não queria, né? Ela não entendia, a família era grande; tinha minhas irmãs; minha mãe precisava de mais dinheiro, e ela não entendia; ela queria que eu estudasse, mas eu não ficava esperando minha mãe dar tudo para mim. Aí eu saí, deixei os estudos, saí para trabalhar e minha mãe não entendia.

Quanto às dificuldades na Bolívia, ele destacou:

Lá na Bolívia não é assim, qualquer coisa que chega do estrangeiro, qualquer coisa é exportação. Tem muita corrupção, muito corrupção. Falta de trabalho, falta de fábricas, desorganização, desentendimento com o mesmo povo; falta gás, falta açúcar, falta água, cada cidade tem um monte de problemas; ainda que lá no meu país a gente não é muito assim, e aí tudo bem. A gente é uma pessoa muito sensível, não é muito assim esse aqui é meu cabelo, tenho que me cuidar bem. Para muitas pessoas lá, primeiro é trabalho e sobreviver mais que tudo, porque a economia lá é muito baixa.

Lá para você ter um negócio você tem que investir em dólar e ganhar em boliviano, aqui você investe em real e ganha em real. Imagina você aqui para você abrir uma LanHouse, tendo que investir em euros e ganhar em real. Você investe mais e ganha pouquinho. Lá na

Bolívia é assim. E aqui está mais organizado, tem mais coisas a nosso alcance, aqui quase não se morre de fome, quem morre de fome é só o preguiçoso, né? (Rsrs)

Lá na Bolívia, não é assim, lá tem que se esforçar muito para conseguir um trabalho. Lá tem muitas pessoas que desejam estudar, e os que estudam saem profissionais, administrador de empresas, outro advogado, mas sem trabalho, sem uma empresa que fala: 'vem que eu vou te dar trabalho'. Sem trabalho.

Entre os anos de 1995 e 2005, 62,6% da população feminina com 15 anos ou mais estavam inseridas em atividades econômicas, o que representava 74% em relação à inserção masculina. O grupo estava inserido nestes setores e nestas proporções:

Quadro V — Ocupação por gênero em setores de atividades: 1995-2005.

Sexo	Setor agrícola	Setor industrial	Setor de serviços
Masculino	6%	39%	55%
Feminino	3%	14%	82%

Fonte: PNUD, 2009

Neste caso, para que possamos pensar a condição de gênero, é preciso também abordar a condição da família. Sendo assim, a partir das estratégias de sobrevivência familiar da região de La Paz, a principal origem do grupo estudado, podemos compreender o comportamento social do grupo diante da condição de gênero e trabalho. Inicialmente é necessário compreender o que é a família e como se articula no processo emancipatório ou não na condição de gênero e trabalho.

As condições culturais e a constituição social deste grupo se baseiam na família, segundo a pesquisadora Clara López Beltrán (2004).

Beltrán realiza a pesquisa sobre a história da sociedade boliviana antes e depois da colonização espanhola, nos oferecendo dados importantes sobre o papel da mulher em ambos os períodos e as diferenças étnicas, muito representativas, naquela sociedade. Por exemplo, as comunidades aymaras, mais próximas às cordilheiras, viviam numa sociedade em que a família era a base dessa sociedade e a mulher partilhava da mesma autoridade do marido, mas com tarefas específicas, e exercia o papel de líder e autoridade familiar quando da ausência e morte do marido. Contudo, nas terras baixas da Bolívia, constituída por guaranis, as mulheres eram vistas como patrimônio do marido e reprodutoras.

Com o advento da colonização e a implantação de novos hábitos e costumes e o uso da força para a tomada de terras, essas estruturas se desarticularam, muitos índios passam a ter que se deslocar de sua terra, núcleo familiar e de cooperativismo e, neste momento, a mulher, no intuito de auxiliar nos pagamentos de impostos e sustento familiar, passa a exercer papéis também “masculinos” — como trabalhar na lavoura com o companheiro e nas minas — e, ainda, conciliar a atividade doméstica com a de vendedora de alimentos e costuras, visando, sobretudo, a solidez e coesão social familiar a qual era acostumada. Enquanto as famílias mais estabelecidas e, sobretudo, as da aristocracia, reafirmavam o poder patriarcal, copiado da Europa, no qual a família tem menor visibilidade.

No texto, a autora também nos indica como se deu a exclusão das comunidades indígenas dos processos mais elaborados de produção, de educação e de direitos políticos e sociais que eram exclusivos da comunidade branca, formando um “apartheid” entre ambos. À guisa de esclarecimento, até o ano de 1952, os índios eram proibidos de ir à cidade.

São esferas de poder e de relações sociais muito complexas que cingiram autonomia dos povos de origem e infligiu a seus descendentes e à própria terra grandes problemas sociais e econômicos.

O estudo da Clacso (2008) aponta que as transformações do mundo do trabalho têm promovido um impacto direto sobre o arranjo familiar e suas estratégias de sobrevivência. A necessidade de melhores condições de vida em termos sociais estimula tal rearranjo, visto que quando o rendimento cai — e devemos lembrar que este, para a camada pobre, de origem indígena e até mesmo média, é proveniente do trabalho —, a inserção no mercado de trabalho formal ou não de outros membros que compõem a família é a saída mais próxima de sobrevivência.

Vemos que a migração é o principal meio de afastamento da situação de pobreza ou da falta de acesso ao mercado de trabalho e ou educação. É patente a necessidade de migração para suprir necessidades básicas e/ou faltantes no local de origem. Bilac (1995) ressalta que desde a década de 1970 há uma intensificação da participação feminina nas migrações internacionais e que a nova divisão do trabalho e de produção é resultado da implementação de políticas neoliberais e de reestruturação produtiva — conforme vimos nos capítulos anteriores. E para a autora, os deslocamentos internacionais femininos têm ascendido nos países com melhor desenvolvimento econômico, até o período da pesquisa desenvolvida por ela, o principal país a incorporar emigrantes era os Estados Unidos.

Com as crescentes crises nos países considerados de Terceiro Mundo, parte da população que imigra para outros países buscam melhores oportunidades de trabalho, educação e/ou refúgio, e a escolha pelo país tem forte ligação com as condições do migrar. Muitas pessoas procuram a migração limítrofe, por ser mais barata.

Muitas famílias optam pela migração masculina como introdutória na busca por emprego e estabelecimento no país escolhido; depois membros da família acompanham. Atualmente muitas mulheres e jovens migram sozinhos, muitas vezes sem relação prévia com alguém que já tenha migrado; é o caso de bolivianos e bolivianas, que nos últimos anos vêm buscando melhores oportunidades, uma vez que o grupo já está constantemente ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000 aumentando sua entrada.

A intensificação do trabalho feminino no mercado de trabalho, mesmo que informal, é crescente em qualquer parte do mundo. Essa tendência é importante para entender a autonomia que é “obtida” pela mulher diante da saída de casa para a aquisição de recursos. É notório que as mulheres sempre foram alicerce fundamental para a estrutura, coesão social e econômica da família. Elas sempre acumularam funções, como mães, esposas, administradoras domésticas, algum tipo de labor que complementasse a renda — mas que não tinham e não têm visibilidade — tais como lavadeiras, doceiras, faxineiras, costureiras, manicures, trabalhos na roça etc.

A autonomia das mulheres que se locomovem via migração para ajudar a família é vista como positiva, consentida, pois ela está cumprindo o seu papel histórico de colaboradora, portanto, essa autonomia não é emancipatória, mas apenas tolerada porque os recursos são para a família, uma vez que não têm poder de decisão além das esferas já circunscritas a elas, como casar, ter filhos, e ter um trabalho que não proporcione posse das esferas de força.

Dentro desse quadro — vale ressaltar que o grupo estudado tem acesso limitado à educação e à capacitação de trabalho —, as condições socioeconômicas e as dinâmicas estruturais acerca de empregos se resumem em prestação de serviços, produção agrícola e de *commodities*, o restante é irrelevante. Portanto, a atividade laboral mais palpável é em sua maioria explorada; o trabalho feminino e de crianças na esfera familiar dificilmente é remunerado, uma vez que o objetivo é a sobrevivência e não a acumulação por renda.

Aos grupos que podem ter algum rendimento, também mulheres e jovens, o resultado do trabalho também não se destina a acumulação, mas para suprir necessidades imediatas e imprescindíveis, vale ressaltar que atividades econômicas familiares muitas vezes não têm relação salarial.

Tal comportamento arrefece a condição de vulnerabilidade econômica, mas pode ampliar a vulnerabilidade social do grupo, porque, cada vez mais cedo, os jovens devem ingressar no mercado de trabalho; a consequência disso é um menor número de anos de estudo ou capacitação para funções menos exploradas.

Segundo o mesmo estudo da Clacso (2008), em literatura recente tais estratégias compensam ou até mesmo reduzem a deterioração dos níveis de bem-estar causados pelas inúmeras recessões e pelas políticas de ajustamento estrutural.

As mudanças em torno do mundo do trabalho, principalmente nas décadas de 1990 e 2000 estão baseadas na consolidação da precarização do trabalho e na mudança de perfil dos trabalhadores, incorporando agora uma crescente feminização da força de trabalho em postos antes considerados masculinos, acompanhado de uma precarização dos salários e das atividades.

Com o acesso cada vez mais escasso ao emprego formal e remunerado, os membros da família têm de participar da geração de renda; visto isso, é importante ressaltar que mulheres, jovens e crianças passam a colaborar com a renda doméstica com atividades múltiplas e em grande parte não formais e mal pagas.

Dada a situação de emprego dos chefes de família cada vez mais problemática e a crescente necessidade de inserção de mão de obra de outros membros da família, como esposa e filhos, é evidente que a participação escolar é reduzida, como, também, a qualidade de aprendizado em detrimento do exercício de atividades laborais pesadas ou falta de tempo para dedicar-se aos estudos.

Vale compreender que quando falamos da família, estamos nos remetendo a diversas classes sociais, e cada uma delas tem seu nicho de atividade. Famílias consideradas de classe média têm mais acesso a setores econômicos regulamentados, com salários superiores e menor número de horas trabalhadas, como setor de serviços, setor público e privado. E as famílias tidas como classe pobre e/ou muito pobres tendem a exercer atividades laborais em conjunto, em subempregos ou atividades não remuneradas, como agricultura, serviços domésticos, prestação de serviços como vendas e artesanatos.

Baseada nas características sociodemográficas dos lares, o estudo constatou que há diferenças importantes no mercado de trabalho de acordo com as características de cada região quanto ao mercado de trabalho e do chefe da família.

As famílias chefiadas por mulheres apresentam pouco alcance a postos de trabalho melhor remunerados e formais e têm uma relação de produção em torno do núcleo familiar, enquanto a família chefiada por um homem tende a conseguir melhor colocação no quadro de produção e renda.

Isso ocorre pela discriminação ao trabalho feminino assalariado, qualificados ou não, que muitas vezes exerce atividades não regulares ou informais. As estratégias de sobrevivência para mulheres com pouco acesso à educação, com filhos e em condição de pobreza, têm maior dificuldade de mobilidade, sendo facilmente direcionadas para atividades não formais e exploradas.

Guerin (2003, p. 77) aponta que “os direitos formais não bastam, se não se têm os meios nem sequer a ideia de se beneficiar deles”.

A pobreza é fruto da insuficiência de direitos e do desconhecimento acerca destes. E indica as dificuldades de alguns grupos como minorias étnicas e mulheres em alcançar o sistema jurídico por razões diversas, como um ambiente social, econômico ou cultural desfavorável que não permite a permeabilidade do conhecimento de direitos e acesso a um sistema eficaz, ágil e barato.

Outra situação a ser compreendida é sobre o nível educacional como um fator determinante para uma boa colocação profissional. Chefes de família das classes médias têm melhor escolaridade vis-à-vis pobres, que têm baixas ou muito baixa escolaridade. Para estes, é difícil conseguir melhores postos; mas com o aumento do nível de escolaridade de seus filhos, podem agregar uma renda maior ao lar, pois estes tendem a lograr trabalhos melhor remunerados e em setores formais, formando uma arrecadação mista na família e muitas vezes possibilita a manutenção dessa renda.

Segundo Peredo (2004), existem fatores estruturais e culturais que influenciam de forma decisiva para o aumentando das precárias condições de trabalho dos povos de origem indígenas: primeiro a ausência de oportunidades para a produção industrial ou semi-industrial própria, conforme também relata nosso entrevistado Eric.

Além de um negligenciamento do desenvolvimento rural, condições de comercialização que lhes são impostas a partir do mercado e dos estados, que determinam as condições precárias em atividades econômicas em seus próprios países ou áreas locais. Os processos de ajustamento estrutural e flexibilidade do trabalho abarcam condições precárias de trabalho, e se estendem ainda mais, segundo a autora, na população indígena, porque esta tem reforçado a informalidade que a caracteriza.

Para as mulheres o impacto foi mais significativo, uma vez que reforçou a sua posição no trabalho e atividades domésticas como um comportamento e condição “natural”, além de conceitos fortemente patriarcais, tirando-a de seu conteúdo social e de trabalho específico. Por exemplo, as trabalhadoras municipais varredoras de rua da Bolívia, que são na sua maioria indígenas, e ganham o equivalente à metade dos homens na mesma atividade porque se presume que já tenham uma renda proveniente do marido (Peredo, 2004, 32).

A participação de mulheres jovens e casadas vem aumentando na região de La Paz, visto que os índices de pobreza na região alcançam cerca de 57% das famílias, apesar de ter sido refreado em 12% em 11 anos de 1989 ao ano de 2000, graças a programas sociais importantes, que iremos abordar mais adiante. Mas o que podemos constatar é que a Bolívia, sendo uma sociedade estruturada em valores tradicionais e na precariedade econômica e social, tem muito ainda que fazer para superar suas adversidades; a pobreza é muito grande e as soluções distantes para alcançar resultados significativos a curto prazo.

Essas mulheres e jovens e também homens que estão inseridos no campo do trabalho, mesmo que precário, têm uma relação com a conjuntura econômica a qual estão submetidos. Mas a exclusão da mulher não encontra explicação somente nas conjunturas econômicas, pois suas raízes estão fincadas em matrizes diversificadas, a exemplo dos interesses do patriarcado em manter a mulher distante do patrimônio e numa relação hierárquica inferior, imputando-lhe a atribuição de prestar serviço social gratuito, de importante relevância para a sociedade pensada para o homem.

A desconstrução dessa forma de exclusão da mulher e sua integração no mundo do trabalho se dão a partir do século XIX através do empenho e da luta feminista travada na sociedade mundial (Fisher & Marques, 2001).

Há também uma forte retração no mercado de trabalho da população jovem maior de dezoito anos de idade, tal comportamento está associado à redução de oportunidades de emprego assalariado.

Como o próprio mercado de trabalho não se traduz em ocupação efetiva, não só aumenta o desemprego, mas também a inatividade involuntária. Grifamos que o tempo de educação está intimamente ligado às dificuldades enfrentadas pelos jovens para se juntar ao mercado de trabalho formal e melhor remunerado.

Esta situação também está presente em La Paz, onde a concorrência deste grupo é maior, pelas poucas oportunidades de trabalho como também se expressa em altas taxas de desemprego aberto entre jovens e mulheres.

Com possibilidades escassas de emprego formal entre as famílias e jovens, é frequente a inserção em atividades precárias de trabalho porque muitas vezes é a única opção para suprir as necessidades mais básicas, e é neste âmbito que se dinamizam as relações de arranjos familiares.

Pabón & Guaygua (2008) apontam e detalham quatro importantes questões na análise das características sociodemográficas para a compreensão do mundo do trabalho e as estratégias de sobrevivência familiar. Salientamos que as informações da região de La Paz são preferencialmente utilizadas neste trabalho por ser a principal cidade de origem do grupo estudado.

Dentre as características analisadas pelos autores, a primeira diz respeito às chefes de família, característica comum nas cidades analisadas, El Alto e La Paz. Também é comum o seu não reconhecimento, mesmo quando elas são provedoras principais da família. Os autores assinalam que menos de 16% dos lares têm uma mulher como provedora principal.

A segunda característica está relacionada com uma melhoria significativa na escolaridade média das famílias. Em La Paz, o índice de famílias com a educação

alta (superior e de pós-graduação) teve um aumento ao ocorrer a redução à metade das famílias com educação muito baixa. Ademais, ainda que em 2000, um terço dos domicílios tinham membros altamente educados e apenas 14% tinham escolaridade.

Nosso levantamento ressalta que o grupo estudado tem mais semelhança no perfil educacional com a população da cidade de El Alto _ com uma população muito carente_ onde, segundo os autores, a melhoria educacional resultou em um declínio em domicílios com muito baixa condição educacional (de 50% para 28%) para aqueles com uma escolaridade média (de 15 a 31%); mas existem poucas famílias com ensino superior, apesar de aumento na sua participação, no total (11%).

Estas diferenças são tanto sobre a origem da cidade de El Alto (áreas de La Paz e bairros de menor nível socioeconômico), pela consolidação como principal destino dos fluxos migratórios internos, principalmente das áreas rurais.

Segundo Pabón & Guaygua, as famílias da classe trabalhadora de hoje estão nos níveis educacionais de baixa e média escolaridade, deixando para trás os seus perfis de concentração muito baixa, enquanto as famílias das regiões mais pobres do departamento de La Paz encontram-se num estado de baixa ou muito baixa escolaridade, e outras regiões melhor desenvolvidas já passam a concentrar uma classe média com níveis educacionais superiores.

A terceira característica analisada é a condição migratória das famílias, distinguindo que as oportunidades são diferentes, dependendo do local de nascimento, das áreas em que se estabelecem, se urbana ou rural, ou tempo de residência nas cidades.

A quarta característica está ligada ao ciclo de vida das famílias, como mobilidade econômica e social e, além do ciclo de vida, tamanho da família é outro fator relevante para a mobilização de seus membros no mercado de trabalho.

Em ambas as cidades, este indicador mostra a predominância de famílias nucleares (com e sem filhos), com dimensões semelhantes à média nacional de 4,3 pessoas, e, ainda de acordo com os autores, esse tipo de família representa na região cerca de 60 a 70% das famílias, enquanto cerca de 17% se constitui de uma família extensa e uma percentagem inferior a 13% são de famílias monoparentais.

Em sua maioria, a participação laboral masculina é a reconhecida, e a faixa da população com mais recursos tem tido um aumento significativo na presença feminina no mercado de trabalho e como chefes de família. Por outro lado, as classes mais empobrecidas caminham mais lentamente nas estatísticas oficiais, porque às mulheres estão reservadas as atividades laborais no âmbito familiar combinado como o âmbito de trabalho informal, enquanto aos homens cabem melhores colocações em empregos formais e mistos.

Conforme Pabón & Guaygua, com base nos dados do Instituto Nacional de Estadística da Bolívia e os dados da CEDLA, a participação de pessoas ativas na renda da família cresceu no período de 1989 a 2000 cerca de 2% na cidade de La Paz e de 6 a 7% na cidade El Alto, no que concerne a atividade de dois ou mais membros da família.

No ano de 1989, cerca de 60% dos lares já não conseguia suprir suas necessidades com atividade de apenas um membro da família devido às reestruturações no mundo do trabalho. Os empregos cada vez mais precários foram engolindo uma massa que necessitava ampliar sua renda e contribuir para o bem estar familiar, mulheres e jovens passam a ser a mão de obra principal de setores informais e precários.

Abaixo, segue gráfico ilustrando a taxa de participação dos membros da família na sua composição de renda.

Quadro VI — Taxa de participação dos membros da família na sua composição de renda: 1989-2000.

Tasas de participación en la actividad económica por posición en la familia según sexo, 1989-2000 (en %)

La Paz	1989			2000		
	Total	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres
Total	52,8	61,7	44,5	56,4	63,1	50,4
Jefe	86,8	91,0	68,5	83,8	89,4	64,8
Cónyuge	54,8	100,0	54,6	58,7	25,0	59,5
Hijos 10 a 17 años	6,9	5,7	8,1	11,1	8,8	13,5
Hijos 18 y más años	51,5	48,8	54,2	52,7	54,3	51,0
Otros miembros	37,5	48,7	30,8	43,0	37,8	46,6

Elaboração de Pabón e Guaygua, com base nos dados do INE (1989); e CEDLA (2000).

Diante da situação de desemprego e falta de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento de modos mais solidários e dignos de trabalho, a família é obrigada a participar de modelos de trabalho mais precários, e muitas vezes não remunerados, o que propicia menor chance de mobilidade social ascendente de seus membros, geralmente prejudicando os mais jovens e as mulheres.

Estes têm limitado acesso a terra devido à condição de patriarcado existente nestas sociedades, devido ao modo de subsistência ou de trabalho precário, ou da flexibilização dos trabalhos existentes e também do resultado desse esforço ser coletivo, o que promove a sobrevivência e não o desenvolvimento adequado para o indivíduo em idade produtiva, fomentando, também, uma situação cíclica de difícil solução em curto prazo.

Portanto, são os arranjos familiares que propiciam suporte econômico e social em situação de pobreza e desemprego, mas também a marginalização de seus componentes, visto que há um cerceamento do poder de escolha e de oportunidades decorrente de abandono escolar com atividades não ou mal remuneradas.

De acordo com a pesquisa sobre jovens do Informe Nacional da Bolívia (2008)¹⁷, os jovens de 18 a 24 anos de idade representam pouco mais de 20% da sua população casada ou em convivência marital. Segundo a pesquisa, o número de filhos nesta faixa etária é 0 (zero); já na faixa etária de 25 a 29 anos, cerca de 60% está casado(a) e tem uma média de dois filhos, enquanto a média de filhos na população é de aproximadamente 3,4 por mulher (Banco Mundial). Esta média é alcançada, segundo o estudo sobre jovens, entre os 30 e 40 anos de idade.

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano, a Bolívia passou de uma média de 6,5 filhos por mulher nos anos de 1970, com uma média populacional de 4,8 milhões de habitantes, para a média de 4 filhos por mulher nos anos 2000-2005, e uma média de 9,2 milhões de habitantes.

Ainda, segundo o Informe Nacional da Bolívia, no que diz respeito a valores dos jovens, no quesito igualdade de gênero — por exemplo, quando indagados sobre a manutenção da casa (limpeza) —, houve uma aprovação maior do grupo entrevistado; mas quanto à descriminação do aborto ou da sexualidade, a maioria opinou contra, tendo em ambas as questões uma amostra maior de participação feminina nas respostas. Essa amostra apresentava um nível de escolaridade majoritariamente primária, entre 18 e 24 anos de idade, com acesso a internet, predominantemente de religião católica e com uma renda menor que Bs 2100 bolivianos anuais¹⁸, o que seria, nos dias atuais, cerca de R\$ 530,00 por ano.

O autor da pesquisa argumenta que, de um lado, há aqueles que confirmam a existência e a força, mesmo nos dias atuais, de diferenças de gênero, principalmente devido à influência de uma sociedade profundamente enraizada em tradições culturais, na família e na sociedade.

¹⁷ "Encuesta de la Juventude en Bolívia", realizada entre agosto e novembro de 2008, faz parte da Pesquisa Regional realizado em seis países sul-americanos: Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, no âmbito da investigação "Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional", realizado pelo IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, com o apoio do International Development Research Centre (IDRC) e coordenação do trabalho através da lista de países onde é executada. Esta pesquisa tem como objetivo aprofundar as questões de demandas da juventude, a participação juvenil, políticas públicas e integração regional.

¹⁸ BOB ou Bs é a sigla do Boliviano, moeda corrente na Bolívia.

E, diante dos dados apresentados na pesquisa, podemos destacar que ainda existem padrões de comportamentos extremamente ligados ao “marianismo”, descrito nos anos de 1970 por Evelyn Stevens, conforme Samara (1997) analisa em seu texto *Gênero em Debate*, ressaltando a importância das instituições culturais ligadas ao machismo e ao uso dele em benefício próprio das mulheres em situações que seriam convenientes para si.

Sinaliza inclusive que os vínculos entre o feminismo latino-americano e o tradicionalismo andam juntos, pois muitas vezes, pela situação de pobreza, a principal preocupação não é necessariamente romper com as diferenças entre os sexos, e sim estimular mulheres, primeiramente, com preocupações voltadas ao bem-estar, saúde etc.

Na pesquisa há, também, aqueles que percebem que essas diferenças de gênero estão em processo de mudança em uma direção mais equitativa, mas, ainda, reconhecem a sua existência ou presença na sociedade e suas estruturas.

A grande dificuldade está na falta de políticas que propiciem o bem-estar social e econômico, tanto do ponto de vista macro como da microeconomia; a superação da condição de pobreza da Bolívia é o ponto chave na superação das iniquidades existentes, e obviamente um passo muito largo para as mudanças no perfil de condições de gênero e de trabalho.

Apesar de esforços serem realizados junto a órgãos internacionais e do próprio governo, Pabón & Guaygua (2008) afirmam que o Estado por si só não consegue nem mesmo arrefecer a condição de pobreza; apesar do esforço empreendido, a Bolívia encontra-se muito abaixo no quesito desenvolvimento humano. Os dados de Pabón e Guaygua indicam que as despesas e os investimentos per capita na Bolívia, comparados a outras regiões da América Latina no ano de 2000, era equivalente a um terço do observado nos outros países, e totalizava US\$ 173.

Isso porque, ao fim e ao cabo, ao bolso do cidadão — que usufruirá diretamente desse apoio social — chega em torno de US\$ 50 por pessoa ao ano, o que não propicia a subsistência e muito menos o aplacamento da pobreza e, menos

ainda, o estímulo para geração de renda, capacitação produtiva e qualificação profissional.

Em análise do BID, Morales (2010) sobre os programas da rede de proteção social da Bolívia, implementados nos anos de 2006 a 2010, observou-se que em dois anos de adoção da rede de proteção social, os avanços têm sido insignificantes em termos de um resultado concreto.

A revisão foi feita sobre o progresso da saúde e educação, e observou que, embora houvesse planos ambiciosos em termos de objetivos e escopo, o processo de execução é um desafio ainda grande.

As razões, segundo o BID, estão ligadas ao baixo nível de efetivação dos programas, que tem sido uma fonte de preocupação pela falta de recursos humanos e/ou pessoal capacitado para trabalhar com esses projetos e programa.

Durante a avaliação, de dez programas que compunham a Rede de Proteção Social em nível do governo central, apenas cinco estavam em fase de implantação.

No entanto, apesar de não conseguir uma boa articulação das políticas de proteção social, de acordo com Morales, a autora do estudo, esses programas hoje não só são coerentes com as dimensões principais da pobreza, mas também têm um padrão de "justiça" no sentido de que, basicamente, os envolvidos estão em áreas rurais do país.

Esses programas têm como prioridade a redistribuição de renda e crescimento econômico, pautado por uma organização cultural e comunitária dessa população e por ações concentradas nas áreas de saúde, nutrição, educação e também por programas direcionados às famílias, ou municípios e comunidades. Os programas se classificam em:

- programas para promover a capacidade humana e;
- programas de transferência de renda.

Destacam-se:

1) O programa de transferência de dinheiro *Juancito Pinto*, destinado como um incentivo para a matrícula escolar e de permanência. O programa é universal, dá Bs 200,00 (US\$ 28) uma vez por ano para cada criança entre seis e 14 anos frequentando escolas públicas de todo o país;

2) E o programa Materno-Infantil *Juana Azurduy*, que tem por objetivo final o acesso aos serviços de saúde e desenvolvimento abrangente para reduzir a mortalidade materna e infantil.

Este é um programa de transferência condicionado de renda, destinado a mulheres grávidas, à amamentação e àquelas com filhos menores, visa conceder um subsídio condicionado a quatro controles do pré-natal, controle no pós-parto e monitorização de crescimento e desenvolvimento das crianças até o segundo ano de idade.

Esses programas têm importância absoluta no cerne social, na família e individualmente. Ao atentarmos que na saúde existe um atendimento voltado à valorização da medicina indígena, o que favorece a inclusão voluntária dos grupos mais tradicionais na busca de atendimento médico; programas voltados para a melhora na nutrição e na participação escolar visando os jovens e seu futuro. Além do mais, os programas de distribuição de renda e atenção às mães são significativos até mesmo em curto prazo, no sentido de que é o primeiro passo para aplacar a pobreza e incentivar a mobilidade social. Mas o desenvolvimento de uma economia mais dinâmica e equilibrada, e que proporcione mais empregos, é premissa para que esses programas possam ter efeito a médio e longo prazo e atinjam largamente a população.

Uma das questões levantadas nas entrevistas que realizamos foi a mudança que o governo de Evo Morales proporcionou para a população, principalmente de baixa renda, a entrevistada Edith relata:

Acho que Evo mudou muito a Bolívia. Muito, muito mesmo. Bolívia, até que ele diminui o salário dele, acho que mudou a Bolívia mesmo, porque antes não tinha *Juana Azurduy de Padilla*, isso você sabe o que é? É aqui é igual o Maria da Penha, lá falam *Juana Azurduy de*

Padilla, cada mãe recebe Bs 200 bolivianos, isso ajuda muito, e não tinha isso antes não, e depois tem o *Juancito Pinto*, e aqui não tem não, aqui tem creche, e lá não tem creche, só podem receber os meninos de primeira a quinta série, Bs 200 bolivianos, e então os pais compram os materiais escolares...

A constituição da família como temos visto, principalmente em sociedades mais pobres, é a saída da miserabilidade e da condução em conjunto pela sobrevivência, sendo esta família nuclear ou não. Portanto, é de fundamental importância programas que agreguem os membros da família, desde os mais jovens, como, também, os adultos e os idosos.

Ao pensarmos que a média da população em convivência marital e casada, em idade produtiva, chega a 80% da população, e que este grupo tem cerca de 3 a 4 filhos, veremos que esforços devem ser feitos continuamente, no sentido de amenizar, ou com o tempo, diminuir consideravelmente as dificuldades econômicas, as sociais, em termos de educação, saúde, bem-estar, habitação, locomoção e acesso ao trabalho não precário, aí, talvez haja espaço para uma mudança no caráter cultural da estrutura de gênero.

Na medida em que o acesso à educação, à saúde e à mobilidade é adquirido, os modelos tradicionais tendem a ser questionados e reavaliados, mas é imprescindível começar a rever determinados comportamentos sociais e repensá-los desde já, através de uma ótica de conscientização e educação de gênero no seio de nossa sociedade, como da maioria no mundo, por meio dos programas escolares e de projetos socioeconômicos que propiciem este debate.

Neste sentido, reforça Samara (1997), que ao analisarmos a condição feminina pelo seu contexto histórico específico, mostramos as mulheres como seres sociais que integram sistemas de poder, redes de dominação e laços de vizinhança, assim, acreditamos ser necessário, dentre essas políticas e programas implantados, uma abordagem que inclua uma educação analítica de sua condição social e cultural.

3.3 A sobrevivência em São Paulo

Para a análise do grupo aqui abordado, utilizamos as fichas de cadastro do Centro Pastoral do Migrante, da Missão Escalabriana, igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro do Glicério, centro de São Paulo, que visa ofertar um serviço de permanência com dignidade, serviços básicos, desenvolver atividades de convivência, socioeducativas e atividades com fins de inclusão social, e, para tanto, oferece os seguintes serviços:

- Assistência jurídica;
- psicológica;
- religiosa e;
- social.

Como a Pastoral do Migrante dos latinos, ela abarca tradicionalmente grupos dessa origem. Os mais presentes são os bolivianos, peruanos e paraguaios. Diversos grupos étnicos estão presentes na pastoral, como podemos notar com a crescente presença de africanos e chineses. Todos em busca de serviços gratuitos ou com taxas reduzidas, como o jurídico, por exemplo, além de busca por assistência básica, abrigo, apoio psicológico entre outros. Vale ressaltar que a procura pelos serviços da Pastoral não é circunscrita a ideais religiosos. Muitos passam a conhecer o serviço da Pastoral através das manifestações culturais que a Pastoral apoia. Muitas, evidentemente, ligadas a festejos religiosos, mas que chamam a comunidade em geral, porque são regadas a comidas e danças típicas, por exemplo.

A Pastoral do Migrante Nossa Senhora da Paz é uma facilitadora do encontro dos povos migrantes, por isso tem um público que a apoia com trabalhos voluntários, doações e que forma sua clientela na prestação de serviços de apoios jurídico, psicológico e assistencial.

Dentro desse quadro, vale ressaltar que no ano de 2009 a Pastoral do Migrante e outras tantas instituições de apoio ao migrante iniciou o suporte aos migrantes na orientação e no preenchimento de requisitos para a inscrição ao Departamento de

Imigração Federal na Lei da Anistia Lei 11.961/2009, Decreto 6.893/2009 e Portaria MJ 2.231/2009.

Para tanto, realizou o cadastro das pessoas que procuraram no período a Pastoral em busca do serviço de regularização migratória em fichas.

Na Pastoral constam fichas de batismo e casamentos desses imigrantes. Metodologicamente, a escolha pela ficha de anistia nos proporciona dados mais densos, além de atualizada no que concerne ao número de imigrantes na cidade de São Paulo sobre sexo, atividade laboral, local de entrada, local de nascimento, estado civil, endereço, telefone e idade.

O levantamento dessa documentação nos permite visualizar como as mulheres bolivianas interagem na cidade, a proporção de residentes e atividades que desempenham na cidade de São Paulo; além de poder figurar as alianças de parentesco que adotam aqui, número de filhos, em que regiões estão concentradas, como também poder conseguir estabelecer quantas vieram com o marido, ou após o estabelecimento dele, as que vêm com filhos e o companheiro, as que vêm antes e depois trazem filho e companheiro, e até um grupo peculiar, mas que aparece de modo significativo nas fichas, composto pelas que vêm sozinhas ou em grupos de mulheres.

Portanto, há diversas variáveis que podemos extrair das fichas, mas podemos incorrer em erro já que a amostra contém informações divergentes e também não abrange detalhes do processo migratório. Por exemplo, é possível entender que há um relacionamento entre duas pessoas, que se denominam solteiras, pelo fato de residirem na mesma habitação, e muitas vezes possuírem filhos; há casos de grupos de mulheres e homens que habitam na mesma residência, mas se declaram solteiros e solteiras, porém pelo sobrenome podemos identificar se são ou não parentes. Conseguimos ligar um casal pela presença de uma criança e pelo seu sobrenome identificamos quem são os pais, que em geral declaram-se solteiros, têm datas de entrada no país diversa, possuem o mesmo telefone e endereço e muitas vezes habitam em grupo com pessoas também na mesma situação, solteiras de fato.

Nas fichas pouco se mostra o número de filhos brasileiros, porque os que os têm entram com outro processo, que não a anistia. É através desses endereços conjuntos que podemos identificar oficinas clandestinas(que tratamos no capítulo II). Há casos de diversas pessoas, de origem e sobrenomes diferentes na mesma habitação e apenas um casal mais velho que provavelmente são donos da oficina.

A coleta foi de 2.191 fichas. As fichas basicamente nos mostram no quadro geral um total de 946 mulheres, ou seja, cerca de 43% dos migrantes, que reforça as recentes literaturas sobre o crescimento das migrações femininas e a demanda por mais mulheres no mercado de trabalho. Por diversos motivos, tais como, maior escolaridade, maior participação como chefes de família e como provedoras do lar.

Esse dado ressalta, também, um crescimento da autonomia frente as decisões de sobrevivência e locomoção, tal dado inversamente indicam que ao mesmo tempo há um crescimento das desigualdades e exploração do trabalho.

Quanto ao estado civil no universo das 946 mulheres, 115 estão em regime de comunhão oficializada; mulheres que se declararam casadas somam 59 contra 56 homens declarantes; 270 estão em situação de concubinato, sendo 116 mulheres e 121 homens; o restante se apresenta como 559 solteiras; 130 estão em atividade escolar e 860 solteiros de um grupo de 1245 homens, que significa 56% do total de bolivianos nas 2191 fichas; cerca de 365 fichas não constam dados sobre o estado civil; 136 são menores.

Quadro VII — Estado civil de bolivianos nas Fichas de Cadastro para a Anistia 2009

Fonte: Elaboração própria, a partir do levantamento e informatização em 2010 de dados extraídos das 2191 fichas cadastrais da Anistia 2009, da Pastoral do Migrante.

No grupo que se declara solteiro e solteira, o fazem porque não consideram o concubinato como um termo legal, ou desconhecem o termo, ora porque acreditam que a convivência conjunta não representa um compromisso sério aqui, visto que estão longe do seio familiar tradicional e que poderia cobrar compromisso efetivo mesmo sem casar-se oficialmente, ou porque para a realização da anistia deveriam comprovar vínculo com o companheiro ou companheira.

Por meio do concubinato essas pessoas conseguem criar laços mais fortes com a comunidade local, além de contribuir para a sobrevivência econômica, pois duas pessoas unidas provavelmente terão mais sucesso para manter-se, e, emocionalmente, ter uma ligação mais forte para permanecer no país. Outros buscam no relacionamento a oportunidade de permanência no país, através dos filhos que daí surgirem.

Conforme Edith e Eric nos relataram, a sobrevivência e a solidão são componentes que unem os jovens.

Quanto aos jovens e a permanência na atividade de costura, Edith afirma:

A maioria de todos eles, né? Bem eles procuram mulher, eles casam e montam uma oficina de costura.

-----pergunta----- E aí eles vão reproduzindo a estrutura, com pequenas oficinas de costura e contratando?

Vão, eles ficam num apartamento, compram duas máquinas de costura, só eles mesmos. E tratam de ganhar um pouco mais, e aí eles ganham, tratam de alugar uma casa maior, e eles procuram mais gente para trabalhar, eles ficam donos já, virão empresários, né?

Profissionalmente o grupo se destaca pela atividade de costura, tendo o número de 1488 pessoas nesta área, sendo que 219 constam com escolaridade primária e 412 com escolaridade secundária; 14 tinham curso superior

Os demais 703 imigrantes nas fichas estão em atividades ou idade escolar, ou em atividades diversificadas; computamos 333 que se declararam estudantes. As demais atividades são exercidas por pessoas também no setor de confecção como, por exemplo, modelista, cortador etc. Também estão na área comercial e de serviços, tais como mecânico, cabelereira, do lar, médicos motorista entre outros.

Quadro VIII — Atividades declaradas por bolivianos nas Fichas de Cadastro para a Anistia 2009

Fonte: Elaboração própria, a partir do levantamento e informatização em 2010 de dados extraídos das 2191 fichas cadastrais da Anistia 2009, da Pastoral do Migrante.

A faixa etária concentra-se em jovens na faixa de 20 a 30 anos, somando 1121 pessoas; depois temos 449 pessoas entre 30 e 40 anos; 326 pessoas entre 15 e 20 anos; 195 na faixa etária de 50 anos ou mais; 104 pessoas com 60 ou mais; e apenas 77 pessoas entre 10 anos de idade.

Quadro IX — Faixas etárias de bolivianos nas Fichas de Cadastro para a Anistia 2009

Fonte: Elaboração própria, a partir do levantamento e informatização em 2010 de dados extraídos das 2191 fichas cadastrais da Anistia 2009, da Pastoral do Migrante.

A maioria é proveniente da região de La Paz, somando 1403 pessoas; em segundo temos a região de Cochabamba; e os demais pertencem a regiões rurais destas áreas. Essas regiões e suas realidades foram analisadas no item 3.2 – Gênero, família e trabalho na Bolívia

Quanto ao local de entrada no país, 944 declararam ter entrado por Foz de Iguaçu; 919 por Corumbá; e 114 por Cáceres.

Como vimos em capítulos anteriores, o setor têxtil e de confecção tem crescido muito, aproveitando-se de mão de obra pouco qualificada e com baixo custo, fator relevante no processo paradigmático neoliberal de flexibilização da economia, sob alegação da concorrência entre produtividade e preço etc. Vimos, igualmente, que neste setor a cadeia produtiva é ramificada, tem diversas esferas e agrega cada vez mais pequenos produtores.

Os bolivianos que conseguiram prosperar e estabilizar-se na cidade de São Paulo passam a “contratar” compatriotas em condições adversas e análogas à escravidão e muitas vezes reproduzem as estratégias de coação pelas quais podem ter passado.

Pelas Fichas de Cadastro podemos identificar pequenas confecções, quando há um grupo com distinção de sobrenome, morando num mesmo ambiente.

Essas pequenas confecções estão situadas, conforme Freire (2008), em regiões cada vez mais afastadas do centro, tornando a periferia o grande atrativo para a fixação de imigrantes, pela facilidade de locação, preço, fácil realocação de trabalho, regiões periféricas onde o poder público não chega de modo comumente.

Ressaltamos que os valores de aluguel e modelo de contrato de locação, tais como a não exigência de fiador e aluguel sem intermediação de imobiliária, são fatores decisivos na escolha da região. Abaixo seguem as regiões em que se concentram, conforme os dados fornecidos pelos bolivianos que participaram da Anistia de 2009.

Quadro X — Região ocupada por bolivianos de acordo com as Fichas de Cadastro para a Anistia 2009

Fonte: Elaboração própria, a partir do levantamento e informatização em 2010 de dados extraídos das 2191 fichas cadastrais da Anistia 2009, da Pastoral do Migrante.

De acordo com as informações dadas pelos imigrantes no preenchimento das fichas para o atendimento da Anistia 2009, podemos verificar maior concentração do grupo na zona Norte da cidade, compondo um montante de 748 pessoas, ocupando principalmente os bairros da Casa Verde, Jd. Brasil, Vila Maria, Vila Guilherme. Seguido pela zona Leste com 721 moradores, com ocupação nos bairros Penha, Belenzinho, Cangaíba, região de Ermelino Matarazzo, São Miguel e Guainazes. Depois temos a região Central somando 310 moradores: no Pari, Parque Dom Pedro, Santa Efigênia, Brás. 146 bolivianos estavam na zona Oeste, em região de Carapicuíba e Osasco. 101 habitam a zona sul, em bairros como Grajaú e região de Vila Mariana. 100 na região de Guarulhos. E apenas 20, na região do ABC paulista. O restante, 43 pessoas, desconheciam ou não sabiam informar o endereço no momento de preenchimento das fichas.

O universo da cadeia de confecção na cidade de São Paulo é de trabalho informal, e, seguindo a perversa lógica do mercado, pela alta competitividade exige

custos baixos e grande mobilidade de mão de obra, conforme tratado no capítulo II desta dissertação.

Segundo relato de Edith, quanto ao espaço onde trabalha e as condições insalubres do local, ocorrem porque o preço de aluguel de uma casa grande é “muito caro”, revelando como a operária incorporou a perspectiva do patrão (e seu conterrâneo). O *morar no emprego* é sinônimo de segurança para o patrão, que terá sob seu jugo os empregados, que pagam pela moradia, muitas vezes bem precária, trabalham em jornadas extenuantes e, como ficam no trabalho após a atividade na costura, não têm acesso a outras oportunidades de trabalho.

As atividades em diversos setores no país crescem e se desenvolvem de modo rápido, no entanto, o mercado reclama que existem poucas pessoas qualificadas. Tendo em vista o subinvestimento em formação profissional brasileiro, é claro que com medidas fracas ou não direcionadas em educação e saúde entre outros, o desenvolvimento pode até corresponder às expectativas e necessidades do mercado de trabalho, mas ignorando o respeito à dignidade dos trabalhadores. E o não investimento em qualificação também promove o exercício de atividades intensamente exploradas e informais.

Esse modelo de baixa e ruim educação, com falta de acesso e conhecimento de direitos, condições de moradia e saúde precárias, só favorece e amálgama a pobreza e enfraquece a economia, pois por mais que, em curto prazo, pessoas tenham empregos e o mercado ofereça oportunidades de trabalho precárias, é importante salientar que esse modelo não reforça e não cria um crescimento substantivo para a economia do país. Isso é o reflexo de falta de políticas para qualificação e apoio à produção formal, o que garantiria acesso a créditos e geração real de empregos. Ou seja, o modelo atual cria um fosso econômico e não o desenvolvimento alicerçado no respeito aos direitos humanos.

Tais falhas tendem a criar um fosso social muito mais profundo e medidas muito mais caras e difíceis de implementar para corrigir problemas que se acumularam e geraram outros, como informalidade, trabalho precoce, prostituição e trabalhos extremamente precários, que fornecem pagamentos irrisórios e longa jornada de trabalho, impossibilitando o acesso a investimentos em educação e

saúde. É importante repensar nossos investimentos e buscar soluções que atendam à população negligenciada que perde sua cidadania, portanto seus direitos.

No caso do setor de confecção e das mulheres bolivianas, é patente o aviltamento de direitos básicos constantes nas convenções internacionais de trabalho como, por exemplo, as medidas protetivas da OIT.

As pessoas que estão neste ramo de atividade ficam submetidas a condições de insalubridade no trabalho, coação, marginalização social, doenças decorrentes de má alimentação, higiene e lesões posturais. A jornada extensa de trabalho ainda numa mesma função prejudica a saúde em várias esferas, e acima de tudo não tem regulação trabalhista. Essas pessoas têm seus direitos arrancados e estão propensas a ameaças e chantagens por estarem numa esfera de invisibilidade social e econômica, na qual fomentam nossa indústria e serviços à base de trabalho semelhante ao da escravidão, flagrante cerceamento de direitos básicos.

Vera Soares (2003) indica que a marginalização da mulher no ambiente familiar propiciou a sua marginalização na sociedade, e que para que esse indivíduo tenha ingresso a melhores condições de emancipação e autonomia é preciso que o acesso ao mercado de trabalho tenha uma dimensão mais profícua e que carregue consigo acesso a cidadania. No grupo dos bolivianos, verificamos que o aviltamento da condição de cidadania é intenso e mesmo com políticas e ações que possam promover maior inserção social, isso não é garantia de plena obtenção de seus direitos.

Além de que, com os baixos salários praticados pelos oficineiros, essas mulheres estão sujeitas à intensificação de suas desvantagens frente a outros trabalhadores. Ao pensarmos que nós como brasileiros não temos acesso ao conhecimento pleno de nossos direitos, e menos ainda ao pleno exercício deles, podemos imaginar quanto pessoas oriundas de um país com graus de precarização social superior ao nosso e com idioma e cultura diferentes, condições de vida e interação social marginal possam padecer. É salutar a importância de programas de inclusão cidadã, principalmente para grupos que estão em condição de extrema exploração. Vimos através das entrevistas realizadas que um dos principais problemas é a falta de acesso a informação.

O processo de Anistia e Leis decorrentes de acordos bilaterais não resultam em participação direta da condição cidadã. É necessário adensar os programas de inclusão, principalmente para mulheres que pela condição adversa em que se encontram e o tipo de ambiente do qual se originam têm maior probabilidade de serem mais exploradas, subjugadas pelos patrões e pelos companheiros. Estes permanecem com a mesma mentalidade machista de sua origem cultural e não são estimulados ou estimulam mudanças neste comportamento patriarcal, mesmo com a crescente participação da mulher no mercado de trabalho e nas duplas ou triplas jornadas de trabalho. Ela ainda permanece subjugada a um padrão de acumulação que não promove poder sobre seus próprios questionamentos e necessidades, somente intensifica as iniquidades.

No grupo dos bolivianos percebe-se que por viverem isolados em sua comunidade étnica e inseridos de modo muito profundo no mesmo grupo, é difícil o contato com outras dimensões sociais que poderiam — com o intercâmbio sociocultural e econômico — romper com as iniquidades sociais e culturais, possibilitando condições mais cidadãs.

O acesso ao médico e condições de tratamento são difíceis, já que trabalham sem salário fixo ou registrados; eles são obrigados a trabalhar mesmo doentes, pois não têm auxílio doença, por exemplo, e muitas vezes não realizam o tratamento necessário por falta de tempo e de recursos.

Quanto à condição cidadã, o grupo encara dificuldades para inserir-se na cidade e ter percepção de seus direitos e deveres; a longa jornada de trabalho e a coação a que são submetidos impedem permear fronteiras e trocar experiências com os outros cidadãos paulistanos.

Para Edith, por exemplo, a falta de participação se dá pelo extenso trabalho e por sentir-se discriminada, conforme percebemos quando perguntada:

----pergunta----- O que você sente aqui, como você se sente recebida, com preconceito ou o quê?

Sim, preconceito existe sim, as pessoas brasileiras, sempre que você está no ônibus, no metrô, eles sempre falam que somos escravos.

----pergunta----- Mas você sente que eles falam jocosamente?

Às vezes falam que somos trabalhadores, falam: 'boliviano é muito trabalhador'; aí outros brasileiros falam que somos escravizados.

----pergunta----- E como você se sente com isso?

Eu me sinto mal, porque eles falam é verdade, falam que de 7h as 22h é muito! Que não trabalham não, falam. Aí eu falo: nossa o que eu tô fazendo com o meu corpo, falo, estou me esforçando cada vez mais para trabalhar aqui de 7h as 22h, mas eu não sou a única, todos os bolivianos que estão aqui no Brasil, estão trabalhando como eu estou; eles estão com muita força e também tem que dar força para tudo isso, para poder voltar mais cedo para Bolívia.

----pergunta----- E sobre o Brasil, o que falta aqui para você? Você como boliviana que tem pouca interação com a cidade, porque na verdade você trabalha muitas horas por dia. O que falta para você aqui, como uma cidadã brasileira?

Acho que não sinto falta de nada quase, porque eu trabalho todo o tempo, tão de frente para a máquina, não dá para sair na rua.

----pergunta----- Mas o que você gostaria, a chance de quê? Além de estudar etc., em relação às pessoas, à cidade?

Uma ajuda, uma ajuda para o centro de saúde, para os bolivianos, porque tem um monte de gente doente que estão mal de saúde.

----pergunta----- Por causa da costura?

Por isso, é muita poeira, né? Como gente trabalha todo o dia na máquina, a gente para para respirar e é só poeira, só poeira o dia todo, porque é fechado; a gente precisa de muita saúde, a gente pensa que tem, né? ...E eu gostaria que o centro de saúde tratasse bem a gente, afinal somos seres humanos, né?

Para Eric, as condições de trabalho são as principais causas da falta de interação e de participação cidadã.

----pergunta----- Você se sente cidadão aqui, que tem acesso às coisas?

Eu me sinto, eu não me sinto com acesso, porque eu não estou colocando minha parte, quando eu sair e aprender a costurar, quero entrar em qualquer firma e começar a estudar, aí eu vou ser como um cidadão de São Paulo; quero trabalhar e estudar, quer bater papo com brasileiro, falar com eles, sentir-me parte daqui.

----pergunta----- Você não se sente porque trabalha muito?

É, trabalho muito, quero um dia abrir um negócio aqui, no mínimo uma LanHouse, para depender disso também, porque sei que ninguém vai falar 'pega aí R\$5.000,00, vai ...' Tô dependendo de mim mesmo. Eu quero ser parte daqui, eu queria que o consulado e as pessoas que mandam aqui façam algo com as oficinas, as condições de trabalho, porque é muito difícil, é muito complicado.

O acesso à educação é cingido por causa da longa jornada; a dificuldade de idioma e o desconhecimento de programas de auxílio a estudantes são impeditivos de formação educacional, mudança de atividade e de condição de trabalho e socioeconômica.

Eric sonha em ser Administrador de Empresas. Quando perguntado sobre quais seriam os impedimentos para realizar seu grande sonho, respondeu:

Muita coisa... Por que como eu me sinto, eu não tenho ajuda de ninguém, ninguém sabe como tá aqui meu coração; eu tô sozinho. Ninguém fala 'o que você quer ser', 'eu vou te ajudar', 'qual o seu sonho'. Então, por uma parte eu estou sozinho, por outra, é o tempo, trabalhar das 7h as 22h. Nenhuma universidade tem horário 2h da manhã, para eu estudar, né? (rsrs).

É o tempo e outra coisa é o dinheiro, o quarto, e o domínio de português; porque eu aprendi só falando com brasileiro, né?, assistindo tv, filme, escutando rádio, só assim, falando com brasileiro, por conta própria mesmo. Mas eu não falo muito bem, então quero sair estudar, trabalhar normal, quero estudar administração de empresas...

Edith sonha em ser Modelista ou fazer cursos na área de Estética. Como no seu país não tem mercado amplo para ambas as profissões e falta de oportunidade para estudar, acha difícil retornar tão cedo para casa. Ela quer progredir, mas não vê condições no momento para tanto. Se tivesse uma chance de uma bolsa de estudo ela aproveitaria a oportunidade:

Sim, eu faria, eu estudaria sim. Eu arrancaria o emprego de qualquer jeito, e faria isso.

Aqui no Centro tem um monte de oficinas que tem meninos e meninas que tem esse desejo de estudar, eles tem vontade de estudar, de sair adiante, de conhecer melhor o Brasil, de progredir na vida. Mas não tem oportunidade não, é só trabalhar e trabalhar... só isso.

A família, principalmente para os pobres, tem papel preponderante para a sobrevivência e na articulação de poder e exclusão. É elementar pensarmos que o patriarcalismo tem fortes raízes nesta sociedade, pois os bolivianos quéchuas ou aymaras são majoritariamente católicos e reproduzem o papel cristão de poder e mobilidade masculina, além de condutas morais que as mulheres devem exercer.

Desse modo, podemos compreender que a participação feminina no labor — principalmente aquele marcado por ideologias patriarcais e também no nosso caso específico do setor de confecção na cidade de São Paulo — se depara com forte margem de manobra para exploração e cerceamento a liberdades individuais dos sujeitos que participam como trabalhadores, uma vez que ali estão figuradas as condições culturais (visto que os proprietários das oficinas são bolivianos) e condições de trabalho forçado e ou trabalho muito precário, como remuneração incompatível com o básico para uma sobrevivência autônoma.

Para as mulheres o processo de ascensão e sobrevivência se torna mais árduo, na medida em que sua força de trabalho é imensamente explorada, e, também, as cobranças culturais e morais a que estão socialmente sujeitas não é fator contribuinte para o pleito por alterações qualitativas.

Por exemplo, Edith trabalha das 7h às 22h; já com descontos, ganha quase R\$ 600,00, e aos domingos ainda trabalha na feira da Kantuta.

As mulheres neste âmbito e que vêm sozinhas ou mesmo com parentes têm que seguir um padrão de comportamento idêntico ou muito semelhante ao de sua sociedade de origem. Essas mulheres e homens ganham muito pouco; trabalham em jornada exaustiva; muitos estão em condições de saúde tão precária quanto seus empregos; há uma completa inadequação e adaptação à cidade e aos direitos civis; o acesso à cidadania é cingido pela falta de promoção de conhecimento, como já tratamos acima; e pela ineficiência do poder público em promover acesso real aos direitos como saúde, educação, moradia, transporte e trabalho.

Ambos os entrevistados apontam que as mulheres bolivianas que estão sozinhas, sem a família, sofrem mais discriminação e são mais subjugadas pelos patrões.

Atentam também que por estarem sozinhas ficam mais propensas às mudanças de comportamento em relação ao que tinham na Bolívia. A solidão e a extensa jornada de trabalho propiciam o namoro e a junção de casais, pois não têm vida social e nem afetiva, o que estimula a precocidade do casamento e de filhos, de mulheres e homens que veem com muita dificuldade um processo de mudança.

Outra questão importante para salientar é que a condição de uma falsa emancipação, tais como sair de casa para sustentar-se, ajudar a família, ter acesso à “liberdade” em sair, namorar... Tudo isso ocorre não somente com esse grupo, mas com muitas jovens de diversas classes sociais, econômicas e culturais, que com essa “emancipação” tendem a seguir parâmetros de condutas mais arriscados, pois não têm uma orientação sexual ou de gênero que propicie escolhas e poder de decisão, isto é uma das faces do feminismo propagado pelas mídias e comportamentos de celebridades e afins. Não é o feminismo que busca equidade para ambos os gêneros, e sim uma brutalização das representações de gênero, que comumente são estereotipadas e inviabilizam uma emancipação que rompa iniquidades e possibilite mobilidade através de acesso às esferas de poder, o que está muito além de ter liberdade sexual ou de consumo. É urgente tomar medidas mais protetivas aos migrantes, principalmente às mulheres em situação de risco,

pois a invisibilidade social que as cercam e falta de acesso a uma inserção cidadã, não condiz com sua capacidade produtiva e de dinamizadora de uma economia ascendente e aquecida, como a nossa. Ademais, elas também engendram possibilidades de consumo e sobrevivência ao seu local de origem.

Portanto, o que se faz necessário é uma emancipação participativa e com mecanismos que lhes de suporte para tanto.

Segundo a Declaração de La Paz (2009)¹⁹:

- Nas recentes duas décadas as mulheres vêm protagonizando uma experiência inédita; superaram o tradicional protagonismo masculino nas rotas migratórias, sendo, em alguns casos, pioneiras de ditos processos. Atualmente, as mulheres representam mais de 50% do total dos imigrantes no mundo; em cifras, representam mais de 95 milhões.
- Independente de sua qualificação, as trabalhadoras migrantes estão colaborando de maneira substantiva ao bem estar de milhões de famílias nos países de destino e para a economia; seus serviços pessoais, técnicos e/ou profissionais no cuidado de crianças, anciãos e doentes, como nos setores críticos da educação e da saúde, representam uma grande economia para os Estados, em um tempo em que se perfila o modelo do Estado de Bem Estar, contribuindo para sustentar a alta qualidade de vida a que se acostumou a população dos países industrializados.
- Que as trabalhadoras migrantes são, segundo as estatísticas, as que mais enviam dinheiro para suas famílias e o fazem de maneira sustentável, colaborando não somente para a economia do país que a acolhe, mas também para aliviar a pobreza nas localidades e regiões de origem. São também as mulheres migrantes

¹⁹ Declaração de La Paz é o resultado do Encontro Sul-americano, convocados pela Articulação Espacio Sin Fronteras e pela Secretaria Permanente da Mesa Técnica de Migrações da Bolívia, no marco do Bicentenário do Primeiro Grito de Independência da América Latina. As/Os representantes de movimentos sociais, redes, instituições e coalizões que atuam com as/os migrantes e imigrantes no âmbito da Unasul para intercambiar conhecimentos e experiências com vistas a analisar causas e consequências da feminização migratória e avançando com propostas concretas.

as que têm promovido redes de auto-ajuda e solidariedade no seio das comunidades de imigrantes (incluindo a de exilados e refugiados); elas sustentam o primeiro elo da cadeia migratória e são as que mais lutam pela reunificação familiar. Estabelecem pontes de apoio com seus congêneres nos países de acolhida, promovendo o diálogo intercultural e enfrentando as barreiras da discriminação de gênero. Suas experiências e testemunhos ajudam a entender as complexidades da migração, seus desafios e oportunidades. Por isso, abordar a migração a partir das experiências das mulheres é de suma importância social e política.

O enfrentamento de uma situação adversa no local de origem e de destino evidencia a necessidade de deslocamento por melhores oportunidades. Mulheres e meninas compõem a parte mais fragilizada da cadeia de produção e de processos de oportunidade de emprego e renda, mas são elas responsáveis pela dinâmica de sobrevivência de muitas famílias e estão iniciando de modo significativo um processo de autonomia frente sua geração anterior.

Abaixo seguem trechos em que Edith nos apresenta o mundo das meninas e mulheres bolivianas que estão na cidade de São Paulo, trabalhando em oficinas. O relato nos oferece a visão machista dos patrões e sua imposição sobre as mulheres, o preconceito contra as mães solteiras e a dificuldade de instrução de jovens no quesito sexualidade e prevenção.

-----*pergunta*----- E onde você trabalha, é onde você vive também?

Tem alguma divisão, ou dorme todo mundo junto?

Onde dormimos tem um quarto para os casais, um para as meninas e outro para os meninos, e aí que acontece a coisa mais grave porque as meninas conhecem os meninos sempre decidem se casar, fazem tudo juntos, costura, comem juntos, tudo.

-----*pergunta*----- O que você acha disso?

Acho que é perigoso, né? Porque as meninas já não pensam no futuro, pensam 'para que eu vou estudar'. Lá na Bolívia elas dizem vou estudar, ajudar meus pais, mas não quando chegam aqui,

chegam numa oficina , conhece um menino, namoram, e o pior é quando vem o filho, aí você sempre vai ver no posto as meninas grávidas, sempre, sempre.

-----*pergunta*----- Qual é a média de idade das pessoas que você conhece ou trabalha? 20, 30...?

A média de idade é de 20, de 18, a maioria que vem, vem muito menina com 15, 16 anos, vem sozinha, os bolivianos pegam gente de lá e falam que precisam de cozinheiro , ajudante, e trazem pra aqui, e aí as meninas só pensam em ir nas festas e aí que ...

-----*pergunta*----- Na Bolívia vocês tinham a liberdade que têm aqui, ou não?

Na Bolívia não temos muita liberdade não, porque vivemos com os pais, aí não tem muita liberdade não, porque eles podem nos segurar; aí quando chegamos aqui aí não dá não..., vamos as festas, conhecemos garotos, namoramos, aí muitas ficam grávidas, aí choram, mães solteiras, né?

-----*pergunta*----- Há muitos casos de mães solteiras? E os meninos, assumem?

Há muitos casos de mães solteiras, os meninos vão embora, muitos deles se desfazem e se vão, tem casal que permanece junto, mas com muito sofrimento, não tem dinheiro, o menino não tem um trabalho seguro, brigam, porque namorar é bonito, né?, mas agora que estão juntos é difícil.

-----*pergunta*----- Você acha que eles fazem isso por que estão longe da família?

Eles fazem isso porque estão no Brasil, não tem os parentes, porque a maioria deles acha que é uma diversão, aqui os homens acham normal uma mulher ir a um motel; normal pra eles, mas para um boliviano, uma boliviana isso aí não dá não.

-----*comentário*----- Os costumes ainda são muito tradicionais.

Aqui tem muito mulher grávida, bolivianas e lá no posto do Bom Retiro, as enfermeiras sempre falam 'as bolivianas só vem grávidas, só filho, cada ano que passa', cada boliviana que vai grávida é sempre discriminada assim.

-----*pergunta*----- E as meninas, têm mais filhos aqui ou lá?

Aqui elas tem mais filhos, às vezes elas deixam um filho lá, e vem aqui engravida de novo, aqui é fácil você tá numa oficina vendo um menino, acho que elas se sentem sozinhas, né?, ela namora com um cara, se apaixona..

-----pergunta----- E você acha que é comum as pessoas casarem-se ou juntar-se?

Na Bolívia eles se juntam, vivem, porque lá eles tem familiares tem o pai que vai fazer a filha ser respeitada, lá se junta, se casa, mas aqui não, aqui não tem pai não tem mãe, tem muitos casos que o cara já vem casado de lá, sempre enganando... o último que saiu (da oficina) tinha três filhos e tinha mulher e claro fugiu e deixou uma menina grávida; tem muita mãe solteira, eu trabalhei em diversas oficinas, aí vi muitas meninas com filhos sozinhas, só elas.

E o dono da oficina muito chato, ele fala 'eu do para você , para seu filho a comida e você tem que agradecer por tudo isso, você tem que lavar os banheiros, a cozinha, a janela, tem que ser muito agradecida comigo porque dou comida ao seu filho'. Eles fazem tudo isso. Eu já presenciei muitos casos. E na verdade isso é que dá forças para seguir adiante, para não ficar assim, elas me falam tudo isso, me dão conselhos, que como mulher tem que se cuidar, que não é bom tudo isso daí, que tudo o que elas estão passando é um pesado.

-----pergunta----- Você acha que por elas virem muito jovens e sem a companhia dos pais, a falta de orientação de um médico, alguém para ensiná-las a se prevenir...

Sim falta isso muito.

-----pergunta----- Você acha que elas têm vergonha de ir ao médico, ou é difícil o acesso ao médico? Há preconceitos por serem bolivianas?

Mais é vergonha, né? Mais também o dono da oficina , porque ele não vai falar para você ver tudo isso, não, ele não fala não. Para ele é só trabalhar, então elas ficam com o pensamento de trabalhar, e trabalhar é a única diversão que tem é namorar e eles não se informam; sempre penso sobre isso daí, os patrões não falam nisso, sempre falam 'que ela é safada, que ela foi num hotel é porque ela é safada'; não e assim não, é muito machismo. Eu entendo que uma

mulher talvez deseje um homem, mas tem que ter cuidado, porque trazer um filho assim na vida não é bom.

-----pergunta----- As perspectivas que você tem, diante das suas amigas e para você, o que você quer, o que você vê para si e para suas amigas, como você enxerga o futuro delas? Como uma pessoa observadora que você é, como vê o futuro?

Para elas eu vejo que eu devo falar que cuidem de seu filho e deixem o tempo passar, porque elas falam que vão para Bolívia deixar o filho lá com os avós, mas isso não é o correto não; se você vai deixar um filho lá na Bolívia e você voltar não vai ter ninguém para segurar você, você vai fazer de novo tudo isso, tem que pensar na vida, tentar progredir, abrir uma oficina de costura, tratar de prosperar, porque se voltar para Bolívia é a mesma coisa, né?

-----pergunta----- O que os pais acham quando elas aparecem grávidas lá?

E os pais estranham muito, às vezes eles choram, tinha uma amiga que me disse que seus pais choraram de vê-la mãe solteira, porque ela era filha única, sua mãe chorou, ela falou que sua mãe chorou, ela falou 'fazer o quê?' Agora é só deixar o filho crescer, a menina deixou o filho lá, voltou para o Brasil e arranjou outro namorado, está com ele, tem 2 filhos e montou um oficina de costura; ela está progredindo, mas o filho que está na Bolívia eu não sei como está.

Também para Eric há uma imposição e discriminação maior com as mulheres:

-----pergunta----- Mulheres que vêm sozinhas?

Mulheres que vem sozinhas... é muito forte dela chegar sozinha, mulher passa por muita coisa, acontecem muitas coisas, mas que tudo os patrões se aproveitando de mulheres.

-----pergunta----- Se aproveitando em que sentido?

Se aproveitando, dizendo você não pode sair assim, e tal...

-----pergunta----- Você acha que as mulheres que estão nas oficinas acabam sendo mais subjugadas que um homem? Por que o patrão fica como se fosse um pai, ou o quê?

Os patrões não deixam sair na rua, porque ficam alimentando na cabeça que está acontecendo outras coisas, mas na verdade é

porque se sair vai encontrar melhores trabalhos, e por isso que não deixam sair. Aí tem um monte de boliviano, boliviana que estão sofrendo a mesma coisa.

-----pergunta----- Você é jovem e observador, o comportamento das moças que vêm da Bolívia, elas ganham alguma tipo de autonomia, muda muito o comportamento? Como você percebe isso?

Muda muito né, porque lá na Bolívia, depende do lugar onde mora, né? Mas na cidade de La Paz tem mulheres que já andam por sua própria conta, fora de La Paz mesmo com estudo não tem trabalho, aí vem a decepção de sua família, falta planejamento familiar, um pai tem cinco filhos, e ele não consegue segurar os filhos; falta comida, não dá para todos, então vão ficando por sua própria conta, vão conhecendo um monte de coisa, começam a beber, então a maioria é por sua própria conta.

Mas aqui, vejo muito assim, vejo gente mais tímida, que chegam e já fazem suas cabeças, As mulheres lá, vejo que gostam mais de estudar, mas não tem apoio até mesmo do pai, não tem apoio de nada, porque a economia é muito baixa, aí tem que trabalhar, fazer outra coisa, tem que fazer muita coisa para sair na frente.

E não tem trabalho elas tem que sair para ter trabalho, e chegam aqui sozinhas, e ficam mais sozinhas aqui, porque aqui não tem pai, não tem mãe, então ela fica muito sozinha. Aí acontece que nas oficinas tem homens, mulheres que ficam sozinhos, que fazem amizade, conhecem, namoram e vivem juntos.

Outra questão importante discutida com Edith é sobre a sua condição de saúde, ela apresenta diversos problemas de saúde e, quando perguntada, salienta:

-----pergunta----- Você tem fácil acesso aos médicos?

Médicos? Depende, né? Quando você está doente e eles veem que você já não tem forças, aí eles se compadecem de você; aí se você vai chegar e falar me dói isso aqui, essa mão aqui, 'não posso fazer nada'. E aí ele marca para outra semana, pra segunda....

-----comentário----- Você já está se ressentindo dos problemas de ser costureira. Porque costurar é muito difícil para o corpo!

É verdade, estar todo o tempo sentada, o dia todo.

-----pergunta----- E você sente dor neste braço (direito) e nas mãos?

É, e os pulmões, os rins doem.

-----pergunta----- Você disse na conversa prévia que onde você trabalha não tem luz, é um porão?

Tem luz, né?, mas do sol não tem não, só aos sábados, quando você sai, e quando saí machuca os olhos.

-----*pergunta*----- Por que a fábrica é escondida?

Não, é porque o espaço é muito pequeno, não tem casa grande para alugar e se tem é muito caro, né?, e se o dono alugar só o pequeno aí dá para nos pagar R\$600,00, R\$ 700,00 e só porque a gente tá trabalhando apertado.

Em pesquisa de campo²⁰, realizada através de abordagem quantitativa com usuários de uma USF do Município de São Paulo, as autoras identificam a morbidade referida mais frequente relatada pelos próprios imigrantes bolivianos e destacam que:

Os imigrantes enfrentam, então, situações como: postos e processos de trabalho obsoletos e/ou inadequados, riscos e cargas de trabalho, dilemas como trabalho prescrito x trabalho real, dupla jornada, dificuldades para conseguir e/ou manter o emprego; baixos salários, falta de moradia, dificuldades no relacionamento interpessoal (nas diversas esferas sociais), má qualidade da alimentação, dificuldades no acesso à rede pública de saúde, problemas com a educação dos filhos e a manutenção da família, entre outras causas, podendo causar diversas morbidades (Melo & Campinas, 2008, p. 26).

Desde 2003, a Secretaria Municipal de Saúde promove ações para garantir o acesso dos bolivianos, principalmente indocumentados, à unidades de saúde, por meio de visitas domiciliares e reuniões com associações e treinamento médico para atender o referido grupo.

A morbidade mais relatada, segundo a pesquisa, foi em primeiro lugar a tuberculose, contando 36% dos entrevistados; 32% apresentavam problemas dermatológicos; 12% problemas respiratórios; e 20% não quiseram relatar seu

²⁰ Multiculturalidade e morbidade referida por imigrantes bolivianos na Estratégia Saúde da Família.

problema de saúde, que, segundo as autoras — através de informações não formais — são casos também relacionados à tuberculose.

Elas identificam que a dificuldade de alcançar o tratamento e atendimento pleno do grupo consiste na falta de compreensão e adaptação do Sistema Público de saúde no que concerne ao modo de vida do grupo e às características específicas dele.

Considerando que o processo saúde-doença é compreendido por apresentar natureza biopsicossocial, isto é, determinado pela estrutura orgânica do indivíduo e pelo meio em que vive, e reforçando que a saúde não deve ser somente a ausência de doença, mas a melhoria da qualidade de vida dos usuários, as condições encontradas nas 'oficinas' de costura prejudicam e comprometem a cada dia o processo saúde-doença dessa população imigrante, porque toca fatores ambientais, físicos e biológicos. (Melo & Campinas, 2008, p. 33).

Quando abordamos o tema saúde no referido grupo, encontramos como principais queixas de saúde a tuberculose, doenças dermatológicas e respiratórias.

Mas na questão de gênero temos que atentar que muitos desses jovens e adultos não têm ou não tiveram acesso a uma educação de gênero e sexual, e nem planejamento familiar. E conforme vimos no relato de Edith, a imposição dos padrões para somente trabalharem e a falta de orientação médica para o grupo, principalmente na questão da prevenção, é um problema grave para as mulheres que muitas vezes se vêm sozinhas, com um filho para criar e, de acordo com os entrevistados, mais sujeita à exploração e discriminação dos padrões.

Assim, podemos concluir que a questão de gênero precisa ser difundida entre as políticas de inclusão, nas áreas jurídicas, sociais e de saúde.

Aqui elaboramos breve análise de um grupo em que se observa uma série de variantes e problemáticas em torno de sua condição de mobilidade, trabalho, renda,

saúde e gênero. Verificamos que ainda temos longo caminho a percorrer quanto a autonomia política e econômica das mulheres. Além de estarem presentes no mercado de trabalho, participar ativamente da economia, ainda produzem condições de benefício à família, no que concerne à realização de múltiplas tarefas domésticas e cuidados gerais no lar, como muitas trabalhadoras brasileiras.

A extensão da problemática se dá pelos arrastados discursos em torno de uma mulher padronizada em moldes mitológicos que a classificam como mais frágeis, ou inferiores, domesticadas e moralizadas, responsáveis por dar exemplos moralizantes e de serventia.

Esses discursos ideológicos devem ser rompidos. Na realidade, estão sendo na medida em que algumas se tornam exemplos e reivindicam para si a posição de igual, ocorre que para ultrapassar tais cantilenas é preciso romper com as esferas de poder ou transformá-las a tal ponto que haja abertamente e em larga medida ações em torno de uma cidadania ativa e palpável a homens e mulheres.

Nos processos migratórios em que exista situação de exploração, como no caso dos bolivianos — e também de diversos trabalhadores em situação semelhante —, o Estado deve impor medidas indenizatórias, tais como pagamento de multas, cursos de formação, bolsas de estudos e estar permanentemente presente cumprindo seu papel para garantir as medidas legais protetivas desses trabalhadores. São o meio mais rápido de impetrar a eles acesso à cidadania e espaços melhores de sociabilidade.

É importante ressaltar que essas ações visam estimular a formação de equilíbrio entre o poder de consumo e as necessidades de demanda do mercado, em que ambos necessitam de uma economia fortalecida. Fortalecida pelo acesso a uma interação cidadã nas esferas educacionais, de saúde, habitação, trabalho entre outras.

A questão de gênero não deve ser vista como parte, mas sim como essência das questões em torno do mundo do trabalho e dos processos de interação social e econômica de mulheres e homens, principalmente em situação de precariedade.

Estes, em situação de precariedade ou não, geralmente reproduzem os arquétipos e os meios para a sobrevivência de acordo com as suas necessidades e pelo ambiente cultural e social ao qual estão submetidos. Ocorre, então, que os fatores que propiciam desigualdade são provenientes da estrutura da sociedade, portanto, cabe refletirmos que tipo de sociedade queremos, agora, e no futuro. Debater os papéis adotados ou impostos como naturais é basilar, uma vez que muitos de nós, já não o cumprem do modo “ideal”, e isso é resultado de debates e conquistas emancipatórias das mulheres, mas um debate que ainda persiste de luta e combatividade contra a iniquidade de gêneros, trabalho, renda e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gênero, Migração e Trabalho são três temas que estruturam este trabalho. Por meio deles podemos compreender que as estruturas políticas e econômicas são fatores determinantes para a condição social de uma nação. Constatamos que o papel das mulheres na estrutura familiar é ainda fator preponderante para seu precário desenvolvimento e autonomia. Examinamos que a pobreza de uma nação é condição de falta de acesso a esferas de poder e decisão que marginalizam aqueles que encontram-se em situação de maior vulnerabilidade, invisibilidade social e econômica, tais como mulheres, negros, pobres e todos aqueles que necessitam se esforçar ainda mais para atingir um patamar mínimo de sobrevivência e autonomia.

Gênero é a parte em que buscamos resultados que possam compor uma estrutura mais equilibrada de poder e acesso às esferas de trabalho, renda, educação, inclusão econômica e social; afastar os mitos que circundam os deveres de um ou outro, proporcionando mudanças de caráter decisivo na busca pelo reconhecimento de que historicamente as mulheres participam de longa data da cadeia econômica que sustenta a família, seja no aspecto econômico ou no aspecto dos cuidados em bem-estar, saúde e alimentação e até mesmo educação. Atualmente é uma necessidade cada vez mais emergente dar voz e visibilidade a componentes socialmente desconectados das esferas de poder, seja através de políticas de cotas, programas de renda, qualificação e habitação para mulheres, crianças, jovens e idosos.

O trabalho é condição de sobrevivência, mas deve ser condição, também, de emancipação econômica e social. Nestes contextos a atenção à questão de gênero deve ser pluralizada, distanciando-se de arquétipos místicos e culturais que têm a ver com posse de poder e escolhas, e que geram massas de pessoas oprimidas e sujeitas a contrariedades diversas do mundo do trabalho e da escassez dos recursos naturais que têm sido defraudados das populações de origem.

Sendo assim, ressaltamos que políticas que visam inclusão devem pensar nas diferenças culturais e socioeconômicas que circundam o mundo das mulheres e homens. Nesta pesquisa sobre a condição da mulher boliviana, reconhecemos que há muito para elaborarmos nas decisões acerca de inclusão. Entendemos que esses sujeitos, mesmo estando na margem mais precária, também refletem nossa condição de precariedade econômica e de acesso a trabalho digno e responsável e com o mínimo de capacidade de autonomia. Notamos que nossa economia é estruturada de forma assimétrica, pois o crescimento econômico não oferece vagas de qualidade na proporção exigida pelos anseios de uma sociedade com parâmetros de igualdade e de cidadania. Quando ocorrem ofertas mais acentuadas de vagas, elas são de baixa qualidade.

As formulações do trabalho no mundo contemporâneo representam a precarização, através de trabalhos informais, *just in time*, *part time*, domésticos e análogos à escravidão, que podemos chamar de *all time*. Estas expressões pedem como itens básicos na receita de exploração a presença de grupos e indivíduos sujeitos à condição de pobreza que facilitem sua opressão, barateando a cadeia produtiva e acarretando em um sistema de superexploração do trabalhador. Muitas vezes, como é o caso dos bolivianos, têm sofrido coerções das mais diversas, como trabalhos sem remuneração adequada, calotes, violência e condições de vida e trabalho precárias, mas que reforçam a produção e o lucro no contexto da globalização neoliberal.

As mulheres bolivianas nesta conjuntura são as que mais sofrem por sua condição social e cultural que inviabilizam sua autonomia frente a questões de saúde, prevenção e educação.

A falta de interação e participação ativa na cidade e como cidadãos propicia uma sensação de inadequação ao grupo. A falta da família e o confinamento no local de trabalho propiciam a união precoce de jovens que sem perspectivas reforçam e reproduzem — quando conseguem um mínimo de autonomia frente a situação em que estão — as mesmas condições de trabalho a que foram submetidos, reforçando as iniquidades e alimentando os mecanismos de expropriação do trabalho e renda.

As migrações e imigrações que compõem as esferas de trabalho na ponta da precariedade e da informalidade são o reflexo da pobreza e das políticas neoliberais que assolam populações no mundo inteiro, formando bolsões de pobreza e miséria, guerra, fome e sede. Os migrantes e imigrantes em condição de vulnerabilidade são espelhos da eficácia dessas políticas exploradoras das estruturas naturais e humanas.

As mulheres e crianças nos arcabouços de migração são as pessoas que mais são subjugadas neste processo, uma vez que as condições culturais valorizam o trabalho masculino, a masculinidade e veem mulheres como objetos sem escolha ou poder de decisão. As imposições acerca de um comportamento que divide os sexos intensifica a dificuldade no desenvolvimento de autonomia e emancipação delas.

O trabalho é a categoria de sobrevivência do pobre, sem o trabalho não há comida, abrigo e não há a possibilidade de alcançar uma educação de qualidade, de saúde e de melhoria da condição de vida das próximas gerações e saída da condição da pobreza. Porém, os mecanismos de expropriação do trabalho e as políticas neoliberais de exploração do trabalhador propiciam a precarização e informalização destes, impossibilitando participar integralmente nas esferas de decisão e de cidadania.

Nos últimos anos, São Paulo perdeu participação na geração de emprego formal, mas o setor de confecção tem tido grande crescimento representando 40% de toda receita da cadeia produtiva nacional. Esse aumento tem como base uma força produtiva concentrada em redes de subcontratação, que confere ao setor informalidade e alta flexibilização da produção, características de uma economia que não acompanha uma condição sustentável de desenvolvimento e incremento de uma nação que pretende entrar no rol dos países mais desenvolvidos do mundo.

Neste trabalho, procuramos descobrir os meandros da condição de informalidade e precariedade do trabalho dos bolivianos e bolivianas na cidade de São Paulo. Questionamos o modelo de expropriação dos direitos do trabalhador num segmento econômico que é cada dia mais crescente e significativa para o desenvolvimento regional e nacional, o setor de têxteis e de confecção.

Entendemos que avanços ocorreram no combate à ilegalidade e abuso das oficinas e empresas que não se importavam e não se importam em rebaixar continuamente salários, condições de trabalho etc. Porém, a sociedade alertada sobre esses descabimentos passou a cobrar com maior ênfase a responsabilidade de empresários sobre sua atuação, reduzindo o espaço para práticas abertamente atentatórias aos mínimos preceitos legais de proteção ao trabalho. Grandes empresas flagradas como copartícipes na adoção de trabalho em condições análogas à escravidão e foram obrigadas a rever tais comportamentos uma vez que a tolerância da sociedade — via articulação de entidades civis — reduziu-se de modo contundente.

Estamos numa sociedade de consumo, mas que presencia cotidianamente temas como sustentabilidade, meio ambiente, economia mundial, conflitos internacionais. São salutares as iniciativas de promoção a debates de temas que esmiúcem estes assuntos, tais como a discussão de trabalhos precários e muitas vezes análogos à situação de escravidão, caso da agropecuária e da confecção, entre outros.

Sucedem que o consumidor convencional, ou seja, a maioria, ainda não está habituada a selecionar seus produtos com base em requisitos de sustentabilidade ambiental, econômica e social; logo, ainda temos um longo caminho a ser percorrido.

A informação é a principal chave para o combate à nossa pobreza e às práticas nocivas ao trabalhador e ao consumidor, e, principalmente, ao desenvolvimento de nossa economia de maneira mais equilibrada.

Também repensamos como a cidadania é vista e a carência de sua presença nas camadas menos favorecidas. Bem como refletimos sobre como a falta de acesso pleno a direitos estimula problemas sociais e impede uma distribuição mais igualitária, justa e de qualidade em diversas esferas. Não basta pensarmos que temos entrada para a saúde porque há postos de saúde, se os médicos não têm treinamento adequado e nem tecnologia suficiente para diagnosticar.

Seguindo esta lógica, o consumidor que também é um cidadão deve estar protegido quanto à procedência de materiais e região, modo de execução, qualidade e condição de trabalho certificada. Conferindo ao trabalhador e ao consumidor garantias de trabalho decente.

A situação não se modifica de forma radical por prestidigitação, mas sim por iniciativas, mobilizações e enfrentamentos contra práticas arcaicas de acumulação capitalistas.

Em esfera planetária, o paradigma neoliberal, antes hegemônico e inquestionável, apresenta fissuras, incongruências e contradições insustentáveis. O que era percebido como “o fim da História” agora, em larga medida, é visto sem máscaras, ou seja, como ideologia. Desse modo, a arquitetura de poder produzida pelos estratagemas de seus ideólogos sofre de interstícios, que podem tornar-se cada vez mais agudos, deixando expostos os bastidores e os interesses dos criadores dessa farsa histórica do “pleno emprego, espaços democráticos e cidadania para todos”, quando a realidade criada pelos seus promotores é a de exclusão.

Há um crescimento das manifestações de grupos historicamente marginalizados, obtendo visibilidade para as demandas de minorias. São centro de atenção os negros, através da eleição do presidente dos EUA Barack Obama, tornando-se exemplo de emancipação dessa etnia; e representando a mulher, temos a presidenta Dilma Rousseff, que age no sentido de fazer emergir novos conceitos acerca de nossa condição sem deixar de tocar em algumas questões de fundo, como o ataque ao rentismo.

Alcançar postos mais elevados é importante. Entretanto, sem a ruptura, os referidos marcos ficarão limitados pela lógica de exclusão e de seu ciclo permanente de pobreza.

Assim, não basta termos meia dúzia de exemplos, é necessário entendermos que a superação do capitalismo é a medida mais eficiente para o encaminhamento de soluções reais dos problemas das classes trabalhadoras.

Ainda há muito que se articular para nos aproximarmos de condições básicas de trabalho no Brasil e no mundo. Em outras regiões do planeta a tarefa é ainda maior. Entretanto, a ação da cidadania evidencia que a trajetória para a obtenção de condições mais humanas é um combate salutar das classes oprimidas, que pode ter avanços significativos em virtude do esclarecimento e do protagonismo desempenhado nas mais diversas esferas a despeito daqueles que insistem em manter o *status quo* arcaico, almejado pelas elites inconformadas de abandonar privilégios medievais.

O modelo de expropriação dos direitos do trabalhador deve ser extirpado através de ações que possibilitem um consumo mais consciente e que preze pela formalização e qualificação do trabalho empregado nos serviços e na produção.

O modelo de “certificação” da produção e do trabalho é o endosso a uma sociedade que se pretende mais justa e menos desigual, porque confere aos invisíveis e vulneráveis do processo de produção e acumulação meios mais equitativos de participação em programas de crédito, renda, saúde e educação, além de potencializar seu consumo e o desenvolvimento de mercados que possam atendê-los. Por conseguinte, geração de empregos e medidas protetivas ao meio ambiente e ao trabalhador são fatores essenciais para uma sociedade sustentável e que busca crescimento econômico, político e social.

Para os imigrantes é basilar que existam medidas que pensem nas múltiplas variáveis que os circundam, não apenas quanto sua “legalidade”, mas quanto às redes que compõem e sustentam o tráfico humano, à exploração de pessoas em situação de risco por serem indocumentadas ou simplesmente pobres. Muitos desses imigrantes e migrantes veem na cidade de São Paulo a saída de uma condição social, econômica ou cultural adversa; mas, chegando aqui, acabam fomentando o crescimento do lucro de nossas produções e serviços. Este é um fenômeno mundial, mas acreditamos que o Brasil — pelo seu potencial de consumo e de mão de obra — tem condições de ampliar a questão acerca das reformulações no mundo do trabalho, reforçar medidas protetivas aos trabalhadores e, conseqüentemente, aos consumidores, promovendo outros parâmetros na dinâmica das cadeias produtivas e econômicas de nossa sociedade. Não há prejuízo: a promoção de um trabalho e de uma produção certificada potencializa nossa geração

de renda e contribui para nosso desenvolvimento econômico, social e sustentável em diversas esferas.

À medida que elaboramos projetos que sejam inclusivos, pensamos que sua dimensão deve ser extensamente ampliada. Ao ponderarmos a respeito de certificação de trabalho e produção, raciocinamos acerca de metas para produzirmos menos poluição, mais serviços sustentáveis, portanto, emprego em setores novos que prestarão serviços como reciclagem consciente, limpeza, reaproveitamento de recursos. Arrazoamos também que os sistemas educacionais e de saúde podem ser potencializados em quantidade e qualidade, com programas que visem equidade de gênero e cidadania, de prevenção a problemas de saúde; e, igualmente, acesso mais amplo à moradia e transporte.

Atuar sobre a questão de gênero é basilar para a construção da autonomia da mulher e também do homem, as ideologias acerca dos papéis de ambos vem paulatinamente se transformando, à medida que abordamos o assunto quanto ao acesso às esferas de poder e decisão, criamos espaços de reflexão e ação sobre a questão.

Assim, ao repensarmos nosso modelo de produção e acumulação, avaliamos também as perspectivas do nosso futuro, de nossa cidadania e participação, refletimos sobre nossa capacidade de transformação ou de simples reprodução de nossas atuais amarras.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ENTREVISTADAS MENCIONADAS:

Eric Choque Loza

Local: Praça Tiradentes, Luz em 27/08/2011

Edith Barrancos Leiva

Local: Praça Tiradentes, Luz em 27/08/2011

FONTES DOCUMENTAIS:

Fichas de cadastros para o processo de Anistia 2009 Pastoral do Migrante.

FONTES IMPRESSAS:

A MULHER BOLIVIANA SOFRE COMO POUCAS. ADITAL. Disponível em:
<<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=4246>> Acesso em: 24 de setembro de 2009.

CEBEC/CAINCO. Migración: aspectos sociales y económicos In: *Estudios Economicos*. Santa Cruz: CEBEC/CAINCO — Octubre 2007. Disponível em:
<www.cainco.org.bo/publicaciones/Estudios/Estudio%20Migración%20Aspectos%20Sociales%20y... · Archivo PDF>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

CEDLA. Dossier estadístico de empleo, condiciones laborales y dimensiones de género. La Paz: CEDLA, 2003.< <http://cedla.org/category/6/105>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO DA FAMÍLIA BRASILEIRA POR REGIÃO E CLASSE SOCIAL:Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas, Brasília: IPEA, 2006. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/gastoeconsumo/resumo_gastoeconsumo.pdf>. Acesso em: 08 de julho de 2011.

ESTUDO PROSPECTIVO SETORIAL TÊXTIL E CONFECÇÃO. Série Cadernos da Indústria ABDI. Vol. 18. Brasília. 2010. Disponível em:

<<http://www.abdi.com.br/Estudo/Estudo%20Prospectivo%20Setorial%20T%C3%AAtil%20e%20Confec%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2011.

GORINI, ANA PAULA F.; MARTINS, RENATO F. Novas Tecnologias e Organização do Trabalho no Setor Têxtil: Uma Avaliação do Programa de Financiamentos do BNDES. BNDES, 1998. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Complexo_Textil/199812_10.html>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2011.

IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial.- Publicação Setorial Brasil Têxtil. 2011. Disponível em: <<http://www.iemi.com.br/biblioteca/estudos-do-comportamento-de-compra/comportamento-do-consumidor-de-vestuario/#mercado>>. Acesso em: 05 de agosto de 2011.

MÃO DE OBRA EMPREGADA NO SETOR DE VESTUÁRIO BRASIL X SÃO PAULO. Sindivestuário. 2009. Disponível em:

<http://www.sindicatosp.com.br/content/news/pagina_Item.asp?content_ID=2356>. Acesso em: 07 de março de 2011.

MELO, Rosiane A. de, CAMPINAS, Lúcia L. S, L. Multiculturalidade e morbidade referida por imigrantes bolivianos na Estratégia Saúde da Família. *O Mundo da Saúde*, São Paulo: 2010. Disponível em:

<http://www.saocamilopdf/mundo_saude/74/03_original_multiculturalidade.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2011.

OFICINA FLAGRADA NO CASO MARISA TAMBÉM PRODUZIU PARA C&A.

Repórter Brasil. Agência de Notícias – 06 de maio de 2010. Disponível em:

<<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1733>>. Acesso em: 4 de outubro de 2010.

PANORAMA SETORIAL TÊXTIL E CONFECÇÃO – Série Cadernos da Indústria

ABDI (2009) Disponível em:

<<http://www.abdi.com.br/Estudo/textil%20e%20confeccao%20dez%2009.pdf>>.

Acesso em: 06 de fevereiro de 2011.

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares, IBGE 2002. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/19052004pof2002html.shtm>>.

Acesso em: 10 de julho de 2011.

PIMENTEL, Fernando. Conjuntura do setor têxtil e de Confecção brasileiro. ABIT.

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, 2010.

Sindivestuário – Observatório Econômico. Panorama macroeconômico maio/2011.

Disponível em:

<http://www.sindicatosp.com.br/pdf/PanoramaMacro_Sindivestuario_mai11.pdf>.

Acesso em: 20 de março de 2011.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SETORIAL: Têxtil e confecção - Boletim de conjuntura industrial, acompanhamento setorial, panorama da Indústria e análise da política industrial. Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia- Unicamp.2008.

Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confeccoes/o-setor/textil-e-confeccoes/panorama/documento%20textil.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2011.

POTENCIAL DO MERCADO DA MODA. SEBRAE, 2007 Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/exibeBia?id=1456&searchterm=moda>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2011.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2009- Ultrapassar Barreiras:

Mobilidade e desenvolvimento humano. Programa das Nações Unidas – 2009.

Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf>.

Acesso em: 11 de agosto de 2010.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO
PROCESSO Nº 0024/2005: Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo nas Empresas, Regular ou Irregularmente Instaladas em São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em:

<www.soninha.com.br/CPI/Relatorio_Final_CPITESC_Aprovado.doc>. Acesso em: 18 de maio de 2011.

YAPU, Mario (Org.) CALERO, Erick F. Iñiguez (Pesquisador) Proyecto Juventudes Sudamericanas: diálogos para la construcción de la democracia regional. *Informe Nacional Encuesta De Juventudes*- Bolívia: IBASE, 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/Bolivia_ultimarev.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2010.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

AMADO, Janaína. "A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral" In: *Projeto História*. São Paulo: In. 15 , abril 1997, p. 145-156.

ANDERSON, Pierre. *As origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho* - ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. "A nova morfologia do trabalho e do desenho multifacetado das ações coletivas." In: *Caderno Andes*, Brasília, Nov/ 2005, n. 21, p. 8-16.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. 2007. Disponível em: <itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/ANTUNES%20LIVRO%20GRAÇA%202007.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2011.

ÀRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997. (Biblioteca Folha; 4)

BAENINGER, Rosana & SALES, Teresa. “Migrações internas e internacionais no Brasil - panorama deste século.” In: *Travessia*, São Paulo, jan-abril/2000, n. 36, p. 33-44.

BARROS, J. R GRAHAM, Douglas. H. A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928-1937. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: v. 11, n. 1, abril 1981.

BELTRÁN, Clara López . “Familia y sociedad en Bolivia.” In: *La familia en Iberoamérica. 1550-1980*. Pablo Rodríguez (coordinador). Bogotá: Universidad de Colombia, 2004.

BETHELL, Leslie.(org). *História da América Latina. A América Latina após 1930*. Volume VI. São Paulo: Edusp, 1986.

BIAGGI, Cristina. “Viagens de ida e volta. A migração de camponesas pobres na Argentina.” In: *Travessia*, São Paulo, set-dez/1996, n. 26, p. 15-18.

BILAC, E. D. Gênero, família e migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. (coord.) *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995, p. 65-77.

BONASSI, Rita; GEREMIA, Mário & AMBROZIO, Cláudio. “Hispano-americanos, os presentes ausentes.” In: *Travessia*, São Paulo, set-dez/1991, n. 11, p. 37-40.

BULPORT, Andrée Kartchevsky. *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Dilemas da Erradicação do Trabalho Forçado no Brasil*. Apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET. 2003. Disponível em:
<www.ea.ufrgs.br/graduacao/disciplinas/adm01156/TRAB%20FOR%E2%82%ACAD O%20BRASIL.doc · Arquivo DOC>. Acesso em: 21 de outubro de 2010.

CACCIAMALI, Maria Cristina. O mercado de trabalho sob a globalização. In: *Globalização e Estrutura Urbana*. SCHIFFER, Sueli Ramos (org). São Paulo: Hucitec, 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. – São Paulo: Ed. IPE, *Série Ensaio Econômicos*, n. 26, 1983.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. *Estudos Avançados*. Vol. 19 n. 55. São Paulo, Set./Dec. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000300007>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2009.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, v.16, 2002.

CAMPOS, André. Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos Anos Noventa: *As Propostas dos Trabalhadores: Têxtil e Vestuário*. São Paulo: DESEP/CUT, 1999.

CASTILHO, Ricardo dos S. (org.). *Estatuto do estrangeiro*. São Paulo: Iglu, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. *Mujeres migrantes. Cuestiones de organización y solidaridad*. São Paulo: CEM (Centro de Estudos Migratórios), 1986.

COGGIOLA, Osvaldo. *América Latina entre la década perdida y la globalización*. Apostila, 2006.

_____. *América Latina, Encruzilhadas da História Contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2003.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. O trabalho na metrópole In: *História Econômica da cidade de São Paulo*. Org. Tamás Szmreczányi. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

ESCÓBAR de Pabón, Silvia; GUAYGUA, Germán. *Estrategias familiares de trabajo y reducción de la pobreza en Bolivia* / Silvia Escóbar de Pabón y. - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, octubre 2008.

ÉSCOBAR de Pabón, Silvia. Globalización, trabajo y pobreza: el caso de Bolívia. In: Trabajo y producción de la pobreza em Latinoamérica y el Caribe. Estructuras, discursos y actores. LEGUIZAMON, S. A. (org.) Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FAUSTO, Boris(org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral e MOURA, Esmeraldo Blanco Bolsanaro de. (orgs.) *História Econômica*. Agricultura, Indústria e Populações. São Paulo: Alameda, 2006.

FERNANDES, Fátima. Informalidade atinge 38,1 milhões de trabalhadores no país. 2004. Dados do Instituto de Economia a UFRJ. Disponível em: <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=11197>>. Acesso em: 05 de maio de 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (org). *Entre-vistas: abordagens e usos na História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína(orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FISCHER, I. R., MARQUES, F. *Gênero e exclusão social*. In: FUNDAJ. Trabalhos para discussão. Nº 113, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>>. Acesso em: 22 de agosto de 2009.

FREIRE, Carlos da Silva. Trabalho informal e redes de subcontratação: Dinâmicas urbanas das indústrias de confecção em São Paulo. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) FFLCH. USP. São Paulo, 2008.

FREITAS, P. T. Imigração e Trabalho: determinantes históricas da formação de um circuito de subcontratação de imigrantes bolivianos para o trabalho em oficinas de

costura na cidade de São Paulo. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2010,

GIRÓN. Alicia (org). Género y Globalización. Buenos Aires: Clacso, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/47536056/Varios-Autores-Genero-y-Globalizacion>> Acesso em 08 de agosto de 2011.

GITAHY, Leda. Inovação tecnológica, Subcontração e Mercado de Trabalho. São Paulo em Perspectiva, 08 ano 1, 1994. Digitalizado em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_16.pdf >. Acesso em 08 de agosto de 2011.

GÓMES, Luis A. “A paisagem depois da batalha.” In: *Fórum*, n. 28, São Paulo, jul/2005.

GOENDER, Jacob. Globalização e trabalho. In: *Globalização e estrutura urbana*. CHIFFER, Sueli (org). São Paulo: Hucitec, 2004.

GUERIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero In: *Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas*. EMÍLIO, M. TEIXEIRA, M. NOBRE, M. GODINHO, T. (Orgs.) São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

ILLES, Paulo. “Migrantes bolivianos poderão regularizar sua situação no Brasil”. In: *Fórum Social das migrações*, 2005.

ILLES, Paulo e PLAZA, Jorge Moncada. *Declaração de La Paz*. Extraído do documento resultante do Encontro Sulamericano ‘Gênero e Migrações’. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=39384>>. Acesso em: 15 de agosto de 2010.

KURZ, Robert. “O eterno sexo frágil”. In *Folha Mais*, Autores. Janeiro 2000, p. 12 - 13.

HAREVEN, Tamara k. The History of the Family as an interdisciplinary field. In: RABB, Theodore (ed.). *The family in History*. New York: Harper Torchbooks, 1973.

HARVEY, DAVID. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Ed. Loyola, 1993

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: *Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas*. EMÍLIO, M. TEIXEIRA, M. NOBRE, M. GODINHO, T. (Orgs.) São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, "Refletindo sobre História Oral: Procedimentos e Possibilidades" In: *(Re) Introduzindo História Oral no Brasil*. MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). Série Eventos, São Paulo, Xamã, 1996.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. CEM, São Paulo, 2003.

_____. Por uma problemática do processo do trabalho doméstico. In: BULPORT, Andrée Kartchevsky-. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KONTIC, Branislav. *Aprendizado e Metrôpole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo*, Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH. USP. São Paulo, 2001.

KONTIC, Branislav. *Inovações e redes sociais, a indústria da moda em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH. USP, São Paulo, 2007.

LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e de parentesco, comparações entre áreas da Europa ocidental. In: Marcilio, M. L. (org.) *População e Sociedade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

LEWKOWICZ, Ida, GUTIÉRREZ Horacio e FLORENTINO Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2008.

LEITE, M. P. Tecendo a precarização: Trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 57-93, 2004.

MALERONKA, Wanda. *Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher*. São Paulo: SENAC, 2007.

MATOS, Maria Izilda S. de. Outras Histórias: As mulheres e estudos de gênero – Percursos e Possibilidades. In: *Gênero em Debate: Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea*. São Paulo, EDUC. 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo, Loyola, 1996.

MONTALI, LILIA. Relação família-trabalho reestruturação produtiva e desemprego. *SÃO PAULO em PERSPECTIVA*, 17(2): 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória*. A cultura popular revisitada. São Paulo, Editora Contexto, 1994.

MORALES, Natasha. La Política Social em Bolivia n Análisis de los Programas Sociales (2006-2008). BID, 2010.

MOURA, Esmeraldo Blanco Bolsanaro de. Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

NÓBREGA, Ricardo. Migração e globalização popular. In: *A Bolívia no Espelho do Futuro*. DOMINGUES, J.M. GUIMARAES. A.G, MOTA, A. SILVA. F. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

PAZ, Edílson Silva. Relatório. *Migração Boliviana no Brasil*. São Paulo. Consulado General de Bolivia em San Pablo. Maio 2008.

PEREDO BELTRÁN, Elizabeth. Una aproximación a la problemática de género y etnicidad en América Latina. In: *Serie Mujer y Desarrollo*. CEPAL, Santiago de Chile, Nº 53, 2004.

_____. Mujeres, trabajo doméstico y relaciones de género: reflexiones a propósito de la lucha de las trabajadoras bolivianas. In: *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Magdalena León T.. Veraz Comunicação, Porto Alegre, Brasil. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/genero/pereda.rtf>>. Acesso em: 06 de outubro de 2010.

PERICÁS, L.B e BARSOTTI, P. (orgs.) América Latina, história, ideias e revolução. São Paulo: Xamã ed., 1998

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

PIRES, Silvio R.I., Supply Chain Management. (1999). Disponível em: <<http://www.numa.org.br>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

PORTELLI, Alessandro. “Ética e História Oral”. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 15, abril 1997, p. 13-50.

RODRIGUES, Jessita Martins. *A mulher operária*. Um estudo sobre tecelãs. São Paulo, Hucitec, 1978.

ROSSI, Camila & SAKAMOTO, Leonardo. Trabalho escravo é uma realidade também na cidade de São Paulo. In: *Agência Carta Maior*, São Paulo, 27/04/2005.

SADER, Emir e JINKINGS, Ivana (Coord.). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Do artesanal ao industrial: A exploração da mulher*. São Paulo, Hucitec, 1981.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo. Editorial, 1999.

SALES, Teresa. “A legitimidade da condição clandestina.” In: *Travessia*, São Paulo, Jan-abril/1998, n. 30, p. 13-16.

SAMARA, Eni de Mesquita e MATOS, Maria Izilda Santos. “Manos Femeninas: Trabajo y resistencia de las mujeres brasileñas (1890-1920)” In: *História de las Mujeres*. El siglo XX. Org. George Duby e Michelle Perrot. Vol. 5. Madrid: Taurus. 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As ideias e os números de gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. HUCITEC, CEDHAL/FFLCH – SP, Fundação Vitae. São Paulo, 1997.

_____. O discurso e a identidade de gênero na América Latina. In: *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo, EDUC. 1997.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. "O Retorno: Elemento construtivo da condição do imigrante". In: *Travessia Especial*, São Paulo, Janeiro, 2000, Ano XIII.

SARTI, Cynthia Andersen. "São os imigrantes tradicionais." In: *Travessia*, São Paulo, Set-dez/1995, n. 23, p. 11-13.

SEYFERTH, Giralda. "Imigração, preconceito e os enunciados subjetivos do etnocentrismo." In: *Travessia*, São Paulo, Jan-abril/2005, n. 51, p. 5-14.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução Christine Rufine Dabat, Recife, 1991.

SILVA, Sidney Antonio da. *Faces da Latinidade Hispano-Americano em São Paulo*. TEXTOS NEPO – 55- Unicamp, Campinas, 2008.

SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. " 'A praça é nossa' . Faces do preconceito num bairro paulistano." In: *Travessia*, São Paulo, Jan-abril /2005, n. 51, p. 39-44.

_____. "Clandestinidade e intolerância - o caso dos bolivianos em São Paulo". In: *Travessia*, São Paulo, Jan-abril /1998, n. 30, p. 25-29.

_____. "Hispano-americanos em São Paulo: alcances e limites de um processo de integração." In: *Travessia*, São Paulo, Jan-abril /1999, n. 33, p. 24-32.

_____. "Migrações laborais na América do Sul. O caso dos bolivianos". In: *Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo*. Vol. 1, s/d, p. 181-186.

_____. “Uma face desconhecida na metrópole. Os bolivianos em São Paulo.” In: *Travessia*, São Paulo, Set-dez /1995, n. 23, p. 14-19.

SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene de Q. F. A macrometrópole paulistana 1950-2004. In: *História Econômica da cidade de São Paulo*. Org. Tamás Szmreczányi. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher In: Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas. EMÍLIO, M. TEIXEIRA, M. NOBRE, M. GODINHO, T. (Orgs.) São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

TALAHITE, Fatiha Hakiki-. “A autonomia relativa da produção e da reprodução”. In: BULPORT, Andrée Kartchevsky-. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TAVARES, Maria Conceição & FIORI, José, Luis (org.) *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRUZZI, Oswaldo M. S. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Estudos Históricos*, v. 28, p. 143-166, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2144/1283>>. Acesso em: 12 de julho de 2011.

VAINER, Carlos B. “A violência como fator migratório. Silêncios teóricos e evidências históricas.” In: *Travessia*, São Paulo, Mai-ago /1996, n. 25.

UEPAS-CEB. “Solidariedad y justicia con la mujer migrante”. *Bolívia: Pastoral Migratória*, CEM (Centro de Estudos Migratórios) n. 3, dez/1995.

WANDERLEY, Fernanda. A Bolívia entre a mudança e a inércia. In: *A Bolívia no Espelho do Futuro*. DOMINGUES, J.M. GUIMARAES. A.G, MOTA, A. SILVA. F. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

1. Entrevistas

2. Índice de Quadros

3. Ficha Cadastral (digitalizada) Anistia 2009 da Pastoral do Migrante

ENTREVISTAS

Inicialmente optamos por realizar entrevistas por categorias. Todas elas contavam com a colaboração de mulheres e homens solteiros e também casais. Os recortes abordados eram: Migrantes que chegaram nos anos de 1980; Migrantes que chegaram nos anos de 2000; Mulheres que vieram com o marido ou após; Mulheres solteiras que vieram com a família; e Mulheres solteiras que vieram sozinhas. Realizamos cerca de 16 entrevistas para a realização deste trabalho, mas por motivo de roubo não pudemos utilizar o material coletado, por isso peço desculpas aos colaboradores que nos deram seu precioso tempo e não puderam ter suas vozes aqui ressonadas.

No entanto, para dar continuidade ao trabalho, optamos por realizar duas entrevistas com migrantes jovens, que chegaram nos anos de 2000, e participam do circuito das redes de subcontratação no setor de confecção na cidade de São Paulo. Marcamos as entrevistas e realizamos uma conversa sobre eles, uma entrevista prévia. A partir disso, elaboramos as perguntas e conforme o desenrolar das entrevistas direcionamos às questões interessantes ao desenvolvimento deste trabalho.

Realizamos as entrevistas na praça do metrô Tiradentes, na data de 27 de agosto de 2011, por volta das 14h e 19h.

São eles:

- Edith Barrancos Leiva — Tem 23 anos — Chegou em 2006. Veio de Cochabamba, onde era vendedora de frutas com a família. A prima, que já estava aqui, foi a referência para a migração. Entrou por Foz do Iguaçu. Desde então trabalha como costureira.

- Eric Choque Loza — Tem 22 anos — Chegou em 2009. Veio de La Paz, onde era estudante e exercia diversas atividades informais. Foi

agenciado através de anúncios na cidade de El Alto. Entrou por Foz do Iguaçu. Desde então trabalha como costureiro.

Nas entrevistas, ambos ressaltam a crescente chegada de conterrâneos, a falta de interação com a cidade, abandono dos órgãos públicos quanto à tomada de medidas assertivas para a promoção de melhorias na condição de trabalho e saúde do grupo.

Os problemas no trabalho e as dificuldades decorrentes dele, tais como, carga exaustiva de horas de trabalho, problemas de saúde, falta de tempo para estudar ou buscar formação, falta de instrução quanto aos seus direitos e quanto à educação sexual e prevenção.

Falam da vontade de estudar e das dificuldades que encontram para isso, dos sonhos que querem realizar, dos baixos salários, das coações e machismo dos patrões, da solidão que sentem, e nestas falas é capital para eles o significado de ser ouvido, para que suas vozes possam contribuir para as mudanças tão necessárias e urgentes, no intuito de alcançar uma cidadania de fato.

Aqui utilizamos o método de transcrição, que é a transferência de tudo o que foi narrado pelo colaborador, com os seus modos de falar e detalhes.

Entrevista com Edith Barrancos Leiva

-----pergunta----- Qual é o seu nome?

Edith Barrancos Leiva

-----pergunta----- Onde você vivia? De onde você veio?

Vivia em La Paz, nasceu em Cochabamba,

-----pergunta----- O que você fazia?

Trabalhava com a família como vendedora ambulante de frutas, trazidos de Cochabamba,

-----pergunta----- E qual é a sua escolaridade? Quantas pessoas moravam com você?

Estudei dos 5 anos aos 17, não fiz faculdade porque não tinha dinheiro, em minha casa moravam 6 pessoas, o pai a mãe e três irmãos.

-----pergunta----- Por que e como você veio para o Brasil?

Vim para São Paulo porque meu pai estava doente e a mãe sustentava a casa com dificuldades; então a minha prima que já estava aqui, me disse que em São Paulo havia trabalho. Então eu vim, né?

-----pergunta----- Veio com quem e por onde?

Vim com a prima, de ônibus, por Foz do Iguaçu. Quando cheguei logo achei trabalho, vim tinha 17 anos e já estou aqui há 5 anos, vim por Foz

-----pergunta----- O que você achou da cidade, das pessoas? O que você sentiu de diferença?

Quando cheguei, achei a cidade muito grande, as pessoas pareciam malucas, gritavam, não como na Bolívia; as pessoas aqui são diferentes e o idioma também é difícil.

-----pergunta----- E você chegou aqui, já tinha um trabalho, já sabia costurar?

Quando começou o trabalho eu não sabia costurar. Primeiro fiquei de ajudante, ficava na cortadora, e depois fui aprendendo, lá não tinha moradia, onde estou oferecem moradia. E depois mudei de trabalho, pra este que estou agora, não é fácil, para o boliviano é muito difícil que você aprenda a costurar, para eles é perda

de tempo, então eles não te pagam (pelo serviço) porque tiveram que ensinar, aí não te pagam, porque eles falam 'que se você for em outro lugar, você vai ter que pagar para aprender', e eles dizem 'que já te dão comida e a moradia, e dizem que não vão dar salário, não'.

-----pergunta----- E onde você trabalha, é onde você vive também? Tem alguma divisão, ou dorme todo mundo junto?

Onde dormimos tem um quarto para os casais, um para as meninas e outro para os meninos, e aí que acontece a coisa mais grave porque as meninas conhecem os meninos sempre decidem se casar, fazem tudo juntos, costura, comem juntos, tudo.

-----pergunta----- O que você acha disso?

Acho que é perigoso né, porque as meninas já não pensam no futuro, pensam 'para que eu vou estudar'. Lá na Bolívia elas dizem: 'vou estudar, ajudar meus pais', mas não quando chegam aqui, chegam numa oficina, conhece um menino, namoram, e o pior é quando vem o filho, aí você sempre vai ver no posto as meninas grávidas, sempre, sempre.

-----pergunta----- Qual é a média de idade das pessoas que você conhece ou trabalha? 20, 30...?

A média de idade é de 20, de 18, a maioria que vem, vem muito menina com 15, 16 anos, vem sozinha; os bolivianos pegam gente de lá e falam que precisam de cozinheiro, ajudante, e trazem pra aqui, e aí as meninas só pensam em ir nas festas e aí que...

-----pergunta----- Na Bolívia vocês tinham a liberdade que têm aqui, ou não?

Na Bolívia não temos muita liberdade não, porque vivemos com os pais, aí não tem muita liberdade não, porque eles podem nos segurar; aí quando chegamos aqui aí não dá não..., vamos as festas, conhecemos garotos, namoramos, aí muitas ficam grávidas, aí choram, mães solteiras, né?

-----pergunta----- Há muitos casos de mães solteiras. E os meninos, assumem?

Há muitos casos de mães solteiras, os meninos vão embora, muitos deles se desfazem e se vão, tem casal que permanece junto, mas com muito sofrimento, não tem dinheiro, o menino não tem um trabalho seguro, brigam, porque namorar é bonito, né?, mas agora que estão juntos é difícil.

-----pergunta----- Você acha que eles fazem isso por que estão longe da família?

Eles fazem isso porque estão no Brasil, não tem os parentes, porque a maioria deles acham que é uma diversão, aqui os homens acham normal uma mulher ir a um motel; normal pra eles, mas para um boliviano, uma boliviana isso aí não dá não.

-----comentário----- Os costumes ainda são muito tradicionais.

Aqui tem muito mulher grávida, bolivianas e lá no posto do Bom Retiro, as enfermeiras sempre falam 'as bolivianas só vem grávidas, só filho, cada ano que passa', cada boliviana que vai grávida é sempre discriminada assim.

-----pergunta----- E as meninas, têm mas filhos aqui ou lá?

Aqui elas tem mais filhos, às vezes elas deixam um filho lá, e vem aqui engravida de novo; aqui é fácil, você tá numa oficina vendo um menino, acho que elas se sentem sozinhas, né? Ela namora com um cara, se apaixona...

-----pergunta----- E você acha que é comum as pessoas casarem-se ou juntar-se?

Na Bolívia eles se juntam, vivem, porque lá eles tem familiares tem o pai que vai fazer a filha ser respeitada, lá se junta, se casa, mas aqui não, aqui não tem pai não tem mãe, tem muitos casos que o cara já vem casado de lá, sempre enganando... o último que saiu (da oficina) tinha três filhos e tinha mulher e claro fugiu e deixou uma menina grávida; tem muita mãe solteira, eu trabalhei em diversas oficinas, aí vi muitas meninas com filhos sozinhas, só elas.

E o dono da oficina muito chato, ele fala 'eu do para você , para seu filho a comida e você tem que agradecer por tudo isso, você tem que lavar os banheiros, a cozinha, a janela, tem que ser muito agradecida comigo porque dou comida ao seu filho'. Eles fazem tudo isso. Eu já presenciei muitos casos. E na verdade isso é que dá forças para seguir adiante, para não ficar assim, elas me falam tudo isso, me dão conselhos, que como mulher tem que se cuidar, que não é bom tudo isso daí, que tudo o que elas estão passando é um pesado.

-----pergunta----- Você acha que por elas virem muito jovens e sem a companhia dos pais, a falta de orientação de um médico, alguém para ensiná-las a se prevenir?

Sim falta isso muito.

-----pergunta----- Você acha que elas têm vergonha de ir ao médico, ou é difícil o acesso ao médico? Há preconceitos por serem bolivianas?

Mais é vergonha, né? Mais também o dono da oficina, porque ele não vai falar para você ver tudo isso, não ele não fala não. Para ele é só trabalhar, então elas ficam com o pensamento de trabalhar e trabalhar e a única diversão que tem é namorar e eles não se informam; sempre penso sobre isso daí, os patrões não falam nisso, sempre falam 'que ela é safada, que ela foi num hotel é porque ela é safada'; não e assim, não, é muito machismo. Eu entendo que uma mulher talvez deseje um homem, mas tem que ter cuidado, porque trazer um filho assim na vida não é bom.

-----pergunta----- As perspectivas que você tem, diante das suas amigas e para você, o que você quer, o que você vê para si, e para suas amigas, como você

enxerga o futuro delas? Como uma pessoa observadora que você é, como vê o futuro?

Para elas eu vejo que eu devo falar que cuidem de seu filho e deixem o tempo passar, porque elas falam que vão para Bolívia deixar o filho lá com os avós, mas isso não é o correto não; se você vai deixar um filho lá na Bolívia e você voltar não vai ter ninguém para segurar você; você vai fazer de novo tudo isso, tem que pensar na vida, tentar progredir, abrir uma oficina de costura, tratar de prosperar, porque se voltar para Bolívia é a mesma coisa, né?

-----pergunta----- O que os pais acham quando elas aparecem grávidas lá?

E os pais estranham muito, às vezes eles choram, tinha uma amiga que me disse que seus pais choraram de vê-la mãe solteira, porque ela era filha única, sua mãe chorou, ela falou que sua mãe chorou, ela falou 'fazer o quê?' Agora é só deixar o filho crescer, a menina deixou o filho lá, voltou para o Brasil e arranjou outro namorado, está com ele, tem 2 filhos e montou um oficina de costura; ela está progredindo, mas o filho que está na Bolívia eu não sei como está.

Não sei se na verdade voltarei ao Brasil, mas tenho certeza que vou voltar porque agora tenho documentação, mas vou à Bolívia para estudar, aí verei como me darei aqui, quero progredir, mas já não da mesma forma que estou trabalhando agora, trabalho das 7h as 22h, e isso faz muito mal ao corpo, muito, muito, tenho uma hora de almoço, eles servem comida e a moradia, que são descontados, da água.

Quero fazer o curso de modelista, e depois voltar e ver no que dá. Vou começar de novo.

-----pergunta----- O que a impede de fazer o curso aqui no Brasil, o que é?

É não ter o horário. O patrão não quer que a gente saia antes das 17h, ele pega um monte de encomenda, então ficamos muito atrapalhados na costura, aí não dá pra gente estudar é só costura o dia todo, das 7h as 22h de segunda à sexta, para estudar só de sábado depois do meio dia; mas tem meninas que fazem isso, trabalham até o meio dia e depois vão estudar na Coimbra, tem cursos de beleza, e tenho três amigas que fazem isso daí, só aos sábados vão estudar, elas falaram que é bom.

-----pergunta----- O que você ganha aqui você ajuda sua família ou guarda para poder estudar lá na Bolívia?

Eu tô juntando só para estudar, pra mim. Porque não preciso só ajudar a família.

Mas muitas sim, porque muitas vêm do meio rural e elas sempre ajudando.

-----pergunta----- Você acha que as famílias que estão lá dependem muito desse dinheiro?

Depende. Né? Tem um caso que tem uma menina... tem cinco irmãos e o mais novo já trabalha, tá estudando ainda, e os pais são muito velhinhos já. O mais velho dos irmãos tá aqui, ela tem esse irmão daqui, e os dois mandam para os pais, mas sempre os pais tem sempre algo para fazer lá (sembrar papas) semear batatas, fazer um monte de coisas, para sair a diante.

-----pergunta----- E esse dinheiro que eles ganham aqui e mandam para lá, o que eles fazem com o dinheiro? Abrem um negócio ou é só para a sobrevivência?

É para a sobrevivência mesmo, a minha amiga contou assim, que ela mandava e seus pais compravam 'ganado'...

-----pergunta----- Desculpe, o que é isso?

Os pais dela compravam ovelhas, vacas e porquinhos, né? Rssrs. E criavam mais, mais e vendiam a carne, distribuía, tinham duas vacas, e tiravam leite e vendiam, dava para sair grana. Aí ela dava (dinheiro) para eles por um tempo e eles foram progredindo, e parou de ajudar eles.

-----pergunta----- (antes da entrevista conversamos um pouco sobre vários temas) Como boliviana, como você encara as diferenças culturais de geração, os filhos de bolivianos que nasceram aqui?

As filhas das bolivianas já não gostam de Bolívia, porque o governo muito baixo, elas se esquecem de falar espanhol e os pais delas só falam espanhol, elas não gostam de falar espanhol, só falam português, elas são muito.... acham feio, elas são muito atentas, falam tudo que tem que falar, como a brasileiro, não guarda nada mesmo, e quando vão fazer faculdade na Bolívia aí que o clima muda, porque todo mundo é tranquilo e elas são diferentes, para mim é muito preconceito.

-----pergunta----- Você acha que elas mesmas têm preconceito quanto a seus pais, quanto como o país, de onde muitas vezes elas são?

É verdade, são assim, a maioria das filhas de bolivianos que eu conheci eram assim, não gostam de falar espanhol, falam que Bolívia é muito pobre, que aqui tem tudo, tem metrô, tem tudo aqui, e Bolívia não tem não, muito feio Bolívia. Eu acho que a Bolívia não progrediu, mas acho que é um país muito mais tranquilo do que aqui.

-----pergunta----- O que você acha do Presidente Evo Morales, na nossa conversa prévia você contou que sua irmã está conseguindo estudar, você acha que isso é resultado do governo de Evo Morales, ou não?

Acho que Evo mudou muito a Bolívia. Muito, muito mesmo. Bolívia, até que ele diminui o salário dele, acho que mudou a Bolívia mesmo, porque antes não tinha *Juana Azurduy de Padilla*, isso você sabe o que é? É aqui é igual o Maria da Penha, lá falam *Juana Azurduy de Padilla*, cada mãe recebe Bs 200 bolivianos, isso ajuda muito, e não tinha isso antes não, e depois tem o *Juancito Pinto*, e aqui não tem não,

aqui tem creche, e lá não tem creche, só podem receber os meninos de primeira a quinta série, Bs 200 bolivianos, e então os pais compram os materiais escolares...

-----pergunta----- E lá não tem creche, as mães têm de cuidar das crianças até os 7 anos?

É 7. Isso é muito difícil lá, porque não tem creche, e aqui ajuda muito, aqui tem creche e a maioria das bolivianas deixam lá na creche, elas trabalham o dia todo, elas trabalham o dia todo, e recolhem as crianças às cinco, então a creche ajuda muito.

-----pergunta----- E você que já está aqui há cinco anos, você acha que quando voltar à Bolívia as coisas vão estar muito diferentes ou você acha que se habituaria novamente?

Acho que vou ver tudo muito diferente, lá não tem as coisas que tem aqui, as pessoas que chegam de lá falam que é muito diferente, elas me dizem que eu não vou me acostumar não, porque eles me falam que é muito diferente. 'Você vai ver as pessoas vendendo as coisas no chão', aqui no Brasil não tem isso não, no Brasil é diferente, é tudo organizado, aqui não tem gente vendendo no chão, aqui tudo é diferente, a pobreza na Bolívia aparece mais que aqui, você vai chegar lá e sentir muita diferente, eles falam. Mas vou na Bolívia e vou ver.

-----pergunta----- E nesta área de estética que você quer estudar também, você acha que vai ter espaço para você? Tem espaço para trabalhar com isso e ganhar dinheiro?

Acho que não, na Bolívia as mulheres não estão muito ligadas nisso não, a beleza tá atrás, primeiro querem estudar, trabalhar.... acho que não vale a pena trabalhar nisso não, eu acho que aqui vou tá melhor nisso daí.

-----pergunta----- E você quer casar, ter filhos, ter uma família, ou isso depende só se encontrar alguém? De quê?

Depende de progredir, agora como eu tô, acho que não, porque agora sou só funcionária, né? Eu vou crescer mais, mais oportunidades na vida, se me abrir mais portas, aí acho que eu vou, acho que eu quero, né? Acho que agora não é o momento de abrir isso daí não.

-----pergunta----- O que você sonha ter, casa, carro, loja, o que almeja muito?

Um negócio e uma casa. Só isso.

-----pergunta----- Aqui no Brasil? Você acha que o Brasil te possibilita realizar este sonho?

Aqui pode ser. Eu vejo possibilidade de fazer isso aqui. Mas o que eu quero realmente, do fundo do meu coração, é ir para Bolívia e morar lá, com a minha família e estar lá.

-----pergunta----- E lá, você vê essa chance de abrir um negócio, de ter uma carreira e ganhar o suficiente para comprar uma casa?

Eu vejo, mas com muito, muito e muito esforço. Lá tenho que me esforçar muito mais, tenho que estar mais forte e trabalhar muito mais ainda para ganhar isso daí.

-----pergunta----- Qual é seu salário? Mais ou menos que o salário mínimo de R\$ 540,00?

Hoje tô ganhando quase R\$ 600,00, trabalhando das 7h as 22h, já com os descontos.

-----pergunta----- Difícil, né?

Muito difícil, difícil e muito esforço.

-----pergunta----- Você tem fácil acesso aos médicos?

Médicos? Depende, né? Quando você está doente e eles veem que você já não tem forças, aí eles se compadecem de você; aí se você vai chegar e falar me dói isso aqui, essa mão aqui, 'não posso fazer nada'. E aí ele marca para outra semana, pra segunda...

-----comentário----- Você já está se ressentindo dos problemas de ser costureira. Porque costurar é muito difícil para o corpo!

É verdade, estar todo o tempo sentada, o dia todo.

-----pergunta----- E você sente dor neste braço (direito) e nas mãos?

É, e os pulmões, os rins doem.

-----pergunta----- Você disse na conversa prévia que onde você trabalha não tem luz. É um porão?

Tem luz, né? Mas do sol não tem não, só aos sábados, quando você sai, e quando sai machuca os olhos.

-----pergunta----- Por que a fábrica é escondida?

Não, é porque o espaço é muito pequeno, não tem casa grande para alugar e se tem é muito caro, né? E se o dono alugar só o pequeno, aí dá para nos pagar R\$ 600,00, R\$ 700, e só porque a gente tá trabalhando apertado.

-----pergunta----- E você pensa em procurar outro emprego, que lhe pague os mesmos valores, mas com um horário regular? Isso é muito difícil ou não?

Tenho que trabalhar mais e vou ver, tenho amigas que estão trabalhando como piloteiras e ganham R\$ 800,00, aí pagam aluguel, almoço, água e luz.

-----pergunta----- Elas dividem o aluguel entre si?

É, elas me falaram que dá no mesmo jeito, porque tem que pagar tudo.

-----pergunta----- O que você sente aqui, como você se sente recebida? Com preconceito ou o quê?

Sim, preconceito existe sim, as pessoas brasileiras, sempre que você está no ônibus, no metrô, eles sempre falam que somos escravos.

-----pergunta----- Mas você sente que eles falam jocosamente?

Às vezes falam que somos trabalhadores, falam: 'boliviano é muito trabalhador'; aí outros brasileiros falam que somos escravizados.

-----pergunta----- E como você se sente com isso?

Eu me sinto mal, porque eles falam é verdade, falam que de 7h as 22h é muito! Que não trabalham não, falam. Aí eu falo: nossa o que eu tô fazendo com o meu corpo, falo, estou me esforçando cada vez mais para trabalhar aqui de 7h as 22h, mas eu não sou a única, todos os bolivianos que estão aqui no Brasil, estão trabalhando como eu estou; eles estão com muita força e também tem que dar força para tudo isso, para poder voltar mais cedo para Bolívia.

-----pergunta----- E com você trabalham só bolivianos ou paraguaios, por exemplo?

Têm bolivianos e paraguaios também, mas os paraguaios trabalham no horário, eles falam que em seu país (Paraguai) R\$ 300,00 é muito, e param mais cedo.

-----pergunta----- Quantas pessoas trabalham agora com você?

Agora estamos trabalhando um menino e duas mulheres, a parte do dono da oficina, a esposa do dono da oficina.

-----pergunta----- Vocês fazem só a costura, a parte de corte já vem pronta?

Só costura.

-----pergunta----- E você conhece a marca para qual você trabalha? Já viu?

Já.

-----pergunta----- E que marca é?

Tem que falar?

-----pergunta----- Você fala se quiser; se não, não precisa!

Tô trabalhando com Antix e Kesses.

-----pergunta----- E você já viu essas roupas em algum lugar? E como você se sentiu vendo a diferença de preços?

Já vi. Eu me impressionei, porque a gente se mata costurando e o preço que eles pagam é muito pouco, muito pouco mesmo. Eles me pagam para uma malha inteira, tudo pronto, pagam R\$ 3,00 ou 4,00, disso não passa não. E você vai na loja e vê a peça que você costurou, tá R\$ 50,00 ou R\$ 60,00, e então eles nos dão muito pouco.

-----pergunta----- E você se sente mal remunerada por isso?

Hum-hum, eles não pagam o que é justo, né?

-----pergunta----- Você está na costura há cinco anos e tem visto neste tempo o crescimento do número de mulheres bolivianas chegando?

Tem, tem mais bolivianos que estão entrando, Porque falaram que lá na Argentina tem um monte de bolivianos lá, e o dólar tá muito caro lá.

-----pergunta----- Mas tem muita mulher boliviana vindo?

Muito, muito.

-----pergunta----- Mas vem acompanhada de marido?

Vem acompanhada de marido, vem casal já.

-----pergunta----- Vem muitas solteiras como você?

Vem, vem sim.

-----pergunta----- E desses cinco anos pra cá, você sentiu que isso aumentou?

Aumentou muito, porque eu trabalho na praça Kantuta, e no primeiro ano que fui trabalhar tinha pouco bolivianos, e agora tem um monte de boliviano.

-----pergunta----- Mulheres?

Mulheres, mais mulheres.

-----pergunta----- E todas na mesma situação sua?

Sim, para trabalhar e ganhar dinheiro, melhorar de vida.

-----pergunta----- A maioria de vocês todos trabalha na costura e indicados por outros bolivianos?

É.

-----pergunta----- Os amigos vão indicando os trabalhos?

É. Os mesmos bolivianos que trazem a gente, os bolivianos que põem anúncios na Bolívia, aí falam que vamos ganhar 200 dólares, e para eles é muito isso.

-----pergunta----- E qual o salário médio de uma jovem como você, entre 18 e 23 anos, na Bolívia?

Bs 600 ou 800 bolivianos.

-----pergunta----- Trabalhando em quê?

Com comércio, uma loja, né?

-----pergunta----- Então o trabalho daqui significa muito mais?

É muito mais.

-----pergunta----- E lá trabalha muito também?

Não, só o horário de oito as cinco.

-----pergunta----- E se você tivesse uma bolsa de estudo, que te possibilitasse trabalhar e estudar aqui, fazer uma faculdade?

Sim, eu faria, eu estudaria sim. Eu arrancaria o emprego de qualquer jeito, e faria isso.

-----pergunta----- Esse tipo de informação não chega para vocês? Pra vocês não chega uma informação de como mudar sua situação?

Não, não chega não. Aqui no Centro tem um monte de oficinas que tem meninos e meninas que tem esse desejo de estudar, eles tem vontade de estudar, de sair adiante, de conhecer melhor o Brasil, de progredir na vida. Mas não tem oportunidade não, é só trabalhar e trabalhar... só isso.

-----pergunta----- Qual é a média de idade das pessoas que costuram, vocês são todos jovens, não é? Vocês acham que vão continuar nesta atividade por muito tempo?

A maioria de todos eles, né? Bem eles procuram mulher, eles casam e montam uma oficina de costura.

-----pergunta----- E aí eles vão reproduzindo a estrutura, com pequenas oficinas de costura e contratando?

Vão, eles ficam num apartamento, compram duas máquinas de costura, só eles mesmos. E tratam de ganhar um pouco mais, e aí eles ganham, tratam de alugar uma casa maior, e eles procuram mais gente para trabalhar, eles ficam donos já, virão empresários, né?

-----pergunta----- E se na Bolívia existisse um programa para vocês estudarem, uma bolsa, você voltaria, seria mais fácil?

Voltaria

-----pergunta----- O que falta para você na Bolívia? O que faria toda diferença para você?

Oportunidade, né? Para estudar é muito difícil de ingressar, porque tem um monte de jovens dormindo na porta da universidade, mas o que tem grana é o que vai estudar, o que não tem grana não vai estudar só pela cabeça dele; por isso tem muitos jovens, muitas meninas por aqui.

-----pergunta----- E tem muitas oportunidades de trabalho para quem estudou lá, ou poucas?

Poucas, pouca possibilidades.

-----pergunta----- E sobre o Brasil, o que falta aqui para você? Você como boliviana que tem pouca interação com a cidade, porque na verdade você trabalha muitas horas por dia. O que falta para você aqui, como uma cidadã brasileira?

Acho que não sinto falta de nada quase, porque eu trabalho todo o tempo, tão de frente para a máquina, não dá para sair na rua.

-----pergunta----- Mas o que você gostaria, a chance de quê? Além de estudar etc., em relação às pessoas, à cidade?

Uma ajuda, uma ajuda para a centro de saúde, para os bolivianos, porque tem um monte de gente doente que estão mal de saúde.

-----pergunta----- Por causa da costura?

Por isso, é muita poeira, né? Como gente trabalha todo o dia na máquina, a gente para para respirar e é só poeira, só poeira o dia todo, porque é fechado; a gente precisa de muita saúde, a gente pensa que tem, né?... E eu gostaria que o centro de saúde tratasse bem a gente, afinal somos seres humanos, né?

----pergunta---- E quando você vê essas reportagens na televisão, sobre blitz nos lugares para 'libertar', por meio das fiscalização? Essas pessoas você conhece? Você acha que de fato elas são 'libertas' ou acabam voltando para outra confecção?

Sim, porque a necessidade é a mesma, a mesma necessidade obriga.

----pergunta----- Elas não recebem auxílio da polícia?

Não, mas antes era pior, porque os bolivianos ameaçavam a nós bolivianos dizendo que se saíssemos nas ruas, a polícia ia nos pegar e deportar para a Bolívia. Aí não podia sair na rua, ficava todo o tempo fechada ali.

----pergunta----- Ficava presa no trabalho?

É, ficava. Mas agora não, agora a gente não se estressa em sair na rua.

----pergunta----- E a anistia foi a facilitadora disso?

Facilitou muito, muito mesmo. Você não tem documento, você não sai na rua, fica fechada, muito difícil.

----pergunta----- E você sentiu muita dificuldade para fazer sua permanência na anistia?

Eu fiz o Acordo (Brasil/Bolívia), os tramites de anistia são muito difícil, mas me informaram que vai ficar mais fácil os requisitos que tinha. Eu fiz o Acordo, e era com multa, a anistia nem tinha multa, e eu fiz o acordo e tinha R\$ 500,00 de multa, e eu paguei, né? Porque queria ter o documento. E renovar é muito difícil, você tem que ir no Fórum, no Poupatempo, um monte de coisa,

-----pergunta----- E seu patrão, fez a carta de trabalho?

E não fez não porque ele falou que tinha que dar CPF, RG, dizia que seu nome ia ficar na Policia Federal, e que para ele ia ser difícil e ele falou que não.

-----pergunta----- E você mesmo assim conseguiu. Você fez uma declaração de trabalho, como autônoma?

Sim, eu fiz, tive que passar por tudo isso, né?

-----encerramento----- Grata.

Fim.

Entrevista com Eric Choque Loza

-----pergunta----- De onde você é?

Venho da cidade de La Paz, na Bolívia.

-----pergunta----- Mas você nasceu lá?

Bom tem um povo lá, eu nasci num povoado, mas não cresci lá, acho que desde pequenino me levaram para La Paz e onde eu nasci eu não conhece, porque nunca fui lá, mas na certidão tem o nome, eu tô morando mais na cidade de La Paz

-----pergunta----- E o que você fazia lá?

Eu estudava, eu tenho minha mãe, não o pai verdadeiro, né? O padrasto, mas ele foi como meu pai, até agora, tenho meus irmãos, então eu estudei, trabalhei, o meu pai deu trabalho para mim, né? Trabalhava, estudava, tava quase bom, né?

-----pergunta----- Qual a sua idade?

Eu tenho 22, mas vim com 19 anos.

-----pergunta----- E por quantos anos você conseguiu estudar?

Eu estudei até o terceiro médio, lá vai até o quarto. Então eu deixei os estudos e vim para cá.

-----pergunta----- E você trabalhava com o que lá?

Depende. Eu trabalhava como recepcionista de motel, depois de garçon. Eu trabalho de qualquer coisa, o que parecer eu faço, secretário, ajudante de escritório, de cozinha, tem muita coisa, vendia como ambulante, lá na Bolívia tem carnaval, vendi café, poncho. Eu gosto de ir para onde quiser.

-----pergunta----- Quantas pessoas moravam com você?

Na minha família são 1, 2, 3, 4, 5, 5 pessoas, 6 pessoas.

-----pergunta----- E você trabalhava para ajudar sua família?

Minha mãe não queria, né? Ela não entendia, a família era grande; tinha minhas irmãs; minha mãe precisava de mais dinheiro, e ela não entendia; ela queria que eu estudasse, mas eu não ficava esperando minha mãe dar tudo para mim. Aí eu saí, deixei os estudos, saí para trabalhar e minha mãe não entendia.

----pergunta----- Como você veio parar no Brasil, como você veio para cá?

Na verdade, eu lá na Bolívia, conheci amigos e fui desviando de caminho, fui conhecendo amigos, bebendo... e eu queria mudar de vida, porque eu tinha tudo, tinha teto, cama, comida, Playstation 3, tudo que um adolescente quer, gosta. Mas eu não tinha muito controle; se dissessem 'eu quero você aqui nove horas' e eu não tive esse controle. Eu sempre fui muito sozinho, eu cresci sozinho, queria muito ter amigos sempre, meu sonho era ter amigos, e na saída da escola, as crianças iam jogar bola e minha mãe não queria e eu ficava sozinho. Era da casa para escola, e da escola para casa e tudo isso, e eu me sentia triste, eu fui crescendo ficando adolescente, quando tinha 15 anos eu fui ficando mais rebelde, queria ter amigos, ter amizade, sair, mas não soube escolher muito bem meus amigos.

Qualquer um era meu amigo, podia ser advogada, ou o era bebum, era meu amigo; passei por muitos amigos, comecei a beber, indo mal, e minha mãe chorava, eu vi que precisava de ajuda, eu queria voltar ao que era, mas eu não conseguia porque eu saía e tinha os amigos, e eu não conseguia, tem vezes que os amigos te chamam de 'maricon', falam 'você não vem, você é viado'. Aí isso me afetava e aí eu bebia e minha família foi se afastando de mim, eles não me ajudaram. Não pensaram 'ele precisa de ajuda, ele tem que mudar', não foi assim, fiquei mais sozinho, comecei a enfrentar problemas, já não olhava minha vestimenta.

Pensei em mudar de vida, ficando no meu bairro eu não conseguiria. Então fui até a cidade de El Alto e vi muitas placas lá, dizendo que precisava de costureiro no Brasil, e pensei o que seria Brasil, na Argentina e tal, e eu não sabia o que era na verdade, então falei com meu tio Felipe e ele me disse vai lá, trabalha lá. Ele disse que tem um amigo no Brasil, (nunca vi ele) que tem dois carros, chega sempre a cada ano aqui, 'ele mudou muito sua vida, aquele prédio que você está vendo é dele'.

Eu falei 'nossa!, eu vou', mas não era meu sonho trabalhar assim, ter uma vida melhor... Eu na verdade não tinha esse sonho, na verdade meu sonho era mudar (a situação em que estava). E aí eu me apresentei, e perguntei posso me candidatar costureiro, ou ajudante, e ele (empregador) falou: 'quero ajudante'. E me falaram 'você vai de ajudante e você aprende'. E eu falei 'eu quero', deixei minha célula de identidade, aí veio um boliviano e me falou, mas ele morava na Argentina, aí ele disse: 'vamos lá para Argentina', ele falou, 'vou te pagar US\$ 200, vou te dar comida, moradia, você vai trabalhar das 7h da manhã até 17h da tarde'. Eu falei não. Na verdade eu não gosto muito da Argentina, eu ouvi muitas coisas, não de bolivianos, mas do que se passava de lá, a economia baixando, tinha muitos problemas a Argentina, aí eu pesquisei na internet e vi que a economia no Brasil estava melhor, que estava melhorando na economia, então eu falei vou para o Brasil. Eu falei para a senhora quero o Brasil, fizemos um contrato, a dona estava aqui, não tava lá, fizemos um contrato que falava ia me pagar US\$ 200, ia trabalhar das 7h as 17h, que ia ter comida e moradia, que eu tinha que cumprir e que ela ia

cumprir também, no contrato constava que ia pagar US\$ 200, que na Bolívia são 1400 bolivianos, então falei eu vou lá.

E cheguei aqui, eu entrei pelo Paraguai, né? Pensei como será entrar no Brasil, acho que é muito difícil a vida lá. Saí numa quinta e cheguei numa quinta-feira também.

Foram quase sete dias de viagem, eu dormi três dias no Paraguai, cheguei na fronteira, e na fronteira tinha uma policia meio corrupta, que pediam dinheiro, 'dá US\$ 10,00 e você passa para o Brasil', lá no Paraguai me falaram, 'você quer entrar no Brasil, né?, você dá US\$ 10 e daí você dá para Policia Federal e você entra'. Eu falei: sério??!!! E aí dei os dinheiro, na fronteira do Brasil e do Paraguai, eu mostrei o papel e entrei tranquilo, eu falei aqui é mais fácil que entrar na Espanha (rsrs).

Eu cheguei aqui, aí mudou tudo para mim, na minha vida, porque era o liberado, gostava muito de passear na rua, beber, amigos tudo, né? E foi como sair da rua e entrar na prisão.

Acordei às 6h da manhã, e eu trabalhei das 7h da manhã, 8, 9, 12, 13h é que almoçamos, aí foram mais umas horas e chegou 17h da tarde, aí tomamos café, tudo normal e voltaram para o trabalho, e eu assim... querendo descansar, né? E voltaram para o trabalho, aí eu fiquei trabalhando, achando que era até às 18h. E fiquei trabalhando e já era dez da noite, 23h e meia noite parou todo mundo.

E eu não falei nada para dona, que ela estava errada, eu fiquei calado. Mas aí descansava às 23h, mas ia gente ao nosso quarto para ver tv, e eu não conseguia dormir. Dormia 1h e acordava 5h da manhã, por que a bagunça era muita.

Trabalhava com sono, e tudo isso. Fiquei assim por três meses, paguei minha dívida com a dona e eu queria mudar de trabalho, mas ela me falava assim: 'se você sair daqui a policia te pega'. E aí eu não era assim; se a pessoa está falando, vou ser bobo e cumprir? Não! Eu sou meio pesquisador.

Eu pesquisei na internet, e falava assim 'Brasil o país para todo mundo'. Aí eu falei para dona que não acreditava que a policia podia pegar, se a gente entra com cédula de identidade, e que nem na Espanha, que é um país mais forte, fazem isso de deportar um monte. Eu não acreditei.

Aí eu saí para pesquisar, porque eu achava que era a única oficina, era o único trabalho. Eu saía nas ruas e olhava para os brasileiros, mas falava muito forte e não entendia o idioma deles, eu falava só espanhol, eu não sabia como me comunicar com outra pessoa, aí eu cheguei lá em Pirituba, depois da Lapa, Francisco Morato, e eu saia nas ruas só tinha brasileiro, não tinha muitos bolivianos para aqueles lados, só brasileiro, aí eu pensava 'nossa será que eu sou o único boliviano', e para mim aquele era o único trabalho.

Aí fui caminhando cheguei num hotel, e falei com um guarda, em espanhol, eu falei para ele 'eu preciso que alguém fale espanhol', ele não me entendeu muito bem, e pediu para eu esperar, aí ele entrou e chamou outro policial; este policial falava em espanhol, eu falei da minha situação e que queria mudar de trabalho, aí ele me falou que 'tem uma feira de boliviano, você pode ir até Kantuta', ele falou, 'acho que tem padrões que estão precisando de costureiro e tal'.

Eu fui na Kantuta procurei trabalho, mas sem inteirar a patroa, fui por conta própria minha, eu queria voltar para Bolívia, mas o pouquinho tempo que passei aqui, fui mudando, já não bebia, não fazia bagunça, eu está indo normal, já não tinha alguém para me falar 'Eric vamos beber, vamos fazer isso ou aquilo', ninguém me falava nada disso. Eu fui para Kantuta quatro vezes; aí eu conheci um brasileiro, ele era filho de japonês, ele chama Honda, ele me falou 'vamos lá trabalhar, o que você é?' Eu falei a verdade, que era ajudante; ele é piloto de avião, viaja para outros países e falava um pouquinho de espanhol, ele falou 'tô montando uma oficina e vou pagar R\$ 600,00 para ajudante, vamos lá'. Eu fiquei todo alegre porque onde estava estavam me pagando só R\$ 200,00 nem US\$100.

Eu falei para ele dar o endereço e que ia ver como chegar, aí ele me falou: 'primeiro você me liga, arruma as suas coisas, me liga'. Eu fui para Pirituba (local da oficina), entrei normal, falei para a dona que eu ia trabalhar, ela ficou assustada, e falou 'ah, aqui não tem mais oficina para você trabalhar'.

Eu e o Honda chegamos até o Ipiranga para ver a oficina, e era toda arrumada, mais bonita e o salário estava bom para mim. Aí ela começou a ficar brava, dizendo que 'você não pode sair, você vai sair daqui e vai encontrar uma vida muito ruim, você vai ser discriminado pelo brasileiro, brasileiro vai falar coisas feias para você, vão falar: boliviano vai plantar batata na sua terra'.

Eu não quis dar atenção a ela. Eu arrumei minhas coisas, eu falei 'eu não tinha dívida com você, eu cumpro com a minha parte e você não está cumprindo com os pagamentos'. E aí ela falou: 'você não pode ir embora porque temos um contrato', Eu sei que fiz o contrato e nele estava um ano o tempo que tinha que trabalhar com ela, um ano. E eu estava há três meses e queria sair, aí ela falou que tinha que ficar por um ano, eu falei para ela que no contrato falava que você vai cumprir e eu também vou cumprir, eu estava trabalhando e eu estava cumprindo demais, e da sua parte, patroa, você não estava cumprindo nem com o horário, nem como a comida, e nem com o salário, muitas coisa não tá cumprindo.

Ela começou a me xingar, começou a gritar, e eu também, e ela tem uma família que tem oficina, que trazem bolivianos de lá; eles pegam pessoas de povoados afastados, pessoas mais tímidas que tem medo de falar, que não conhece seus direitos. São pessoas que trazem, que se você falar você vai ficar assim, e eles tá.

Aí ela começou a ligar para seus familiares, os tios chegaram num carro de luxo, e falaram: 'você não pode ir, você tá pensando o quê?'

Eu saí chorando, porque eles estavam me xingando muito, eu liguei para o Honda, ele me deu um cartão telefônico, eu falei para ele: não estão me deixando sair, estão falando que tenho um contrato, e tudo mais. Aí ele falou 'até que horas você tá trabalhando?' Eu falei a verdade, tô assim e tal. Ele perguntou o endereço, a rua, e o CEP, eu perguntei o que era, ele me mandou olhar uma plaquinha e eu vi, dei o CEP a rua e o bairro. Ele chegou e não chegou sozinho, com a polícia e viatura, e começaram a perguntar como funciona, e me liberaram, a polícia entrou e viu a situação, entraram até lá em cima, viu os bolivianos, e os bolivianos se assustaram, porque na tv da Bolívia passa muitas situações dos Estados Unidos e o jeito que a polícia tratam os mexicanos, encontra e mandam para seu país. E muitos acham que é o mesmo aqui, que se a polícia pegar vai para seu país, muito boliviano pensa assim, aí os patrões falam assim: 'que o brasileiro vai discriminar você, que você vai ser roubado, que você vai perder muita coisa'.

E eu dei conta que não era assim, quando eu saí com esse brasileiro, o Honda, cheguei lá, me deu quarto, falaram normal comigo. Chegou sua família ele me apresentou, todos falavam em português comigo, e eu dava risada, e o Honda me explicava, é isso e tal. Aí comecei de ajudante, e estava com ele e procurava os costureiros, e com ele o salário era R\$ 1.000,00 e na verdade era das 7h da manhã as 22h, aí estava trabalhando normal, primeiro mês ele me pagou R\$ 600,00, no segundo R\$ 700,00; R\$ 800,00, até R\$ 1.000,00 de ajudante, até que fiquei de encarregado de lá. Fiquei com ele quase um ano e meio. E eu fui amadurecendo mais, pensava a vida não era assim fazer bagunça, eu já pensava, eu quero ser assim, quero estudar; eu ligava para minha mãe, e falava 'ô, mãe, eu quero fazer tal coisa', ela falava: 'para de beber filho'; eu falava 'eu não tô bebendo, mãe, mudei' Ela achava que eu tava bebendo, mas eu trabalhava, já tava pensando em outras coisas, né?

-----pergunta----- E o que você faz agora?

Eu tô costurando.

-----pergunta----- E na mesma intensidade, das 7h as 22h?

Não tem muito das 7h as 17h, é pouquinho, muito complicado. Isso aí tem que mudar, a prefeitura, o Polícia Federal, quem manda na cidade, porque acho que nem o consulado da Bolívia consegue mudar horário, porque o boliviano faz isso com o boliviano, me falaram que o brasileiro vai fazer de conta que... Mas nunca vi um brasileiro passando tudo isso.

O boliviano que trabalha com brasileiro, eu vi que trabalhavam com mais salário, aumentava o salário, trabalhava também normal.

-----pergunta----- E qual seu sonho hoje em dia?

Eu quero estudar. Eu tô assim trabalhando numa oficina de bolivianos, eu não estou ganhando muito bem, por que agora eu tô aprendendo máquina reta, eu tô aprendendo e com a mesma tô ganhando, estou tirando pouco salário, tudo para aprender. Eu quero aprender bem até o final do ano e quero sair de lá, e com uma coisa que possa defender, quero mexer com galoneira, overloque, e já vou saber mexer reta, né? E quero entrar em qualquer firma, alugar um quarto e trabalhar normal e quero trabalhar e estudar.

-----pergunta----- E o que você quer fazer?

Eu quero estudar administração de empresas, esse aí é o meu grande sonho.

-----pergunta----- E o que te impede? Não ter dinheiro para pagar o curso?

Muita coisa... Por que como eu me sinto, eu não tenho ajuda de ninguém, ninguém sabe como tá aqui meu coração; eu tô sozinho. Ninguém fala 'o que você quer ser', 'eu vou te ajudar', 'qual o seu sonho'. Então, por uma parte eu estou sozinho, por outra, é o tempo, trabalhar das 7h as 22h. Nenhuma universidade tem horário 2h da manhã, para eu estudar, né? (rsrs).

É o tempo e outra coisa é o dinheiro, o quarto, e o domínio de português; porque eu aprendi só falando com brasileiro, né?, assistindo tv, filme, escutando rádio, só assim, falando com brasileiro, por conta própria mesmo. Mas eu não falo muito bem, então quero sair estudar, trabalhar normal, quero estudar administração de empresas...

-----pergunta----- Eric, você está aqui há três anos, você sente muita diferença do lugar onde você estava e aqui?

Muita, muita, muita diferença. Lá no meu país é tudo muito desorganizado, não pelo povo, é pelo governo. Aqui graças a Deus quase o governo não é muito corrupto, aqui tem hospitais, você vai entra e não cobra muito, a economia é cada vez mais forte, o Brasil está se defendendo mais e tudo isso.

Lá na Bolívia não é assim, qualquer coisa que chega do estrangeiro, qualquer coisa é exportação. Tem muita corrupção, muito corrupção. Falta de trabalho, falta de fábricas, desorganização, desentendimento com o mesmo povo; falta gás, falta açúcar, falta água, cada cidade tem um monte de problemas; ainda que lá no meu país a gente não é muito assim, e aí tudo bem. A gente é uma pessoa muito sensível, não é muito assim esse aqui é meu cabelo, tenho que me cuidar bem. Para muitas pessoas lá, primeiro é trabalho e sobreviver mais que tudo, porque a economia lá é muito baixa.

Lá para você ter um negócio você tem que investir em dólar e ganhar em boliviano, aqui você investe em real e ganha em real. Imagina você aqui para você abrir uma LanHouse, tendo que investir em euros e ganhar em real. Você investe mais e ganha pouquinho. Lá na Bolívia é assim. E aqui está mais organizado, tem mais

coisas a nosso alcance, aqui quase não se morre de fome, quem morre de fome é só o preguiçoso, né? (Rsrs)

Lá na Bolívia, não é assim, lá tem que se esforçar muito para conseguir um trabalho. Lá tem muitas pessoas que desejam estudar, e os que estudam saem profissionais, administrador de empresas, outro advogado, mas sem trabalho, sem uma empresa que fala: 'vem que eu vou te dar trabalho'. Sem trabalho.

-----pergunta----- E você acha que está aumentando o número de jovens, de pessoas de mais ou menos sua idade, que vêm sozinhas para conseguir realizar um sonho também? Você acha que isso tem aumentado?

Tem, está aumentando muito, eu sou muito amistoso, né? Agora eu trabalho na feira da Kantuta de garçon, aos domingos. E aí sou amistoso com as pessoas que vem da Bolívia, e eles me falam como chegaram, como estão, tem um monte de gente chegando, aumentando, mulheres...

-----pergunta----- Mulheres que vêm sozinhas?

Mulheres que vem sozinhas, é muito forte dela chegar sozinha, mulher passa por muita coisa, acontecem muitas coisas, mas que tudo os patrões se aproveitando de mulheres.

-----pergunta----- Se aproveitando em que sentido?

Se aproveitando, dizendo 'você não pode sair assim, e tal...'

-----pergunta----- Você acha que as mulheres que estão nas oficinas, acabam sendo mais subjugadas que um homem? Por que o patrão fica como se fosse um pai, ou o quê?

Os patrões não deixam sair na rua, porque ficam alimentando na cabeça que está acontecendo outras coisas, mas na verdade é porque se sair vai encontrar melhores trabalhos, e por isso que não deixam sair. Aí tem um monte de boliviano, boliviana que estão sofrendo a mesma coisa.

Não tem quem fale a vida não é assim, tem vez que o boliviano sai com medo de brasileiros, mas o brasileiro não fez nada para ele, mas outra pessoa falou coisas do brasileiro para ele, né?, aí tem medo de sair, de mudar de trabalho, ficam mais de um ano trabalhando lá, mesmo ganhando R\$ 100,00, trabalham um ano e só vão com menos de US\$ 1.000 para Bolívia

-----pergunta----- Você é jovem e observador. O comportamento das moças que vêm da Bolívia, elas ganham alguma tipo de autonomia, muda muito o comportamento? Como você percebe isso?

Muda muito, né? Porque lá na Bolívia, depende do lugar onde mora, né? Mas na cidade de La Paz tem mulheres que já andam por sua própria conta, fora de La Paz

mesmo com estudo não tem trabalho, aí vem a decepção de sua família, falta planejamento familiar, um pai tem cinco filhos, e ele não consegue segurar os filhos, falta comida, não dá para todos, então vão ficando por sua própria conta, vão conhecendo um monte de coisa, começam a beber, então a maioria é por sua própria conta.

Mas aqui, vejo muito assim, vejo gente mais tímida, que chegam e já fazem suas cabeças, As mulheres lá, vejo que gostam mais de estudar, mas não tem apoio até mesmo do pai, não tem apoio de nada, porque a economia é muito baixa, aí tem que trabalhar, fazer outra coisa, tem que fazer muita coisa para sair na frente.

E não tem trabalho elas tem que sair para ter trabalho, e chegam aqui sozinhas, e ficam mais sozinhas aqui, porque aqui não tem pai, não tem mãe, então ela fica muito sozinha. Aí acontece que nas oficinas tem homens, mulheres que ficam sozinhos, que fazem amizade, conhecem, namoram e vivem juntos.

-----pergunta----- Então você acha que pelo fato de estarem sozinhas, não terem condições de estudar, acabam casando rápido?

Todas as pessoas que vem da Bolívia tem uma história para contar, porque a economia é muito baixa lá, todo que vem da Bolívia não vem falando 'minha casa era uma residência', 'morava num lugar bom', não tem muita coisa, tem um monte de mulher que tem uma história para contar.

-----pergunta----- Você acha importante vocês serem ouvidos no intuito de conquistar mais espaço para vocês aqui na cidade?

Eu acho que eu ser ouvido...

-----pergunta----- Você se sente cidadão aqui? Que tem acesso às coisas?

Eu me sinto, eu não me sinto com acesso, porque eu não estou colocando minha parte, quando eu sair e aprender a costurar, quero entrar em qualquer firma e começar a estudar, aí eu vou ser como um cidadão de São Paulo; quero trabalhar e estudar, quer bater papo com brasileiro, falar com eles, sentir-me parte daqui.

-----pergunta----- Você não se sente porque trabalha muito?

É, trabalho muito, quero um dia abrir um negócio aqui, no mínimo uma LanHouse, para depender disso também, porque sei que ninguém vai falar 'pega aí R\$ 5.000,00, vai ...' Tô dependendo de mim mesmo. Eu quero ser parte daqui, eu queria que o consulado e as pessoas que mandam aqui façam algo com as oficinas, as condições de trabalho, porque é muito difícil, é muito complicado.

-----encerramento----- Grata.

Fim.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I — Bolívia: Fluxo estimado de emigrantes e taxa de crescimento, 1999-2006 _____	48
Quadro II — Bolívia: Indicadores de pobreza, segundo área, 1999-2007 _____	57
Quadro III — Mão de obra empregada no setor do vestuário São Paulo x Brasil, 2009. _____	84
Quadro IV — Projeções da PEA entre 1990 e 2010. _____	127
Quadro V — Ocupação por gênero em setores de atividades: 1995-2005. _____	130
Quadro VI — Taxa de participação dos membros da família na sua composição de renda: 1989-2000. _____	142
Quadro VII — Estado civil de bolivianos nas Fichas de Cadastro para a Anistia 2009. _____	151
Quadro VIII — Atividades declaradas por bolivianos nas Fichas de Cadastro para a Anistia 2009. _____	152
Quadro IX — Faixas etárias de bolivianos nas Fichas de Cadastro para a Anistia 2009 _____	153
Quadro X — Região ocupada por bolivianos de acordo com as Fichas de Cadastro para a Anistia 2009 _____	155

FICHA CADASTRAL (DIGITALIZADA) ANISTIA 2009 DA PASTORAL DO MIGRANTE